

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INTERDISCIPLINAR**  
**EM EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS – PPG-IELT**

**A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO: VIOLÊNCIA  
INSTITUCIONALIZADA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

**Ana Carolina Silva Araújo Brito de Fleury**

**Anápolis - GO**  
**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INTERDISCIPLINAR  
EM EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS – PPG-IELT**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS**

**A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO: VIOLÊNCIA  
INSTITUCIONALIZADA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

**Ana Carolina Silva Araújo Brito de Fleury**

**Anápolis - GO  
2020**

**ANA CAROLINA SILVA ARAÚJO BRITO DE FLEURY**

**A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO: VIOLÊNCIA  
INSTITUCIONALIZADA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias. Eixo temático: processos Educativos e Diversidade.

**Orientadora: Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro.**

**Anápolis - GO  
2020**

## FICHA CATOLOGRÁFICA – BIBLIOTECA/UEG

--

## **FICHA DE APROVAÇÃO**

### **A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO: VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veralúcia Pinheiro (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Orientadora / Presidente

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Gonçalves de Freitas (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Membro interno

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Cleito Pereira dos Santos (Universidade Federal de Goiás – UFG)

Membro externo

Anápolis – GO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## **Agradecimentos**

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”. Com essa frase de Frei Betto, começo a escrever os agradecimentos por concluir o meu mestrado. Em meio ao período de maior caos, dor e catarse da minha vida, vale dizer, escrevo todas essas palavras na esperança de conseguir colocar em papel minha alegria e sensação de superação, apesar do contexto que nos cerca.

A partir dos pés fincados e a depender dos caminhos que percorremos, construímos nossas lutas cotidianas. Precisamos sujar os pés junto com nosso povo, com aquilo que nos cerca (ou não) para, assim, imaginarmos uma nova realidade. É nesse lugar de realidade que o povo luta, sofre e é destruído, mas também se alegra e se enche de esperança com as vitórias alcançadas. Nas palavras de Brecht: “aquele que anda por aí sorrindo ainda não recebeu a trágica notícia”; mas, nesse momento de conquista, me dou o privilégio de não cair em desesperança.

Começo agradecendo a minha orientadora: Vera, é provável que eu nunca mais encontre uma professora como você durante a jornada da ciência. Obrigada pela acolhida dessa dissertação. Ela contribuiu para que eu aprendesse a teoria, para que afiasse minha formação política, pegou nas minhas mãos e ensinou a escrita científica como nunca imaginei que fosse fazer. Obrigada por todas as conversas, correções e puxões de orelha que contribuíram para meu amadurecimento. Eu reconheço toda sua contribuição e agradeço por ter tido tamanha sorte num período tão conturbado da minha vida. A gente gosta de muitas coisas diferentes, mas nosso ódio politizado é o mesmo. Tenho orgulho de dizer que sou sua orientanda. Sou, no presente mesmo, porque não quero abrir mão desse título.

Agradeço aos demais professores do Programa e também aos externos pela dedicação, aprendizado e oportunidade de conviver, mesmo que um pouquinho. Na figura dos professores do IELT, agradeço a Professora Lúcia pelos ensinamentos, mesmo em áreas tão diferentes. Agradeço ao Professor Cleito que, apesar de não fazer parte do PPG/IELT, teve imensa influência nas minhas leituras e construção crítica desta pesquisa. Obrigada, professores.

Agradeço, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa de mestrado que me foi concedida durante esse período. O que tornou possível um estudo detalhado e empírico da melhor forma possível. Vida longa à ciência, vida longa à pesquisa, vida longa à educação. Viva!

Agradeço a cada uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Lembrar de vocês é um misto de sentimentos, mas todos com bastante emoção e inundados de revolta, porque pouco ou quase nada posso fazer para mudar a situação de vocês. Espero que num futuro próximo, o abolicionismo prospere e, antes dele, claro, um outro modelo de sociedade. Não desejo apenas que permaneçam vivas: vocês mesmas disseram nos questionários que não basta comer, beber e dormir para viver e, portanto, desejo que vivam bem. Nunca vou me esquecer.

Agradeço ao meu filho, Raphael, por ser absolutamente tudo nessa vida para mim. Rapha, você me acompanhou em toda a trajetória de estudos: faculdade, especializações, estudos diversos, mestrado, pesquisa e eu só posso agradecer por ter o melhor filho do universo como meu. Obrigada pela paciência e desculpe-me por trabalhar e estudar tanto. Sei que, às vezes, você sente minha falta. Eu sinto a sua o tempo todo. Nessa sociedade injusta sustentada sobre as bases do patriarcado e do capital, acumulo diversas funções e cada dia me liberto menos. A maternidade, entretanto e com certeza, pesa menos nos ombros das mães de filhos como você. Eu não sei o que faria sem sua existência, meu filho. Você é o ato revolucionário do meu dia-a-dia. É o materialismo dialético que constrói meus caminhos, a décima primeira tese de Marx sobre Feurbach na minha vida. Cresça bom. Estude muito para poder dominar as técnicas que permitem transformar o mundo. Lembre-se de tudo que realmente importa e seja sempre capaz de sentir profundamente toda e qualquer injustiça cometida contra qualquer ser humano, independente do lugar que ocupe no mundo. Seja feliz sempre. Mamãe te ama mais que tudo.

Ao meu marido Rafael, obrigada por existir e topor esse projeto de família e relacionamento ao meu lado. Que bom que nos encontramos e podemos viver em nossa casa, tudo o que – ainda – não conseguimos implantar no mundo. Parafraseando Mauro Iasi: “Te amo e odeio tudo que te

deixa triste. Se o mundo com seus horários e famílias e fábricas e latifúndios e missas e classes sociais, dores e mais-valia e meninas com hematomas no lugar de sua alegria insistir em te deixar triste, apertando tua alma com suas garras geladas, teremos, então, que mudar o mundo. Nenhum sistema que não é capaz de abraçar com carinho o homem que amo e acolher generosamente minha amada classe é digno de existir. Está, então, decidido: vamos mudar o mundo, transformá-lo de pedra em espelho para que cada um, enfim, se reconheça. Para que o trabalho não seja um meio de vida, para que a morte não seja o que mais a vida abriga. Para que o amor não seja uma exceção, façamos agora uma grande e apaixonada revolução”.

Às minhas colegas e aos meus colegas de mestrado, especialmente Geraldo, Gabriel e Ivo: que turma incrível a nossa! Atravessar esse lapso temporal e espinhoso caminho da pós-graduação é difícil, mas atravessá-lo sozinha seria impossível. Somos seres sociais e nos conhecemos na relação com os outros. E, como eu me conheci inserida nesse meio! Como aprendi, como ri, como me desesperei e como confortei e fui confortada por vocês. Nesta sociedade, cada dia mais há a fragmentação do ser social em redomas de individualismo. Marx já anunciava em “O capital” ao afirmar que a forma imediata de manifestação da classe é a concorrência entre os indivíduos por uma posição no mercado de trabalho, como adversários. Vencemos isso. Fomos além! O tempo todo resistimos e resistir ao lado de vocês foi, absolutamente, inesquecível.

Aos meus amigos da vida fora da academia científica: Bruna, Ana, Matheus, Rafael, Priscila, Sâmara, Ju e tantos (!) outros: obrigada. Vocês transformaram momentos ruins em leveza. Um boteco, um filme, um lanche; independente do lugar, quando estamos juntos, as feridas ficam anestesiadas. Não por inação, não por omissão, mas justamente porque sinto que estes momentos tinham e tem uma enorme função de construção política. Afinal, são nestes momentos e nestes locais onde criamos, pensamos, discutimos e construímos um projeto de sociedade de acordo com nossos ideais. Qualquer um que presencia estes momentos pode testemunhar a força revolucionária que emana de nossos grupos. O próprio Marx relata tal processo nessa passagem dos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*:



É possível contemplar este movimento prático nos seus mais brilhantes resultados, ao ver agrupamentos de trabalhadores socialistas franceses. Fumar, beber, comer, etc., já não são simples meios para juntar as pessoas. A sociedade, a associação, o entretenimento, que de novo tem a sociedade como seu objetivo, é o bastante para eles; a fraternidade dos homens não é uma frase vazia, mas uma realidade, e a nobreza e a humanidade irradia sobre nós a partir das figuras endurecidas pelo trabalho. (1983, p. 216)

Amigas e amigos, obrigada por me salvarem do abismo e da solidão.

Agradeço aos homens de minha família que, obviamente, não implicam automaticamente em admiração pelo simples fato de carregarmos um sobrenome, mas pelas suas ações despertarem em mim amor e contemplação: Vô Lélío, Tio Ruber, Tio Rogério e Felipe. Vocês são os caras da minha vida! Amo vocês com todo o meu coração e ser.

O mais difícil deixo por último: o agradecimento às mulheres da minha vida e responsáveis pela mulher que me tornei.

Juliana, dinda, tia Ju, mulher mais doce, corajosa e maravilhosa: eu te amo e cada pedacinho meu tem muito de você. Todas as vezes que me pego pensando sobre o que fazer, tento pensar o que você faria. Na maioria das vezes, falho, porque, não importa o quanto eu me esforce, não há como ser parecida com você. Simplesmente porque você é única. Obrigada por existir.

À minha avó Ana. Perdê-la foi a maior, pior e mais dolorosa situação que passei nesta vida e, claro, foi acontecer durante o mestrado. Ainda não me acostumei com esse buraco no meu peito. Ainda não acostumei com sua casa sem o cheiro de cigarro, sem sua gargalhada, sem a sua tosse. Somos muito egoístas, Vó, mas duvido que exista alguém que te conheceu e que não seja também. Me esforço o tempo todo para lembrar de todos os seus detalhes e me desespero quando percebo alguma lembrança partindo ou sendo diminuída. Sigo escrevendo como se você pudesse ler. Não quero aceitar que você se foi.

Mãe, você já deve estar irritada por ter sido deixada por último, porque é uma leonina, vaidosa e cheia de si. Claro que com razão! Deixei para o final, porque é difícil falar sobre você, é difícil falar sobre nós. Quando penso em você, automaticamente, sinto uma vontade incontrolável de chorar, porque lembro de tudo o que passamos. Tenho orgulho de você. Tenho orgulho da sua força. Tenho orgulho de você estar concluindo sua graduação. Você é a melhor

mãe e a melhor avó do planeta. Sou sua adoradora, fã incondicional e sempre quero estar com você. Não existe um mundo sem você e nada pode mudar minha opinião. Mãe, obrigada por me criar autossuficiente e independente, por me ensinar a receber críticas sem chorar ou me rebaixar. Obrigada por me ensinar a ser mais cérebro que coração e, quando coração, ser absolutamente extrema e verdadeira no que sinto. Obrigada por me achar a pessoa mais inteligente que existe, mesmo que eu esteja completamente e inteiramente longe disso. Obrigada por me ensinar a encarar, resolver, olhar nos olhos, levantar a minha cabeça e nunca abaixar minha voz ou expectativas. Obrigada por me tornar assertiva, por me ensinar a lutar e continuar firme, mesmo quando as coisas desmoronam. Cá estou, né? Obrigada por tudo. Não consigo imaginar o quanto foi difícil criar uma menina como eu! Eu te amo, mãe. Te amo com todas as forças. Tenho orgulho de ser sua filha e tenho orgulho quando dizem que somos parecidas. Você é maravilhosa!

Às mães deste mundo, “somos mães de revolucionários, conosco está o futuro de nosso povo”.

*Na maioria dos círculos, a abolição das prisões é simplesmente impensável e implausível. Aqueles que defendem o fim das prisões são rejeitados como idealistas e utópicos cujas ideias são, na melhor das hipóteses, pouco realistas e impraticáveis e, na pior delas, ilusórias e tolas. Isso exemplifica como é difícil imaginar uma origem social que não dependa da ameaça de enclausurar pessoas em lugares terríveis destinados a isolá-las de sua família e de sua comunidade. A prisão é considerada algo tão natural que é extremamente difícil imaginar a vida sem ela [...]. No fundo, há uma questão fundamental: por que consideramos as prisões algo incontestável?*

Angela Davis (2018, p. 12)

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca analisar, em uma perspectiva crítica, a mulher no sistema carcerário e a violência institucionalizada na sociedade de classes. Não obstante as sempre presentes crises do sistema carcerário, refletimos aqui sobre a violência de gênero, o modo de produção capitalista, o discurso e o pensamento punitivos sociais como algo inerente a esse modelo de organização de sociedade. Neste trabalho foram utilizadas entrevistas interpretativas feitas com cinco mulheres que estavam ou estiveram em situação de cárcere na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. A partir de perguntas a respeito dos valores e do próprio aprisionamento dessas pessoas, foi possível perceber e reconhecer a prisão de mulheres como mais uma forma de violência e manutenção do patriarcado. Característica que não é estranha ao sistema capitalista em todos os momentos de sua existência. Portanto, esta pesquisa nos mostra a impossibilidade de romper com a situação de barbárie em que sobrevivem os indivíduos encarcerados em nosso país, especialmente as mulheres. A ligação entre indústria do encarceramento, neoliberalismo, patriarcado e justiça apenas confirma que o Estado Moderno, como analisou Marx no século XIX, é o comitê executivo da burguesia.

FLEURY, Ana Carolina Silva Araújo Brito de. **A mulher no sistema carcerário: violência institucionalizada na sociedade de classes**. 2020. 127 p.

Dissertação de mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2020.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veralúcia Pinheiro.

Defesa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

O presente trabalho é o relato de pesquisa desenvolvida no ano de 2019 junto a mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser (PFCN), em Aparecida de Goiânia – GO, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético.

**Palavras-chaves:** Criminologia crítica. Encarceramento. Gênero.

## ABSTRACT

This master's thesis seeks to analyze women in the prison system and institutionalized violence in class society, considering a critical and radical perspective on these issues. Despite the ever-present crises of the prison system, we reflect on gender violence, the capitalist mode of production and the punitive discourse and thought of general society. Such aspects and the researcher's performance contributed to outline the objectives of this research. Interpretative interviews were used and we selected five women who were that time in prison at the Consuelo Nasser Women's Penitentiary at Aparecida de Goiânia Prison Complex to answer a questionnaire. From questions about the values and the imprisonment of these women, it was possible to perceive and recognize the arrest of women as another form of violence, male domination over the female sex and maintenance of the patriarchy and capitalist system.

FLEURY, Ana Carolina Silva Araújo Brito de. **A mulher no sistema carcerário: violência institucionalizada na sociedade de classes**. 2020. 127 p.

Dissertação de mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2020.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veralúcia Pinheiro.

Defesa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

This work reports a research which was conducted in 2019 with women incarcerated at the Consuelo Nasser Women's Penitentiary (PFCN), at Aparecida de Goiânia – GO, Brazil, from the perspective of dialectical and historical materialism.

**Keywords:** Critical criminology. Incarceration. Gender.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. A MULHER NA EMERGÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</b>	<b>34</b>
1.1. A gênese da acumulação primitiva no Brasil e o lugar da mulher .....	41
1.2. As mulheres na construção da modernidade.....	46
1.3. O capitalismo e a posição social da mulher .....	49
<b>2. VIOLÊNCIA E SISTEMA CARCERÁRIO .....</b>	<b>56</b>
2.2. Encarceramento na miséria: considerações sobre o neoliberalismo.....	62
2.3. Crime e mercadoria na sociedade capitalista .....	66
2.3. Cárcere e criminalização da pobreza .....	71
<b>3. A Penitenciária Feminina Consuelo Nasser: crime, lei e mulheres.....</b>	<b>83</b>
3.1. Cenário político-econômico e os reflexos no sistema carcerário brasileiro contemporâneo .....	87
3.2. Violência e cárcere: as grades só mudam de lugar .....	89
3.3. Contexto social, econômico e cultural .....	100
3.4. Machismo como valor .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da graduação no curso de Direito e posterior atuação como advogada, tendo clientes prioritariamente mulheres, inquietou-me a condição humana das mulheres envolvidas no mundo do crime. Como advogada não é difícil perceber que as mulheres muitas vezes se inserem no crime por meio dos vínculos amorosos com homens ou mesmo devido à violência que marcam suas vidas no interior de suas famílias. Tais informações, no entanto, são dispersas e contraditórias. Essa falta de consistência nos impede de formular análises teóricas sobre o tema e não responde a indagação sobre os motivos que levam ao crescimento do processo de envolvimento das mulheres com o crime: um mundo essencialmente violento e predominantemente masculino.

Contudo, aqui nos contrapomos às teses que insistem em ressaltar a ideia segundo a qual a mulher é um ser natural mais pacífico e emocional do que o homem. Isso porque consideramos que as diferenças entre homens e mulheres, no que se refere às atitudes violentas, assim como a discussão acerca da participação das mulheres em crimes, têm como pressuposto mudanças no processo de socialização das mulheres, antes voltadas prioritariamente para a submissão.

Não é preciso repetir que a sociedade capitalista é essencialmente violenta. Além disso, o capitalismo não é um simples sistema econômico, mas uma relação social. Por isso, o Estado e as instituições modernas como a escola, a ciência, o direito, etc., integram seu universo. Desse modo, apenas no âmbito das aparências prevalecem funções contrárias em esferas que se apresentam separadas quando, na realidade, elas representam as duas faces da mesma moeda. Segundo Vogele (2007), Política, Estado, Mercado, Poder, Dinheiro etc., constituem um sistema de polaridades dinâmicas, porém, inimigas e como tal, encontram-se em uma contínua e destrutiva batalha, embora formem os dois lados de uma mesma moeda. Para a autora, o sistema capitalista, com seu fetichismo, já não produz processos de dominação pessoal baseados na submissão direta. Agora o indivíduo internaliza hierarquias que representam concepções coercitivas. Liberdade e igualdade são princípios abstratos, pois, permanecem nas sociedades liberais condições de seleção e reconhecimento para identificar os sujeitos e os classificar. O universalismo e a liberdade do indivíduo no ocidente são exclusivas para aqueles que podem

pagar e para aqueles que internalizaram a ordem vigente como algo indiscutível, de forma peremptória.

A base simbólica da sociedade de mercado é o patriarcado. Nela, a política e a economia são qualidades do homem. Dessa forma, a sexualidade masculina é definida como individualista, agressiva, violenta; já as mulheres, pelo contrário, são definidas como meigas e maternais. Assim, o homem é visto como ser humano que domina e submete a mulher. Esta, por sua vez, é percebida apenas como objeto. Os conflitos são correlacionados com o sexo masculino; já a figura da mulher, em geral, se correlaciona com a harmonia e com a passividade. Características que a tornam incompatível com o exercício da autonomia. Por isso, o envolvimento das mulheres com o crime nega essa ordem simbólica e talvez leve a um processo ainda maior de penalização dessa mulher que ousa inverter a ordem.

Assim sendo, buscamos por algumas mulheres encarceradas no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia – Goiás, especificamente nos dois estabelecimentos penais onde permanecem as mulheres. Apesar de haverem presas na Casa de Prisão Provisória (CPP), o estudo se restringiu à população carcerária da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser (PFCN). A única em Goiás destinada exclusivamente ao sexo feminino. Concomitante a pesquisa empírica, nos aprofundamos nos estudos teóricos observando a centralidade das categorias: violência, criminalização, sociedade de classes e sistema penal.

Quanto à relevância desta pesquisa, lembramos que em Goiás poucos estudos se voltaram para a questão das mulheres presas. Todavia, por meio da habitual espetacularização das notícias midiáticas envolvendo o mundo do crime, somos informados que, em geral, tratam-se de mulheres jovens, mães, negras e, sobretudo, condenadas por tráfico de drogas. Sempre desempenhando papéis de menor importância.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a mulher representa menos de 5% da população carcerária. Do ponto de vista estatístico, poder-se-ia supor que o tema é insignificante. Contudo, segundo dados do INFOPEN, entre os anos de 2000 e 2016 houve um crescimento de 698% do contingente carcerário feminino. Isto é, o processo de criminalização das camadas populares no Brasil não poupa as mulheres e, ao mesmo tempo, nos leva a indagar sobre a natureza dessa sociedade que,



ao invés de garantir políticas de seguridade social, limita-se a oferecer as mulheres em situação de vulnerabilidade uma política de encarceramento. Portanto, compreender a situação das mulheres que participaram de ações delituosas e que por isso foram presas, passa necessariamente pela análise do contexto social, político, econômico e cultural da realidade em que elas vivem. Uma realidade que não se restringe ao universo das mulheres que praticaram crimes, mas de muitas outras que se encontram em situação de violência e desemprego. Ou seja, no limiar da condição de marginalidade.

Partimos da indagação sobre os fatores que contribuíram para a elevação do número de mulheres envolvidas com a criminalidade. Ou melhor, nos propusemos a identificar, no bojo de nossa sociedade, os dados elucidadores desse fenômeno, para, então, responder à seguinte questão: qual a relação entre a formação de um Estado Penal neoliberal e o encarceramento em massa de mulheres?

### **a) Metodologia**

A presente pesquisa se desenvolveu no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias e se insere na linha de pesquisa 1 - Educação, escola e tecnologias no Eixo Temático 4 - Processos Educativos e Diversidade. O estudo teve como procedimento a pesquisa qualitativa e baseou-se no método dialético. Precisamente na dialética de Marx caracterizada pela conhecida inversão que o autor realiza da dialética de Hegel tal como o próprio autor (1983) ressaltou em seu “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”.

É possível perceber que o marxismo busca a verdade e encontra-se em constante processo de aprimoramento metodológico, já que considera que a verdade não é natural ou circunstancial, mas histórica e processual (VIANA, 2015). A pesquisa requer que seja levado em conta que a busca pela verdade é um processo complexo e que as relações conflituosas estabelecidas entre as classes sociais obscurecem, ainda mais, a busca por ela quando se trata de relações sociais.

A noção de totalidade surge como elemento central em sua análise, a partir da qual se compreende a necessidade de relacionar fenômenos específicos com o contexto geral no qual estão inseridos. Esses fenômenos

são considerados por Marx como o resultado de múltiplas determinações, exigindo assim que o pesquisador atente para os diversos elementos que contribuem para a produção da realidade concreta como um todo. Segundo Viana (2015, p. 108), para entender este processo é preciso reconhecer sua historicidade e entender a importância da categoria totalidade.

Ainda, nas palavras de Viana (2015, p. 7), torna-se necessário que a observação empírica seja crivada pela demonstração da conexão existente entre as representações, as dinâmicas sociais e a estrutura da formação social dominante.

A presente pesquisa se mostra interdisciplinar, já que dialoga com o Direito (área de atuação da pesquisadora), mas não apenas, visto que se relaciona com a História, Sociologia, Criminologia e Direitos Humanos. O objeto de pesquisa requer inter-relação e, utilizando-se este termo, será realizada uma pesquisa pautada pela transferência de conceitos, metodologias e técnicas desenvolvidas de uma ciência para outra e por uma intersecção de disciplinas que se reorganizam, que buscam elementos noutras ciências, mas que, ao mesmo tempo, não apagam seus próprios contornos (LEITE, 2014, p. 8). A variedade de abordagens combina com a pesquisa qualitativa que não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa (FLICK, 2009, p. 26), sendo que, nesta, desenvolvemos uma reflexão sobre o tema a partir da relação entre o social e as representações cotidianas.

As representações, segundo Marx (*apud* Viana, 2015, p. 30), são elaboradas a partir do processo histórico de vida dos indivíduos, de suas relações sociais e com a natureza. Nesse contexto, as relações sociais são fundamentais para se compreender as representações do indivíduo.

A pesquisa foi realizada em duas etapas consideradas imprescindíveis ao objetivo de conhecer a realidade concreta das mulheres privadas de liberdade. Em um primeiro momento, realizamos a análise documental por meio da consulta aos documentos fornecidos pela Direção da instituição sobre as mulheres encaminhadas à Penitenciária Feminina Consuelo Nasser e, no segundo momento, realizamos as entrevistas com as mulheres selecionadas. Tais documentos eram compostos de informações básicas sobre as presas: número da cela, ala e nome completo. Não havia menção aos processos ou crimes praticados. Fator que nos desencorajou a continuar com a ideia inicial

de analisar os processos criminais das mulheres para, então, selecioná-las. Nos documentos citados que, na verdade, eram listas de presenças, foi possível encontrar os números de presas na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser atualizados até a realização das entrevistas.

Para a etapa inicial da pesquisa, elaboramos um roteiro capaz de nos orientar no processo de leitura e coleta de informações importantes nos processos criminais. Além disso, tais dados nos possibilitaram refletir o processo de produção e reprodução da violência nessa sociedade cujo Estado se constitui como núcleo dela.

Foram seguidas as seguintes etapas:

1) Por meio de diálogos com a diretora do presídio e agentes carcerários, chegamos até as mulheres que gostaríamos de entrevistar. O foco do processo foi selecionar mulheres cumprindo ou que cumpriram penas privativas de liberdade na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, localizada no interior do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

Nesta etapa houve a constituição do *corpus* de nossa pesquisa, com os respectivos dados e informações disponibilizados sobre essas mulheres. Dados tais como: faixa etária, moradia, histórico do delito em que se envolveram, dentre outros que fossem necessários.

A partir desses dados foi possível selecionar as mulheres que fizeram parte da segunda etapa da pesquisa. Ou seja, aquelas que foram entrevistadas. De modo que, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás – UEG, foram selecionadas quatro mulheres para participar da pesquisa. Porém, ao final, entrevistamos cinco mulheres: quatro que estavam presas na Penitenciária Feminina e uma que já havia deixado a prisão, mas aguardava julgamento ainda que em liberdade.

2) O principal critério para inclusão das mulheres como participantes da pesquisa foi a aceitação delas próprias. Elas, então, nos ofereceram histórias que, embora singulares, expressam a condição de violência em que se encontram milhares de outras mulheres das camadas populares.

A singularidade deve ser interpretada como casos emblemáticos com maior incidência da violência e que neguem a ordem simbólica da mulher como um ser pacífico. Diante da complexidade do tema, elegemos como objetivo geral da pesquisa responder se o envolvimento das mulheres no crime

representa um processo de rompimento com a socialização que tem por base a submissão. Ou, ao contrário, se expressa o princípio da ausência de autonomia, uma vez que essas mulheres se limitam a reproduzir práticas violentas historicamente vinculadas ao universo masculino. Além disso, qual a relação entre a formação de um Estado Penal no bojo do neoliberalismo e o encarceramento em massa das mulheres?

A pesquisa foi, em sua maior parte, empírica, sendo que o termo genérico “campo” pode designar uma determinada instituição, uma subcultura, uma família, um grupo específico de pessoas com uma biografia especial e assim por diante (FLICK, 2009, p. 110). A análise de dados desempenha papel indispensável, já que possibilitará a triangulação dos dados gerados e descobertos, norteando a busca das respostas às perguntas que guiam a pesquisa empírica. Eles foram registrados através de anotações, reflexões e gravações.

Além do que já foi explicado, a pesquisa sobre representações cotidianas não tem como base o positivismo, mas a teoria marxista. Ou seja, utilizamos o materialismo histórico dialético. Este método compreende a história e as ações humanas a partir da organização do modo de produção da vida material. Segundo Viana (2015, p. 107), o ponto de partida para se pensar as técnicas de pesquisa em representações cotidianas está em entender que elas são produtos sociais e históricos de seres sociais concretos e vivos. Ou seja, seres conscientes e não ideias puras e descoladas das relações sociais. Por tais motivos, a entrevista é uma técnica fundamental da pesquisa em representações cotidianas, uma vez que as representações que os indivíduos produzem sobre suas relações, e com o meio ambiente na sua vida cotidiana, mobilizam as características da cotidianidade nesse seu modo de representar (VIANA, 2015, p. 108).

A partir dessas considerações e concepções, a melhor técnica que serve à pesquisa em representações cotidianas é a chamada entrevista interpretativa. Nas palavras de Nildo Viana:

Para ter acesso às representações cotidianas e poder efetivar uma interpretação correta das mesmas, é necessário que tal acesso seja sob a forma mais completa e ampla possível. Além disso, é preciso ter outras informações e elementos que vão além das próprias representações cotidianas, pois assim o processo de interpretação ganha uma maior possibilidade (e

facilidade) de ser correta. É por isso que a entrevista interpretativa é a principal técnica de pesquisa em representações cotidianas, mas não a única, pois pode contar, embora isto dependa do contexto da pesquisa, com outras técnicas auxiliares, tal como a observação relacional e a investigação documental. (VIANA, 2015, p. 109)

Na referida modalidade de pesquisa, é necessário que haja, em primeiro lugar, um material que possa justamente ser interpretado e que forneça informações pessoais que possibilitem traçar um quadro com a posição social (classe, profissão, dentre outros) e as relações sociais (amigos, familiares, etc.). Em segundo lugar, é necessário que haja informações biográficas para que sejam compreendidos aspectos da vida do pesquisado, emergindo, portanto, um indivíduo social e histórico (VIANA, 2015, p. 117). Em terceiro lugar, são necessárias informações culturais (crenças e opiniões, por exemplo). Por último, são necessárias informações representacionais, ou seja, aquelas ligadas à percepção sobre a realidade que se vive.

A pesquisa das representações cotidianas não visa apenas descobrir quais são as representações cotidianas e suas convicções, mas também suas motivações. Isto é, a razão pela qual os indivíduos possuem tais representações cotidianas a respeito do tema definido (VIANA, 2015, p. 118), no caso, a relação entre: encarceramento, sociedade de classes e violência.

Para a entrevista interpretativa, foi elaborado um roteiro de perguntas subdividido em cinco partes, quais sejam: informações pessoais, informações biográficas, informações culturais, informações semiconscientes e informações representacionais sobre a prisão e o cotidiano na prisão. A parte V, que trata sobre as informações semiconscientes, traz uma breve história fictícia e, a partir dela, algumas questões que dizem respeito aos valores e às visões de mundo. Ou melhor, ao julgamento moral referente à atitude das mulheres, geralmente mães, diante das dificuldades enfrentadas no mundo real.

Com essas informações sobre a situação social e consciência dos indivíduos e suas representações sobre o fenômeno específico pesquisado em mãos, foi possível entender e reconstituir suas representações cotidianas através da análise de suas convicções e opiniões (VIANA, 2015, p. 122). O que tornou possível a realização de uma síntese de um processo representacional no seu conjunto.

## **b) Contexto histórico e social das mulheres na emergência do modo de produção capitalista**

Segundo Federici (2017) é falsa a descrição da sociedade feudal como um mundo estático no qual cada estamento aceitava o lugar que lhe era designado na ordem social. Ao invés disso, o retrato que emerge do estudo sobre o feudo é, na verdade, de uma luta de classes incansável.

Assim, para a autora, antes da transformação das diferenças de rendimentos em diferenças de classes, as mulheres, embora, no geral, fossem os membros mais pobres da sociedade, ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos.

É relevante a informação de que no século XIV, as mulheres também estavam se profissionalizando. Elas eram professoras, médicas, cirurgiãs e, nesse momento, começaram a competir com homens formados em universidade. Fica claro que à medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social passou a ser mais constante nos sermões dos padres que repreendiam sua indisciplina (CASAGRANDE, 1978 *apud* FEDERICI, 2017, p. 64) e nos arquivos dos tribunais aonde elas iam denunciar quem as abusava (COHN, 1981 *apud* FEDERICI, 2017, p. 65).

É claro que, em resposta a esse projeto de independência feminina, seria configurada uma resposta misógina. Fica claro que, quando se observa a história, em todos os momentos em que houve crescimento feminino em áreas potencialmente de disputa com homens, houve, também, movimentos de repressão e opressão a esse desenvolvimento.

Depois que o cristianismo tornou-se a religião estatal no século IV, a questão da politização da sexualidade se agravou, de forma que o Clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo. Desta maneira, expulsavam as mulheres de qualquer fase da liturgia, por exemplo.

Diante do fato de que na Igreja as mulheres eram subalternas, fica compreensível o porquê havia tantas mulheres no movimento herético, já que lá possuíam uma elevada posição social. Isto é, entre os heréticos, elas eram consideradas como iguais. Para Volpe (1971, p. 20), a heresia popular foi um fenômeno de classes baixas. Por isso não nos surpreendemos com o fato de que as mulheres estivessem mais presentes na história da heresia do que em

qualquer outra esfera da vida medieval. De modo que a heresia surgiu no ambiente dos proletários rurais e urbanos: camponeses, sapateiros e trabalhadores têxteis “[...] aos quais se pregava a igualdade, fomentando seu espírito de revolta com predições proféticas e apocalípticas” (FEDERICI, 2017, p. 83 e 87). Nos movimentos heréticos descobriram uma causa comum e que ressaltou as lutas urbanas por uma sociedade mais igualitária e o comunismo dos bens.

Todavia, contrapondo-se ao avanço das lutas por igualdade, no século XIV, o crime de estupro foi praticamente descriminalizado, especialmente nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa. Fenômeno que tornou o estupro coletivo de mulheres proletárias uma prática comum. Desse modo, para estas mulheres proletárias,

[...] tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição. Porém, elas não eram as únicas que sofriam. A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina. (FEDERICI, 2017, p. 104)

Em resposta a crise do poder feudal, a classe dominante europeia lançou a ofensiva global que, ao longo de ao menos três séculos, mudaria a história do planeta, estabelecendo as bases do capitalismo mundial. A violência foi o pilar desse processo de transição para o capitalismo: roubos, assassinatos, escravização, conquista, dentre outros. O termo “transição”, entretanto, é muito criticado, pois remete a ideia de um processo linear ou contínuo quando, na verdade, tal período foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história (FEDERICI, 2017, p. 116).

Portanto, para os processos sociais que caracterizaram a reação feudal e o desenvolvimento das relações capitalistas será utilizado o conceito marxiano de acumulação primitiva. O termo foi introduzido por Marx no final do tomo I de *O capital* para descrever a:

[...] reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta à crise de acumulação, e para estabelecer, em polêmica com Adam Smith, que: i) o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho; e que ii) a dissociação entre trabalhadores e meios de produção, e não abstinência dos ricos, é a fonte da riqueza capitalista. A acumulação primitiva é, então, um conceito útil, já que conecta a “reação feudal” com o desenvolvimento do sistema capitalista, em que “primitiva” (originária) indica tanto uma pré-condição para a existência de relações capitalistas como um evento específico no tempo. (FEDERICI, 2017, p. 107)

Assim sendo, é nesse sentido que Marx (2006, t. 1, p. 950) escreve que o capital emerge sobre a face da terra “escorrendo sangue e sujeira dos pés à cabeça”. Na Europa ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em casas de trabalho e em casas correccionais recém-construídas (FEDERICI, 2017, p. 120). O interessante neste ponto é o fato de que tais casas serviriam de modelos para o futuro sistema carcerário.

Outro ponto importante que chama a atenção é que a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva e que, segundo Marx (*apud* Federici, 2017), é uma verdadeira potência econômica.

Desde o começo do capitalismo, a guerra e a privatização da terra empobreceram a classe trabalhadora (FEDERICI, 2017, p. 130) e as terras comunais eram extremamente importantes para as mulheres, já que eram utilizadas para sua subsistência, autonomia e sociabilidade. As lutas contra os cercamentos nos séculos XVI e XVII se agravaram e, junto a eles, a participação feminina também aumentou, de forma que alguns protestos eram inteiramente femininos. Essa participação feminina resultou da crença de que as mulheres estavam acima da lei e, segundo Federici (2017, p. 143), chegou-se ao ponto de que até mesmo os homens se vestiam como mulheres para arrancar cercas.

É claro que essa situação não durou muito, já que o governo, rapidamente, se movimentou e conseguiu eliminar esse privilégio e começou a prender e encarcerar mulheres que participavam de motins contra os cercamentos. Nas palavras de Kriedte:

Assim como ocorreu com a comutação, as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo



comunitário se desintegrou. Isso se deve, em parte, ao fato de que, para elas, era muito mais difícil tornar-se “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes, pois uma vida nômade as expunha à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo. As mulheres também tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e ao cuidado dos filhos, um fato ignorado pelos pesquisadores que consideram que a fuga da servidão (por meio da migração e de outras formas de nomadismo) seja uma forma paradigmática de luta. As mulheres tampouco podiam se ornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido aos exércitos como cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e esposas; porém, essa opção também desapareceu no século XVII à medida que, progressivamente, os exércitos foram sendo regulamentados e as multidões de mulheres que costumavam segui-los foram expulsas dos campos de batalha. (KRIEDTE, 1983, p. 55).

Tais mudanças históricas redefiniram a posição das mulheres na sociedade em relação aos homens. Fica claro que, na transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social, tendo sido este aspecto fundamental para a acumulação do capital.

A partir daí, tentavam, inclusive através de meios brutais, forçar as pessoas a trabalhar, enquanto os economistas desejavam promover a ilusão de que o capitalismo proporciona a liberdade e não a coerção. Ao mesmo tempo, era dada nova importância à família enquanto instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho e da intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da própria vida familiar (FEDERICI, 2017, p. 172). A principal medida do Estado, especialmente se considerarmos o momento, no século XVI, foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, já que havia uma baixa populacional. Nesta guerra, todos os governos europeus começaram a impor penas mais severas à contracepção, ao aborto e ao infanticídio. Eles tornaram-se delitos sancionados com a pena de morte e castigados com severidade maior do que os aplicados aos crimes masculinos, sendo que em:

Nuremberg, no século XVI, a pena por infanticídio materno era o afogamento; em 1580, ano em que as cabeças cortadas de três mulheres condenadas por infanticídio materno eram pregadas para contemplação pública, a sanção foi alterada para decapitação. (KING, 1991, p. 10)

As pesquisas de Federici (2017) também apresentam esse processo de intensificação da condenação das mulheres nos séculos XVI e XVII. De

acordo com a autora, nesse período, foram adotadas novas formas de vigilância para garantir que elas não interrompessem a gravidez. Constituiu-se, para tanto, um sistema de espionagem cujo objetivo era vigiar as mães solteiras, impedindo-as de obter apoio comunitário. Tal perseguição multiplicou o número de mulheres processadas por infanticídio. Este fato tornou o crime de infanticídio, depois da bruxaria, o campeão na lista dos motivos que levou mulheres a execução.

Além de toda essa marginalização da mulher, foi questão de pouco tempo para que o papel da mulher na sociedade fosse realocado e, cada vez mais, seu trabalho desvalorizado. A partir do momento que o Estado passou a privar as mulheres do controle sobre seus corpos, privou-as de quaisquer outros caminhos que não as reduzissem à atividade reprodutiva. Isto é, houve grave redução do papel das mulheres diante dessa nova divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, as mulheres foram transformadas em não trabalhadoras. Elas perderam espaço em várias áreas, restando a oportunidade de emprego apenas naqueles postos mais baixos de empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, tecelãs, dentre outros. De acordo com Wiesner (1993, p. 83), dizia-se até mesmo que qualquer trabalho feito por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado. Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, isso era considerado trabalho doméstico, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como produtivo (FEDERICI, 2017, p. 182).

A desvalorização do trabalho feminino rapidamente se alastrou e se intensificou transformando todo trabalho feminino em tarefa doméstica. Fator que colocou o casamento como uma espécie de carreira para a mulher. É claro que essa perda do poder com relação ao trabalho assalariado levou a massificação da pobreza feminina, aumentando, especialmente, a prostituição. Inclusive, enquanto na Baixa Idade Média a prostituição havia sido aceita, no século XVI a situação foi invertida. O clima de misoginia intenso fez da prostituição um crime. O que reforçou o poder masculino. Segundo Federici (2017, p. 197), qualquer homem podia, a partir dali, destruir uma mulher simplesmente declarando que ela era uma prostituta.

Diante dessa breve história das mulheres e da acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina foi de fundamental importância para o

desenvolvimento capitalista. Assim, a acumulação foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (FEDERICI, 2017, p. 233).

Enfim, quanto à questão da caça às bruxas na Europa do século XV, a “bruxaria” era considerada como um crime feminino. O mais notável é que mais de 80% das pessoas julgadas e executadas nos séculos XVI e XVII pelo crime de bruxaria eram mulheres. Para Federici (2017, p. 324), a partir desse momento, os crimes reprodutivos ocuparam um lugar de destaque nos julgamentos e a situação era tão extrema que a “má reputação” era prova de culpa nos julgamentos por bruxaria. Tratava-se do padrão atribuído às mulheres e a quebra de tal padrão, consequentemente, era vista como um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja. Nesse sentido, as descrições das bruxas nos lembram as mulheres tal como eram representadas nos autos de moralidade medievais: prontas para tomar a iniciativa, tão agressivas e vigorosas quanto os homens, vestindo roupas masculinas ou montando com orgulho nas costas dos seus maridos, segurando um chicote.

Toda essa perseguição às mulheres se estende ao longo da história no mundo ocidental, pois, já no final do século XIX, início do século XX, a ordem burguesa que se instala no Brasil o faz sob a pretensa preocupação com a modernização e a transformação das cidades em metrópoles. Ou seja, essa nova ordem social buscou com que os trabalhadores incorporassem o modelo de família burguesa. Segundo Soihet (1997, p. 362), no regime capitalista que se instaurava, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível e não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Assim, a partir do século XIX,

[...] com a industrialização no Brasil, as mulheres das camadas populares passaram por profundas mudanças em sua situação conjugal e condição de trabalho. Idealisticamente, a burguesia em ascensão percebia as mulheres como recatadas, voltadas para a vida do lar, onde deveriam se ocupar dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos, enquanto os homens deveriam assegurar o sustento da família. (PINHEIRO, 2018, p. 2)

Assim, tais noções impostas ao gênero feminino fizeram com que autores como Cesare Lombroso (1896) se sentissem a vontade em afirmar que

as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Isto quer dizer que aquelas que demonstravam inteligência e erotismo eram consideradas extremamente perigosas, criminosas natas, prostitutas e loucas, devendo ser afastadas do convívio social (LOMBROSO, 1896).

Percebe-se que a polícia, o Código Penal e o complexo judiciário são, até os dias atuais, mecanismos de controle utilizados pela ordem vigente a fim de disciplinar as mulheres, demonstrando, portanto, a violência como estruturante desse processo. A esse respeito, Soihet (1997, p. 263) declara que:

A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações.

Em relação à condição da mulher permanecem situações de violência, segregação e silêncio dificultando, dessa forma, a obtenção de dados devido à ausência de registros a respeito dos modos de viver e sobreviver. Especialmente das mulheres das camadas populares. Decorre daí a importância da documentação policial e judiciária, cujas informações podem trazer à tona histórias femininas interditas.

Apesar de os escritos citados acima, como a documentação policial, serem de outra época, mais especificamente de antes dos anos 1960, a relação com a realidade dos dias atuais é explícita. Sendo que, embora houvesse informações em jornais e periódicos, os processos criminais foram e continuam sendo a principal fonte de pesquisa sobre a contribuição histórica das mulheres.

Ao atribuir à mulher a responsabilidade pelo lar e pelo casamento, a sociedade moderna a manteve dependente economicamente ao mesmo tempo em que lhe transformou em um ser pacífico, dominado e subjugado para, assim, contribuir com a manutenção das sociedades de classes. Evidentemente que no contexto da modernidade, embora persista o fenômeno da violência contra a mulher tanto na família quanto fora dela, quando nos referimos à dominação masculina, não nos restringimos à violência explícita. Ou seja, aquela em que o homem, valendo de sua superioridade física e

simbólica, faz valer sua vontade. No sentido aventado aqui o domínio baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade (SCHOLZ, 1992, p. 17).

Ora, a situação de ignorância em que se manteve a mulher ao longo de nossa história é um dos elementos que constitui o quadro de dificuldades que ela encontra na vida. Essa prática cria um círculo vicioso: como não tem instrução, ela não está apta a participar da vida pública e não recebe instrução porque não participa dela. É desse modo que as mulheres são impedidas de efetiva participação na

[...] sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres do século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher do século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera. (TELLES, 1997, p. 408)

Suárez e Bandeira (1999, p. 13) afirmam que a violência dirigida às mulheres responde por uma parcela muito elevada da violência interpessoal. Ela ainda é aumentada quando estimada a partir das totalidades das violências que ocorrem nos espaços domésticos. Apesar da diferença de quase vinte anos entre a afirmação das autoras e o ano de 2018, o Atlas da Violência (2018, p. 44) demonstrou que a situação não parece ter melhorado, já que concluiu um aumento de 6,4% de homicídios de mulheres nos últimos dez anos. Embora tenha crescido o número de violências praticadas pelas mulheres, elas ainda continuam figurando como as principais vítimas<sup>1</sup>.

Para Almeida (2001), as mulheres têm demonstrado sua inserção no crime como autoras de assassinatos, têm saído à rua para roubar, matar e se envolver em gangues. Fenômeno que tem desmontado o argumento sobre a natureza pacata da mulher e a consequente invisibilidade feminina no mundo

---

<sup>1</sup> Em Junho de 2016, a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade. O que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016 (INFOPEN – MULHERES, 2016, p.14).

do crime. Esse é um aspecto social que tem, cada vez mais, se mostram na imprensa e na sociedade.

### **c) Prisão e violência**

Segundo os dados trazidos pelo Atlas da Violência 2018 (p. 44), 4.645 mulheres foram assassinadas no país. O que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. O Estado de Goiás ocupa o terceiro lugar nas taxas de homicídios de mulheres no país, chegando a 7,1 homicídios para cada cem mil mulheres.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a mulher representa menos de 5% da população carcerária. Contudo, entre os anos de 2000 e 2016, houve um crescimento de 656% do contingente carcerário feminino (2018, p. 14).

A Comissão das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça lançou, em maio de 2018, o relatório denominado *Global Prison Trends 2018* que avaliou que, apesar de ter ocorrido uma diminuição das taxas de criminalidade a nível mundial, o número de pessoas encarceradas não cessa de crescer. É destaque no relatório a situação da mulher no cárcere. É possível notar que, apesar de as mulheres serem minoria nos presídios, o número de mulheres encarceradas subiu 53% no mundo entre 2000 e 2017. Outro dado alarmante é que, segundo o relatório, elas são punidas mais severamente que os homens pelo tráfico de drogas, por exemplo, apesar de exercerem papéis secundários em tais atividades. Brasil, Rússia, China e Estados Unidos são os países que mais encarceram mulheres no mundo. Os dados trazidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) divulgados em dezembro de 2017 demonstram que em 16 anos, entre 2000 e 2016, ocorreu um aumento de 698% da população carcerária feminina brasileira.

Sabe-se que o cometimento dos mais diversos crimes é algo comum, também, para as mulheres. Não devendo o ímpeto e a gravidade da delinquência estar relacionado ou dissociado da natureza atribuída ao gênero feminino; já que, há muito tempo, o determinismo biológico do crime não se sustenta. Matos (2006, p. 156) diz que a mulher pode ser vítima de várias formas de discriminação de gênero e, ainda assim – ou justamente por isto –, escolhe intentar no crime. A autora diz que:

[...] a mulher que comete crimes pode apresentar uma *trajectória* de vida marcada por diversas formas de discriminação de *gênero*, e nesse sentido enquadrar-se no conceito de mulher vítima, mas optar com auto-determinação pela via do crime correspondendo à representação da mulher empreendedora. Como refere Britton (2000), ambos os conceitos estão interligados, pelo que só rompendo com a dicotomia vítima/resistente se poderá compreender a forma dessa interligação. (MATOS, 2006, p. 159)

Sobre o sistema carcerário em si, é importante notar a mudança das funções do estado penal, posto que, primeiro,

[...] deve-se romper o paradigma do “crime e castigo”, materializado pela criminologia e o direito penal, que nos mantém confinados à perspectiva estreita da imposição do cumprimento da lei, incapaz de considerar o grau cada vez maior de punições aplicadas pelas autoridades, que ignoram na mesma proporção as finalidades extrapenais da prisão. (WAQUANT, 2008, p. 9)

O aumento do encarceramento feminino expõe mais uma face da sociedade misógina. Pois, é perceptível que se formulam cada vez mais leis cujo interesse é o de prender mais e mais mulheres e punir com penas ainda mais graves pelos mesmos crimes cometidos por homens. Pode ser citada como exemplo a Lei nº 11.346 de 2006, conhecida como Lei de Drogas, que deixa de regulamentar de maneira mais explícita e concreta as características que definem quem é traficante e quem é usuário. Esta margem possibilita que a misoginia opere livremente, uma vez que cabe a um policial, a um delegado e a um juiz, geralmente homens, definir se a mulher se enquadra como traficante ou usuária. Desta forma, os estereótipos atuam agravando a situação de vulnerabilidade da mulher diante do judiciário machista instituído no país.

A título de exemplo desse judiciário parcial, misógino, lembramos o caso do juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues<sup>2</sup> o qual, em 2007, durante uma audiência qualificou a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) como “herética e anti-ética”, tendo em vista que, nas palavras dele, a mulher moderna,

[...] dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser dos espermatozoides — assim só o é porque se

---

<sup>2</sup> Processo administrativo disciplinar nº 0005370-72.2009.2.00.0000 (200910000053701). Disponível em: <[www.sbdp.org.br/arquivos/material/439\\_CNJdecisesde1ae2ainstancias.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/439_CNJdecisesde1ae2ainstancias.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2019.

frustrou como mulher. Tanto isto é verdade — respeitosamente — que aquela que encontrar o homem de sua vida, aquele que a satisfaça como ser e principalmente como ser sensual, tenderá a abrir mão de tudo (ou de muito), no sentido dessa 'igualdade' que hipocritamente se está a lhe conferir. A mulher quer ser amada. Só isso. Nada mais. (RODRIGUES, 2010, p. 3)

Na época, o juiz atacou a lei em algumas sentenças, classificando-a como um “conjunto normativo de regras diabólicas” (2010, p. 3)<sup>3</sup>. Ainda, segundo o Magistrado, a “desgraça humana” (RODRIGUES, 2010, p. 2) teria começado por causa da mulher.

Diversas decisões judiciais fornecem elementos que corroboram a hipótese de que o Estado, por meio da polícia e do poder judiciário, enxerga a mulher que pratica crimes com maior rigor. Isso acontece porque, de acordo com o imaginário social, ela não apenas descumpriu a lei, mas também transgrediu, se desviou dos estereótipos segundo os quais, ao contrário do homem, possui uma índole meiga, generosa, pacata e angelical.

De acordo com os dados do IBGE (2018), cerca de 14,8 milhões de brasileiros vivem em condição de pobreza extrema em nosso país. Portanto, não há como desvincular tais números do superencarceramento. Não há como negar que a análise da condição socioeconômica desfavorável é de extrema relevância quando se estuda o encarceramento no Brasil, América Latina e também em países desenvolvidos. Países que, inclusive, utilizam o fenômeno como uma forma de higienização social.

Apesar de terem se inserido no mercado de trabalho de forma mais intensa a partir da década de 1950, as mulheres continuam ficando entre os mais pobres. É a chamada feminização da pobreza<sup>4</sup>. Produto da atribuição à mulher do cuidado integral dos filhos, da disparidade salarial e de oportunidades, dentre vários outros.

Do total de aproximadamente 607 mil detentos, as mulheres representam 6,4% da população carcerária no Brasil. A taxa de mulheres presas é superior ao crescimento geral da população carcerária, que teve aumento de 119% no mesmo período. Na comparação com outros países, o

---

<sup>3</sup> Ibidem, p. 2-3.

<sup>4</sup> O termo ‘pobreza’ ou ‘pobre’ ou pertencente às ‘camadas populares’, em toda a dissertação, fará referência aos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora. São pobres porque, na sociedade de classes, são expropriados da riqueza que produzem e são pobres no sentido estritamente material.



Brasil apresenta a quinta maior população carcerária feminina do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (205.400), China (103.766) Rússia (53.304) e Tailândia (44.751) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2015).

Na introdução de seu livro “Mulheres que matam”, Almeida (2001, p. 12) reproduz a história de Maria Libertina. Uma das participantes de sua pesquisa que, tendo passado parte de sua vida na prisão, metaforicamente torna-se conhecida como Liberta. Sua vida foi marcada por transgressões de sentimentos e estigmas. A história singular de Liberta nos chama atenção devido ao contraste entre sua socialização voltada para a submissão cujo rompimento se dá pela violência do assassinato:

Maria Libertina, mais conhecida como Liberta, tem em seu nome a simbologia de uma vida marcada pela dualidade de sentimentos, representações e ações sobre a relação homem/mulher, a família, o crime e a justiça: ora foi “libertina”, ora foi “liberta”. As fases de sua vida, como de muitas mulheres, foram registradas pela busca de significação e auto-afirmação diante de condições adversas. Muitas vezes a Libertina representou a figura diabolizada da prostituta e da assassina. Por outro lado, a Liberta, por meio dos próprios crimes, significou a figura da mulher “liberta” das amarras do homem e da condição social de fragilidade e submissão construída para a mulher. (ALMEIDA, 2001, p. 12)

A história de Liberta e a pesquisa de Almeida acima mencionadas nos fazem concluir que analisar os processos de mulheres encarceradas não deve ser feito ao pé da letra. Mas que deve ser feita de forma a interpretar seus crimes, suas histórias e os motivos que as levaram a delinquir. Interessa também suas relações familiares e sociais na perspectiva de analisar o contexto histórico, social, cultural em que tais delitos foram cometidos para, desse modo, compreender que sociedade é essa que, nada tendo a oferecer as suas cidadãs, lhes destina o cárcere.

Assim, fica claro que a mulher encarcerada acumula uma dupla experiência estigmatizadora: a condição de mulher nessa sociedade e o de ser presa. Ou seja, além da estigmatização ligada ao cárcere, que atinge qualquer indivíduo, independente do gênero, a mulher encarcerada experimenta um processo de degradação específico. De acordo com a lição de Heidesohn:

[...] a mulher ofensora tem sido considerada duplamente desviante, por transgredir simultaneamente a lei e os papéis de gênero convencionais. [...] ao serem consideradas e tratadas

como duplamente desviantes, as mulheres acabam por ser também duplamente punidas e por sofrer particularmente pelo estigma associado à desviância. (1997, p. 761)

Ao adentrar nessa questão de padrões e estigmas, é preciosa a lição de Goffman (2004, p. 34) ao dizer que:

[...] nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio.

Os estudos de Kurz (2017) também nos alertam para a essência violenta da sociedade moderna. Para o autor, o coração do capitalismo é a militarização da reprodução social. Não só pela referência externa às exigências econômicas da produção de armas de fogo, que caracterizou seu surgimento, mas também pela formação quase militar de todo o modo de produção. Modo de produção cuja expressão se encontra na forma dos exércitos do trabalho e na forma da concorrência universal como uma guerra econômica permanente de todos contra todos.

Portanto, a miséria é fato na sociedade capitalista. Bem como é fator da violência, especialmente se forem analisados os dados que mostram quais os principais tipos de crimes cometidos por mulheres: aqueles contra o patrimônio e o tráfico de entorpecentes. Para corroborar tal afirmação Silva (2014, p. 3) utiliza o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), realizado pelo Ministério da Justiça, e conclui que o perfil dos crimes cometidos por mulheres é composto majoritariamente por aqueles que “[...] serviriam como complemento de renda”.

Fica perceptível que a prisão de mulheres pobres tem sido colocada como sinônimo de justiça e solução para a criminalidade. O que torna ainda mais claro quão necessário é o estudo do processo de ampliação da criminalização da mulher e o quanto esse fenômeno deve ser investigado sob o prisma da sociedade capitalista global a fim de buscar uma compreensão para além da aparência.

## 1. A MULHER NA EMERGÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O ponto de partida para se compreender a questão da mulher na sociedade capitalista é o aprofundamento sobre as lutas travadas pelos trabalhadores no mundo medieval. Os fatos que envolvem essas lutas tornam possível desvendar o papel que as mulheres tiveram nesta crise de transição do feudalismo para o capitalismo. Bem como os motivos pelos quais se forjou uma noção sobre a necessidade de se destruir as aspirações femininas para assim desenvolver o capitalismo, o qual constituiu-se como uma

[...] resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e dos papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu uma grande sacudida mundial. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo. (FEDERICI, 2017, p. 44)

A partir da leitura da obra de Marx sobre a formação da sociedade capitalista, Federici (2017) argumenta que a economia feudal não poderia se reproduzir, tampouco a sociedade capitalista poderia evoluir a partir dela. Isso porque a autossuficiência e o novo regime de salários elevados permitiriam a riqueza do povo, mas excluiriam a possibilidade da riqueza capitalista. Desse modo, a conquista, a escravização, o roubo e o assassinato, ou melhor, a violência foi o pilar desse processo. O conceito de transição utilizado torna-se, portanto, ficção diante do contexto.

Precisamos compreender o papel e a história das mulheres interligadas ao capitalismo considerando a sociedade de classes, mas não apenas nos assuntos que envolvem o labor e suas rendas, por exemplo. As mulheres tiveram significância profunda e há que se analisar conjuntamente a vida social, a transformação das relações que envolvem o gênero e todos os conflitos que surgiram a partir desse assunto. É na luta antifeudal, portanto, que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. Além de tentativas

organizadas de desafiar normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre homens e mulheres (FEDERICI, 2017, p. 45).

O regime de servidão se desenvolveu na Europa entre os séculos V e VIII como uma resposta ao declínio do escravagismo. Entretanto, percebe-se que a escravidão nunca foi, de fato, abolida. A situação fez com que fosse desenvolvida uma relação de classe em que todo o campesinato foi inserido em uma relação de subordinação, tendo sido o camponês sinônimo de servo durante três séculos. Neste sistema, manteve-se a concessão aos servos do acesso direto aos meios de sua reprodução em troca do trabalho: os servos recebiam uma parcela de terra. Mesmo parcial, essa experiência de autonomia exercida pelos

[...] camponeses a partir do acesso à terra teve também um potencial político e ideológico. Com o tempo, os servos começaram a sentir como própria a terra que ocupavam e a considerar intoleráveis as restrições de liberdade que a aristocracia lhes impunha [...]. Geralmente, a terra era entregue aos homens e transmitida pela linhagem masculina, embora tenha havido muitos casos de mulheres que a herdavam e administravam em seu nome. (FEDERICI, 2017, p. 49 e 50)

Apesar dos fatores elencados acima, a mulher já era excluída de cargos, possuindo algo como um *status* de segunda classe. Além disso, elas eram dependentes em relação aos homens, já que viviam sob a autoridade de seus maridos, pais e, acima destes, dos senhores. Hierarquia que controlava todos os aspectos de suas vidas, desde o trabalho ao casamento.

Com um salto secular, é essencial reafirmar que o período feudal, especialmente a partir do século XIV, seja lembrado pelas revoltas do campesinato contra os senhores feudais, contrapondo-se à descrição desse sistema como algo estático. Nesse contexto, para Federici (2017), o retrato que emerge sobre o feudo é, na verdade, de uma luta de classes incansável. Isso devido ao fato de que o dinheiro e o mercado começaram a dividir o campesinato pois propiciaram diferenças de rendimentos e de classe. É claro que as mulheres também foram afetadas de maneira negativa em todas as classes, visto que não havia privilégios em ser mulher. A emergência deste processo de comercialização da vida reduziu, ainda mais, o seu acesso à propriedade e renda. Assim, nas cidades comerciais italianas, nas palavras de Federici:

[...] as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade de seu marido (a *tertia*). Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Consequentemente, no final do século XIII, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades (Hilton, 1985, p. 212) e, no século XV, constituíam uma alta porcentagem da população das cidades. (2017, p. 63)

Isto é, a maior parte das mulheres vivia em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos, desempenhando funções como de servas, vendedoras ambulantes, comerciantes, fiandeiras, membros de guildas menores ou prostitutas. No entanto, a vida nos centros urbanos, entre a parte mais combativa da população medieval, dava-lhes uma nova autonomia perante a sociedade. As leis das cidades não libertavam as mulheres, é claro, já que poucas podiam custear essa “liberdade cidadina”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Contudo, a subordinação das mulheres à tutela masculina na cidade era menor, pois nela podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres (FEDERICI, 2017).

As mulheres continuavam, é claro, sendo os membros mais pobres da sociedade. Porém tinham acesso a muitas ocupações que logo passariam a ser vistas como trabalhos masculinos. No século XIV, elas tornaram-se professoras em escolas, bem como médicas e cirurgiãs, e começaram a competir com homens formados em universidades, obtendo em certas ocasiões uma alta reputação. De acordo com Federici (2017, p. 64), diante do cenário que havia sido constituído naquela época, houve um freio a esse potencial de independência feminina e, como resposta, deu-se o início de uma reação misógina.

Por outro lado, os movimentos heréticos apresentavam um caráter revolucionário, buscando alternativas às relações feudais ao mesmo tempo em que

[...] a heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais. [...] Na raiz da heresia popular estava a crença de que Deus já não falava por meio do clero, devido à sua ganância, à sua corrupção e ao seu comportamento escandaloso. [...] A Igreja,

por sua vez, usava a acusação de heresia para atacar toda forma de insubordinação social e política. (FEDERICI, 2017, p. 70 e 71)

Um dos aspectos mais importantes e marcantes do movimento herético é o fato de que as mulheres eram tratadas como iguais, possuindo uma elevada posição social, ao passo que na Igreja eram consideradas como nada. Por tais razões, as mulheres foram muito presentes na história da heresia e assuntos como liberdade sexual e função reprodutiva se fizeram cada vez mais presentes. Bem como os métodos contraceptivos e o esboço da futura criminalização dessas práticas a partir do momento em que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade social.

O cenário das lutas urbanas foi de extrema importância, já que demonstrava que mulheres, homens, camponeses e trabalhadores urbanos haviam descoberto nos movimentos heréticos uma causa comum: a insatisfação com as desigualdades. Federici (2017, p. 92) lembra que, apesar de existir essa preocupação com uma sociedade mais igualitária, ocorreu um desdobramento no que dizia respeito ao trabalho. De um lado havia a estratégia de recusa ao trabalho, enquanto de outro, havia uma nova valorização do trabalho. Esta, porém, demonstra o surgimento de novas forças que tiveram papel crucial no desmantelamento do sistema feudal.

A Peste matou entre 30% a 40% da população europeia e, diante desse colapso, as pessoas já não se preocupavam em trabalhar ou acatar as regulações sociais, pois coexistiam com a possibilidade da morte a todo o tempo. A escassez de mão de obra causada pela epidemia modificou as relações de poder em benefício das classes baixas. Desse modo, segundo Federici (2017, p. 96), o fenômeno significou, para o proletariado europeu, o desaparecimento da servidão e consequentemente a conquista de um nível de vida que não houve igual até o século XIX. A partir da consulta a pesquisa realizada por Marx, a autora afirma que ao final do século XIV, as amarras que prendiam os servos a terra havia praticamente desaparecido. Paulatinamente e em toda parte, os servos eram substituídos por camponeses livres, titulares de posses consuetudinárias (*copyholds*) ou de *enfiteuses* (*leaseholds*). Servos que só aceitavam trabalhar em troca de uma recompensa substancial.

Para a autora, novamente, há uma contrapartida e, dessa vez, ainda mais desleal e cruel. No final do século XV, as autoridades empreenderam esforços para cooptar trabalhadores mais jovens por meio de uma política sexual que lhes garantia acesso ao sexo gratuito. Isso transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias. Houve, praticamente, a descriminalização dos estupros como forma de diminuição de tensões sociais. O que, a priori, pareceu uma ideia satisfatória para o Estado, mostrou-se destrutivo, já que o estupro de mulheres pobres com o consentimento do Estado debilitou a solidariedade de classe que havia sido alcançada na luta antifeudal.

Federici (2017) conclui, então, que, para estas mulheres proletárias que foram sacrificadas de forma cruel por senhores e servos, o preço pago foi altíssimo, já que uma vez estupradas, dificilmente elas recuperavam seu espaço na sociedade. De modo que, com a reputação destruída, as únicas saídas eram abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição. Além disso, a legalização do estupro criou um clima misógino de degradação que atingiu todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Serviu ainda para naturalizar a violência contra elas, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria em seguida. Já ao final do século XIV, ocorreram os primeiros julgamentos por bruxaria e pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina.

A institucionalização da prostituição como uma forma de política nessa sociedade também é ponto significativo. Já que, inclusive, a Igreja chegou a considerá-la como uma atividade legítima, a partir do pressuposto de que o bordel, administrado pelo Estado, representava um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges. Assim como, também, um meio para proteger a vida familiar (FEDERICI, 2017, p. 106).

Retomando a questão da transição, fica claro que o termo não é suficiente para ilustrar a chegada do capitalismo. O mais pertinente é utilizar o termo cunhado por Marx, o qual se referiu ao fato como *acumulação primitiva*. Fenômeno que, segundo o autor, desempenhou na economia política mais ou menos o mesmo papel do pecado original, cuja teologia consiste em afirmar que:

Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2013, p. 960)

Em outras palavras, esse termo é utilizado pelo autor para descrever a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta à crise de acumulação, conectando a reação feudal com o desenvolvimento de uma economia capitalista. O que se percebe é a violência como centro no processo de acumulação primitiva, nada mais sendo que uma enorme acumulação de força de trabalho.

A classe trabalhadora desde o início do capitalismo tornou-se vítima do empobrecimento provocado pela guerra e privatização da terra, já que as terras comunais eram a base material sobre a qual crescia a solidariedade. Tais terras comunais foram especialmente importantes para as mulheres, já que eram imprescindíveis para sua subsistência, autonomia e sociabilidade.

Foram iniciadas as lutas contra os cercamentos dos campos no final do século XV. Período em que a derrubada de cercas se tornou a forma mais importante de protesto social e o símbolo do conflito de classes (MANNING, 1988, p. 311). Durante esses levantes populares, nota-se que havia participação das mulheres nos vários motins contra os cercamentos, sendo alguns protestos inteiramente femininos. Segundo Federici, a

[...] forte presença feminina foi atribuída à crença de que as mulheres estavam acima da lei, sendo protegidas legalmente por seus maridos. Até mesmo os homens, diz-se, se vestiam como mulheres para arrancar as cercas. Porém, essa explicação não pode ser levada muito longe, pois o governo não tardou em eliminar esse privilégio e começou a prender e encarcerar as mulheres que participavam nos motins contra os cercamentos. (2017, p. 144)



Tais mudanças históricas, que atingiram seu ponto máximo com a criação da figura da dona de casa em tempo integral, acabaram por redefinir a posição das mulheres na sociedade e em relação aos homens. É irrefutável que as mulheres foram atingidas de forma desleal pela divisão sexual do trabalho e que ficaram sujeitas ao trabalho reprodutivo, aumentando – e muito! – a sua dependência. Isso permitiu que o Estado administrasse suas vidas. Por conseguinte, a mulher passa a ser, atualmente, gestora da crise do capital acumulando funções e não libertação. Segundo Federici (2017, p.146), a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado.

Nunca antes do advento do capitalismo houve uma época em que a diminuição da integridade física da mulher foi tão marcante. É claro que as diferenças envolvendo o feminino e o masculino já existiam antes do capitalismo. Porém, neste meio de produção, a mulher foi colocada no centro do núcleo familiar e subordinada ao homem. Em outras palavras, ela se tornou um indivíduo que não participava diretamente da produção social, não se apresentando, muitas vezes, ao mercado de trabalho. Prática que cortou as possibilidades de desenvolver atividades de trabalho e, como resultado, retirou também a autonomia sexual e emocional da mulher. A partir de sua completa diminuição, o capital demarcou o papel da mulher e colocou o homem como instrumento legitimador dessa situação injusta e opressora.

O debate da participação feminina no mercado de trabalho, ou seja, no modo de produção capitalista, não é apenas um chamado pela igualdade, posto que não existe igualdade no capitalismo. Assim, é necessário observar as diferenças entre as construções históricas dos papéis femininos e assumir como o capital determinou e determina os comportamentos atribuídos e esperados de uma mulher nesse tipo de sociedade.

Isto é, não se trata de apelar para uma igualdade entre homens e mulheres no desempenho de algumas funções, mas de demonstrar as diferenças históricas entre os sexos. Com tais considerações em mente, percebemos as diferentes formas que as lutas das mulheres assumiram no passado.

### **1.1. A gênese da acumulação primitiva no Brasil e o lugar da mulher**

Guardadas as devidas peculiaridades entre o Brasil e o mundo europeu, no Brasil o período que podemos apontar como processo inicial de construção de acumulação primitiva começa a partir da chegada de Colombo a América. Junto dele veio a fantasia da oferta infinita de trabalhos que, claro, foi frustrada e, na verdade, o que os europeus haviam trazido consigo era a morte. O período ficou conhecido como holocausto americano e, de acordo com David Stannard (1992, p. 268-305), no século que se seguiu à Conquista, a população caiu em torno de 75 milhões na América do Sul, o que representava um total de 95% de seus habitantes.

Há que se avançar um pouco na história para dizer que nos primeiros séculos da colonização os papéis sociais não estavam nitidamente definidos. Para a pesquisadora Del Priore (1994), a vida organizava-se tal qual a construção de um mundo novo. Povoar e organizar a produção e tornar eficiente a empresa mercantil eram os alvos de base do Estado português. Alvos estes que previam projetos de normatização social distintos para os gêneros. Nesta primeira etapa, até o final do século XVII, os colonizadores realizaram a ocupação do litoral do Amazonas (1616) até o Rio da Prata (1680). Eles buscavam, assim, interiorizar o processo de ocupação adentrando os sertões do Nordeste e de São Paulo e alcançando o vale amazônico. No século XVIII concluíram uma revolução ocupacional comprovada pelas lavras em Minas Gerais e, depois, em Goiás e Mato Grosso.

O historiador Caio Prado Júnior (1977, p.71) descreve o povoamento da, então, Terra de Santa Cruz lembrando que toda a primeira metade do século em que se sucedem as novas descobertas, e também as explorações e tentativas malogradas, assistiu a deslocamentos bruscos e violentos que agitaram e transformaram a estrutura demográfica da colônia.

Coexistindo com a pressão de organização do Estado português, havia a adaptação de comportamentos ao projeto de exploração determinado pelo sistema colonial português. Adequação que só obteria sucesso se houvesse algo como um adestramento social da população na colônia. Adestramento que deveria orientá-la para o trabalho organizado e produtivo tendo como seu maior alvo, previsivelmente, a mulher. Para este fim, a serviço do Estado, a

Igreja metropolitana foi mentora desse projeto, podendo por meio dele desenvolver também os compromissos reformistas estabelecidos no Concílio de Trento. Apoiada na ação de visitas e cartas pastorais, de tribunais episcopais que perseguiram infrações contra as Constituições dos arcebispados lusos e, depois de 1707, brasileiros, ela procurava aceitar os mecanismos de controle sobre as populações coloniais. (DEL PRIORE, 1994, p. 71)

Assim, ao pregar que a mulher deveria ficar confinada em casa, a Igreja delimitava a mulher à privacidade doméstica, e, sobretudo a mãe. Ou seja, ela conseguiu fazer o trabalho de base para estabelecer e manter o edifício familiar, numa terra onde os homens viviam em permanente migração, em busca de melhores condições de vida.

Percebemos a mudança de metas e uma definição mais nítida do papel da mãe de família, especialmente, como instrumento no processo de formação do capitalismo na Idade Moderna. À mulher caberia, neste projeto emergente, instruir e educar seus filhos. Além de cuidar, com afinco, das tarefas do lar nessa espécie de prisão sem grades. Essa organização social buscava a certeza de que ela não utilizaria suas energias para subversões, para a desordem ou contravenções, ficando interligada aos pressupostos básicos de ordem e trabalho do sistema de produção.

Apesar de essa ser a ideia central do referido projeto, não eram todas as mulheres que se encaixavam ao que era esperado pela Igreja e pela sociedade. Segundo Del Priore (1994), ao contrário do que é empurrado goela abaixo pelo senso comum, as mulheres estavam, em sua grande parte, afastadas da ação da Igreja no que se referia às regras do matrimônio, especialmente as mulheres pobres. Elas viviam associadas aos prazeres da carne e simpatias do corpo. Sendo que tais associações pareciam contrapor-se às insípidas uniões de elite que, em grande parte, eram contraídas no interesse de manter patrimônios e reforçadas pelas esferas de influência ou pela necessidade de garantir às filhas a proteção que pais desvalidos não poderiam assegurar. Percebe-se que havia um grande número de concubinatos, que era

[...] bastardo de uma tradição medieval intitulada popularmente como “casamento por juras”, o concubinato vivido por mulheres e homens na Colônia era relativamente tolerado pelo Clero quando assim concebido: “ser marido e mulher é viver como marido e mulher partilhando da mesma casa, da mesma mesa e do mesmo leito”. Essa fórmula de casamento costumeiro era

aceita na medida em que, teoricamente ou de fato, se projetava para o futuro o casamento sacramentado. Desculpa ou não para a Igreja exercer o seu controle, a realidade é que inúmeros casais assim constituídos atravessavam toda uma vida sem a bênção dos padres, provendo-se um território quente para a procriação dos filhos e recorrendo à Igreja unicamente por meio das penas do inferno ou daquelas pecuniárias previstas pelas leis de Trento. (DEL PRIORE, 1994, p. 72)

Para se ter uma ideia, girava em torno de 45% o número de mulheres à frente de suas casas. Destas, 83% nunca haviam se casado devido ao fato do alto deslocamento dos homens em direções mais lucrativas. Assim, as mulheres acabavam responsabilizadas pelos filhos de seus maridos e amantes atestando que a maternidade tinha, então, uma função mais psicoafetiva do que biológica (RAMOS, 1975). Nessa perspectiva, de acordo com Del Priore (1994), as mulheres se cercavam de filhos legítimos e ilegítimos. O que aponta para o papel social das mulheres na época: zelar, cuidar, educar a sua prole, sem considerar a origem das crianças que dela faziam parte. Essa gestão reforça a matrifocalidade existente na sociedade colonial. Solitárias e unidas às suas proles, as mulheres resistiam à violência, mas, sobretudo, à solidão. Tentavam amenizar o sofrimento e sobreviver à pobreza por meio desses círculos de amizades. Nesse sentido, em uniões consagradas ou não pelo casamento,

[...] as mulheres eram unânimes em querer tratar e educar os seus rebentos. Os filhos, por sua vez, validavam o papel social da mulher, reforçando-lhe o poder no interior deste espaço que era exclusivamente seu: “o fogo doméstico”, isto é, a casa. Nesse papel e na ausência temporária ou definitiva do companheiro, ela tornava-se guardiã do lar. Para cumprir essa tarefa, contava com a solidariedade de outras mulheres que viviam com ela, transformando a relação com os filhos num fio que costurava existências femininas variadas e que reforçava a solidariedade de gênero. (DEL PRIORE, 1994, p. 73)

Todavia, as questões envolvendo escravas eram, extremamente, complexas. Isso porque a maternidade de escravas, muitas delas violadas, acentuava, por óbvio, as tamanhas explorações que sofriam, de todos os tipos. É claro que o sexo era utilizado como prazer para o homem, mas a reprodução, especificamente, era algo como um investimento para os senhores, já que os filhos das escravas seriam utilizados, futura e provavelmente, como mão-de-obra.

Enquanto isso, o cenário da sexualidade feminina era outro, por óbvio. Havia um esforço de toda a sociedade, incluindo a Igreja, para abafar e controlar a sexualidade da jovem mulher, para que seguisse o comportamento que dela se esperava. Deste modo, era encarado como um risco qualquer desvio do que era imposto e previsto:

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e a coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (ARAÚJO, 1988, p. 45)

A noção de que o homem era superior era colocada como um fato plenamente justificado pela religião, mais especificamente, pela Igreja que exercia forte controle e pressão para que as mulheres fossem adestradas. A mulher estava condenada a pagar eternamente pelo erro de Eva que, segundo os contos bíblicos, havia levado Adão ao pecado. Não se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres do conto do Éden que, além do mal personificado em serpente, tornava possível que fosse relacionado o pensamento misógino com a feitiçaria e a religião. Na obra *Malleusmaleficarum* (1486), Kramer e Sprenger, os autores demonólogos, afirmavam que, na formação da primeira mulher, havia ocorrido uma falha, pois teria sido criada a partir de uma costela recurva. Ou seja, contrária à retidão do homem. O argumento era utilizado pelos autores para dizer que a mulher era um animal imperfeito, sendo mais impressionáveis e propensas às influências nefastas que as levariam a cobiça carnal e, conseqüentemente, a bruxaria.

No entanto, no Brasil Colônia a situação é emblemática, pois apenas uma pequena quantidade de famílias, em geral das elites, se adequavam aos moldes do que se esperava. A maior parte das mulheres tinha seus filhos nas relações de concubinatos. O que resultava na perseguição pela Igreja dessas mulheres e de seus rebentos, já que expressavam o pecado. Filhos legítimos e ilegítimos viviam como irmãos, à sombra das mães às quais se uniam para fugir das vicissitudes da realidade e das muitas violências de pais que, contaminados pelo modo escravagista, tratavam as mulheres e as crianças como escravos (DEL PRIORE, 1994, p. 75).

As mulheres consideradas puras e normais também carregavam esse peso do pecado original e, portanto, a sua sexualidade deveria sempre ser vigiada de perto. No Brasil colonial, o comportamento considerado ideal para a mulher era que ela saísse de casa em apenas três ocasiões durante toda a sua vida: em seu batizado, em seu casamento e por fim, em seu próprio enterro.

A parte mais pobre e não pertencente à elite social, para sobreviver, estabelecia uma relação de solidariedade e união com os filhos para a sobrevivência. Eles eram, assim, aliados e enfrentavam a instabilidade econômica e social. As alianças estabeleciam-se entre mães e filhos de todas as idades e sustentavam os afetos onde estes viviam, e, se não viviam juntos, por trabalharem longe de casa, eles voltavam para comer ou tratar doenças e feridas (DEL PRIORE, 1994, p. 75).

A família era, portanto, uma unidade biológica elementar no Brasil colônia que ainda não se constituía como uma família nuclear burguesa. A família, mesmo antes da sociedade de classes, tinha a subordinação da mulher como ponto central. A sociedade de classes deve ser percebida fundamentalmente como uma extensão das relações masculinas. A sociedade e, portanto, a família na sociedade capitalista, condiciona as mulheres a serem subordinadas aos homens. A família sob o capitalismo é um centro do condicionamento, do consumo e da reserva trabalhista, mas um centro essencialmente de produção social (JAMES, 1972).

No que diz respeito a questão educacional no Brasil colônia, podemos dizer que para as meninas era suficiente o conhecimento que se destinava aos interesses do funcionamento do futuro lar: contar, cozinhar e bordar. Era um tipo de organização social que prometia a realização das mulheres através do casamento, tornando-as, afinal, hábeis na arte de prender maridos e filhos como por encanto (ARAÚJO, 1988, p. 51). Era claro o dever de utilizar o chamado “instinto feminino” para as práticas de sedução. Estas aprendidas em casa entre brincadeiras com escravas, primas, amigas e pela preocupação de suas mães.

No sentido contrário a esses ensinamentos, a partir do momento em que a menina se casava, seu marido passava a ser o seu senhor e, mesmo como casal, sofria interferências da Igreja. Nesse modelo de conjugalidade não deveria haver excessos ou erotismo, devendo sempre pautar a relação na moderação e no controle da carne, já que o ato sexual era destinado apenas à

procriação. O ápice da vida de uma mulher era quando se tornava mãe, afastando-se de Eva e aproximando-se de Maria, a virgem que pariu.

As mudanças econômicas que ocorreram a partir da década de 1690, com a descoberta das minas de ouro, afetaram o conjunto da sociedade e o estilo de vida de seu povo, em especial, das mulheres. De acordo com Samara (2002, p. 7), a partir desse período constituiu-se um novo pólo de colonização, deslocando o eixo econômico do Nordeste para o Sul. Assim, com uma vida urbana mais intensa, a região mineira tornou-se espaço privilegiado de grupos em busca de enriquecimento e aventura, canalizando o tráfico de escravos durante o século XVIII.

Para a autora, o resultado de tal deslocamento foi à formação de uma sociedade que contemplava uma diversidade de raças e origens, além da insubmissão frente à Igreja e a Coroa portuguesa, que se expressava no elevado número de celibatários, de concubinatos e de filhos ilegítimos. Nesse contexto, havia mulheres desenvolvendo atividades econômicas fora do âmbito doméstico e famílias chefiadas por mulheres solteiras. Tudo isso dificultava a imposição dos padrões por parte dos colonizadores. A incorporação das mulheres não pertencentes à elite no universo do trabalho e a necessidade de contribuição para a renda familiar permitiram que elas trabalhassem. Desde que não deixassem de exercer as funções básicas de mãe e de donas de casa, papéis para os quais tinham sido educadas e preparadas.

Com o advento do modo de produção capitalista, as mulheres, especialmente as ricas, foram submetidas a uma condição de isolamento, enclausuradas em seus núcleos familiares, dependendo em todos os aspectos dos homens. Fica claro que o sentimento de desamparo e solidão vivido por essas mulheres revelam, também, que eram os núcleos femininos de afetos que sustentavam umas as outras durante as ausências masculinas.

## **1.2. As mulheres na construção da modernidade**

A mulher das camadas sociais inseridas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Isso quer dizer que, em todas as épocas, o trabalho feminino esteve presente para subsistência das famílias e, claro, para criar riqueza social. Além disso, o trabalho das mulheres é imprescindível para a sobrevivência da sociedade do modelo atual. Primeiro porque o

equilíbrio da sociedade é incompatível com a generalização dos problemas sociais e seus efeitos disnômicos. Segundo porque as mulheres constituem metade da humanidade (SAFFIOTI, 1979, p. 7).

Apesar de a mulher sempre ter participado como trabalhadora, entre 1900 e 1960 foram intensas as oscilações no cenário de emprego da força de trabalho feminina. De acordo com Saffioti (1979), em 1900 a presença da mulher na população economicamente ativa permaneceu quase a mesma, entretanto, 52,6% da totalidade dessas mulheres economicamente ativas dedicavam-se aos serviços domésticos e 24,6% à agricultura, 14,2% localizando-se nas artes e ofícios, apenas 4,2% ao comércio e outras atividades. Em 1920, ficaria reduzida, por sua vez, a 15,3% da participação da mulher na força de trabalho economicamente ativa da nação. Isto é, excluindo-se as pessoas que viviam de suas rendas, as de profissões não declaradas e as sem profissão. O crescimento da produção industrial dos anos 30 acentuou, ainda mais, a queda na percentagem de mulheres empregadas nas atividades secundárias. O padrão doméstico da mulher cresceu mais ainda nos dez anos seguintes, sendo que, na categoria de atividades domésticas não remuneradas, as mulheres representavam 90,3%, caindo sua participação nas atividades diretamente econômicas, em relação ao total de trabalhadores em 1950.

A família que servia de modelo nessa época continuava tendo o homem como autoridade maior sobre a mulher, além de ser ele o responsável pelo sustento da família. Por outro lado, a mulher só era considerada ideal quando possuía um instinto materno a florado, pureza, aptidão doméstica e docilidade. Enfim, todas as características da chamada feminilidade voltada para o objetivo de favorecer as experiências e os desejos masculinos em detrimento da própria sexualidade.

Romper com os papéis de mãe, esposa e dona de casa não era uma possibilidade. Tais papéis eram vistos como um destino natural das mulheres e faziam parte da essência feminina. Aquelas que não os seguissem estariam se insurgindo contra o destino e contra sua própria natureza.

Diferentes classificações eram atribuídas às moças da época, as quais poderiam ser consideradas moças de família ou moças levianas. Segundo Bassanezi (1988), as primeiras, deviam se portar corretamente para não se tornarem mal faladas e se preparem para o casamento. Para tanto, deviam



preservar a virgindade até o matrimônio. Porém os rapazes gozavam de maior liberdade, podendo experimentar o sexo com moças que não eram de família ou com prostitutas. Já as moças de família deveriam, inclusive, evitar a companhia das levianas, para que não fossem atingidas por sua má fama e seus maus exemplos.

Persiste uma exaltação do casamento como ponto de chegada, como meta de vida para a mulher sendo que, o *status* de moça de família era dado àquela que não contestasse o poder patriarcal. No casamento, a figura de poder era o marido, enquanto que, na sociedade, todos se sentiam no direito de julgar e subjugar a mulher: pais, avôs, irmãos, vizinhos, amigas, mães, tias, professores e professoras, jornalistas, entre outros.

Cresceu durante a década de 1950 a participação da mulher no mercado de trabalho, especialmente em escritórios, comércio e serviço público. Além destes, surgiram mais oportunidades de trabalho para professoras, médicas, enfermeiras, entre outros. Isto é, ocupações que exigiam maior qualificação. Em contrapartida, o preconceito contra essas mulheres era enorme, já que ainda lhes reservavam o papel de donas de casas e mães. Havia a difusão do pensamento de que era impossível conciliar maternidade e uma profissão e que a mulher que repartisse seu tempo para além dos afazeres domésticos colocaria seu matrimônio em risco.

O desenvolvimento econômico dos chamados anos dourados também possibilitou o crescimento dos níveis de escolaridade das mulheres. No ensino elementar e médio, segundo Bassanezi (1988, p. 625), o número de mulheres já estava próximo dos homens e a proporção dos homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6. Nesse cenário:

A educação com vistas a um futuro profissional e, conseqüentemente, o investimento em uma carreira eram bem menos valorizados para as mulheres do que para os homens devido à distinção social feita entre feminino e masculino no que dizia respeito a papeis e capacidades. Ao menos o acesso das mulheres à educação formal e às áreas do conhecimento antes reservadas aos homens diminuiu distâncias entre homens e mulheres. Para manter as hierarquias entre masculino e feminino, as possíveis ameaças da “mulher culta” às relações tradicionais teriam de ser neutralizados por ideias como: [...] rapazes evitam as garotas muito inteligentes e a

mulher culta tem menos chance de se casar e ser feliz no casamento. (BASSANEZI, 1988, p. 626)

Tal como notabilizado acima, é evidente a insegurança social que causava a mulher com acesso à educação e aos estudos. Por isso, a mulher, a partir dos anos 1950, ao entrar no mercado de trabalho, sentiu, erroneamente, um aumento de sua liberdade, quando, na verdade, é o início de um acúmulo de funções. Acúmulo que, em pouco tempo, a transformaria em gestora da crise do capital.

Apesar do lapso temporal que foi percorrido até os dias atuais, é possível observar resquícios dos chamados anos dourados<sup>5</sup> em vários costumes, valores, ideias e práticas, como serão abordados mais adiante.

### **1.3. O capitalismo e a posição social da mulher**

A história do capitalismo foi forjada desencadeando diversos tipos de crimes contra homens, mulheres e crianças. Foi com esses crimes que se instalou o núcleo de violência da sociedade moderna. Violência que, de forma alguma, desapareceu nas democracias contemporâneas. Tais violências assumem várias formas: a violência física, estrutural e cultural, a subordinação ao patriarcado, o trabalho considerado inferior e mal remunerado, a mercantilização dos corpos, a imposição da necessidade de adequação aos padrões dominantes, mesmo quando inatingíveis. Nesse sistema, o ser humano

[...] apenas é reconhecido na medida em que possa provar que é um trabalhador produtivo. Os direitos que lhe são concedidos pela autoridade do Estado são válidos apenas sob reserva. O ser humano tem de enfiar-se à força na capa da forma da subjetividade burguesa, para poder depois lutar pela sua “felicidade” como agente do trabalho abstrato. (KURZ, 2005, [s/p]).

---

<sup>5</sup> A expressão “anos dourados” é utilizada para ilustrar um período de desenvolvimento econômico do país em que ser mãe, esposa e dona de casa continuava a ser considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. O Brasil dos anos 50 passou por um período de ascensão da classe média. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, “[...] o país assistiu otimista e esperançoso ao crescimento urbano e à industrialização sem precedentes que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. [...] As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas”. (SOIHET, 1997, p. 609).

Assim, a discussão da relação entre homens e mulheres torna-se crucial, pois trata-se da crítica das relações baseadas no patriarcado e intrínsecas da sociedade capitalista. De modo que a questão da mulher não deve ser tratada como condição secundária, já que faz parte de uma estrutura.

Nesse sentido, além de as crises do capitalismo atingirem de maneira diferente homens e mulheres, observa-se que entre as camadas mais pobres da sociedade, os papéis de gênero são abrandados. Ou seja, acontece uma atenuação nos papéis tradicionais em condições de empobrecimento. De acordo com Scholz (2017, [s/p.]):

Tais desenvolvimentos podem ser observados, por exemplo, nas favelas do chamado Terceiro Mundo. Lá, as mulheres são responsáveis pela sobrevivência da família. Os homens arrastam-se de emprego em emprego e de mulher em mulher e, na verdade, já não se sentem responsáveis pelas relações nem pelos próprios filhos. [...] Em situações de crise social aguda a maior carga recai sobre os ombros das mulheres.

O lugar de observação dessa autora é aqui convocado porque ela consegue demonstrar as estratégias utilizadas pelo patriarcado para manter a dominação da mulher. Dominação em que, massiva e historicamente, a agredida identifica-se com os valores do agressor ignorando, assim, sua própria condição de oprimida.

Marx (2008) denomina esse fenômeno de falsa consciência ou alienação, decorrente da divisão social do trabalho. Ao transformar a natureza, o indivíduo transforma-se a si mesmo e, por isso, se configura como um ser social e cultural. Porém, no capitalismo, “[...] o trabalho alienado inverte a relação, pois o homem, sendo um ser autoconsciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência” (MARX, 2008, p. 84).

A alienação também alcança as relações entre as pessoas, já que elas passam a ser controladas pelo sistema. Sob essa lógica, cada pessoa possui um valor relacionado a sua capacidade em fazer crescer e gerar o capital. Homens e mulheres, portanto, possuem valores completamente diferentes sob a ótica dessa sociedade. A alienação das pessoas provoca uma mudança nos sentidos das relações sociais, já que o homem passa a ser objeto e o objeto a ser sujeito.

Esses valores distintos que homens e mulheres possuem na sociedade capitalista contribuem para a dominação masculina. Subjugo que encontra, nesse sistema, condições para que seja plenamente exercido. A lógica da dominação masculina e da submissão feminina é, ao mesmo tempo, espontânea e extorquida, só sendo possível compreendê-la se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e sobre os homens). Ou seja, atentos às disposições espontaneamente harmônicas que esta ordem impõe (BOURDIEU, 2012, p. 50).

Para Weber (1958, p. 53), no centro da ética burguesa reside a questão de um corpo reformado, que rompe com as concepções de corpo do feudalismo. No capitalismo, o objetivo final de vida é a aquisição de mercadorias e não um meio de satisfação de necessidades. Para tanto, esse modo de produção atravessa o estado natural e procura romper barreiras da natureza alienando os corpos como objetos de trabalho.

Marx (1961, p. 72) também concebe a alienação do corpo como ponto que distingue a relação entre o burguês e o trabalhador. Nesse sentido, para Federici (2017, p. 243), ao transformar o trabalho em mercadoria, o capitalismo provoca um intenso processo de estranhamento no trabalhador. Este, ao acatar as imposições do capital e subordinar sua atividade a uma ordem externa sobre a qual não têm controle, e com a qual não pode se identificar, sente-se por isso, fora de si mesmo, desejando sempre pelo momento de sair fora do ambiente de trabalho.

Moldado pelas concepções e valores burgueses, o trabalhador aprende a considerar como naturais ou leis da natureza as condições impostas pelo modo de produção capitalista. Este tipo de trabalhador, ou seja, comedido, prudente, disciplinado e responsável, que considera as condições impostas pelo capitalismo como naturais, só passa a ser verdadeiramente vislumbrado na segunda metade do século XIX:

A situação era completamente diferente no período da acumulação primitiva, quando a burguesia emergente descobriu que a “liberação de força de trabalho” – quer dizer, a expropriação das terras comuns do campesinato – não foi suficiente para forçar os proletários despossuídos a aceitar o trabalho assalariado. À diferença do Adão de Milton, que, ao ser expulso do Jardim do Éden, caminhou alegremente para uma vida dedicada ao trabalho, não foi pacificamente que os

trabalhadores e artesãos expropriados aceitaram trabalhar por um salário. Na maior parte das vezes, se converteram em mendigos, em vagabundos e em criminosos. Seria necessário um longo processo para produzir mão de obra disciplinada. Durante os séculos XVI e XVII, o ódio contra o trabalho assalariado era tão intenso que muitos proletários preferiam arriscar-se a terminar na forca a se subordinarem às novas condições de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 245)

É claro que isso gerou uma crise na sociedade capitalista, fazendo com que a burguesia respondesse espalhando terror e impondo o endurecimento das penas. A estratégia foi garantir o vigor de leis sangrentas que perseguiram os pobres e os consideravam vagabundos, já que o trabalho era colocado como condição para a existência do corpo. Nessa verdadeira engenhoca social, o corpo passou ao primeiro plano das políticas sociais porque aparecia não apenas como uma besta inerte diante dos estímulos do trabalho, mas como um recipiente de força de trabalho, um meio de produção, a máquina de trabalho primária (FEDERICI, 2017, p. 249).

Para a autora, a imposição do raciocínio de que tudo só poderia ser alcançado por meio de um corpo que trabalhava serve como pano de fundo para os ataques contra, por exemplo, a bruxaria. Esta, por seu turno, se constituía como uma visão mágica do mundo que, apesar dos esforços da Igreja em extirpar essas práticas, seguia existindo na sociedade. Abolir esses atos era requisito indispensável para a racionalização capitalista do trabalho, já que a magia aparecia como uma forma ilícita de poder e como um instrumento que permitia conseguir o que se desejava sem trabalhar. Por isso que, a incompatibilidade da

[...] magia com a disciplina do trabalho capitalista e com a exigência de controle social é uma das razões pelas quais o Estado lançou uma campanha de terror contra a magia – um terror aplaudido sem reservas por muitos dos que hoje em dia são considerados fundadores do racionalismo científico: Jean Bodin, Mersenne, o filósofo mecanicista e membro da Royal Society, Richard Boyle, e o mestre de Newton, Isaac Barrow. (FEDERICI, 2017, p. 261)

Essa incompatibilidade se tornou um laboratório onde se forjava uma disciplina social. Para as mulheres, portanto, o contexto foi ainda pior, já que a condenação do aborto e da contracepção como formas de magia ajudou na redução do corpo feminino a algo pertencente ao Estado. Nas palavras de

Federici (2017, p. 262), o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho.

A primeira máquina produto do capitalismo foi, desta maneira, o corpo humano. Entretanto, como fazê-la funcionar ou, em outras palavras, trabalhar?

Neste intento obsessivo por conquistar o corpo em seus mais íntimos segredos, se vê refletida na mesma paixão com que, nestes mesmos anos, a burguesia tratou de conquistar – poderíamos dizer “colonizar” – esse ser alheio, perigoso e improdutivo que a seus olhos era o proletariado. Pois o proletariado era o Grande Calibã da época. O proletariado era esse “ser material bruto e por si mesmo desordenado” que Petty recomendava que fosse entregue às mãos do Estado, que, em sua prudência, “deveria melhorar, administrar e configurar para seu proveito”. (FEDERICI, 2017, p. 282 *apud* FURNESS, 1957, p. 17).

Essa batalha contra os próprios corpos que marcou o início do chamado desenvolvimento capitalista está presente até os dias atuais. Durante esse processo, o corpo foi politizado, passou a ser tratado como algo não natural e alvo da disciplina social. É possível, portanto, acompanhar a transformação do corpo como algo orgânico e natural como um marco nas relações de classe. A divisão sexual do trabalho evidencia que essa dicotomia entre vida doméstica e vida pública foi capaz de legitimar e naturalizar para que o corpo passasse a ser visto como uma máquina de trabalho, que já ele é social.

Antes da Revolução industrial na Europa, a casa era o local da reprodução social, sendo que a unidade doméstica era uma unidade básica da produção. Ou seja, todos da família eram responsáveis no processo de consumo material da unidade. Porém, a partir da Revolução Industrial, essa relação de trabalho em casa foi substituída pelas relações de mercado que colocavam como remunerado apenas o trabalho realizado nas unidades fabris. Este fato colocou a mulher numa condição de subvalorização, posto que coube a ela a reprodução da força de trabalho sem remuneração.

Saffioti (1979) nos mostra que o aparecimento e instalação do capitalismo se dão em condições extremamente hostis para as mulheres, em particular ao considerar o processo de individualização. Esse processo trouxe à mulher uma desvantagem social sob uma dupla perspectiva:

No nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1979, p. 34)

Na passagem do sistema de produção feudal para o sistema de produção capitalista, foram constituindo-se as classes sociais. Nesse processo, alguns fatores foram utilizados para promoverem a divisão e para justificarem a marginalização de certos grupos da população, como, por exemplo, as mulheres. O fator sexo, assim, foi determinante para o sistema de produção social:

A mulher faz, portanto, figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. As barreiras da sociedade de classes à integração social da mulher, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. (SAFFIOTI, 1979, p. 34)

As desvantagens em ser mulher a essa época, claro, eram muitas e a inferiorização a qual as mulheres foram submetidas contribuiu para que massas femininas fossem aproveitadas no sentido de permitir que fossem retiradas delas o máximo de mais-valia. Isso se deu mediante a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a instituição de salários menores que os masculinos. Nas palavras de Saffioti (1979, p. 34), faz-se necessário considerar o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado em diversos aspectos.

Nesse sentido, nos deparamos com o que diz respeito à marginalização do trabalho feminino, ou seja, a utilização de trabalho barato com o objetivo de aumentar os lucros. É fato também que os homens

proletários tinham consciência da situação rebaixada da mulher nesse sistema de exploração, porém, muitos a consideravam como sua concorrente no mercado de trabalho. A questão é que, muitas vezes, deixam de perceber a sua própria situação, inseridas na totalidade histórica. Como bem nos alertou Beauvoir (1921, p. 167), “[...] o problema da mulher sempre foi um problema dos homens”.

Assim, percebemos uma incapacidade em compreender a sociedade como um todo, enquanto uma totalidade coerente que

[...] impelia os trabalhadores a isolar, no conjunto das manifestações fenomênicas da vida social, aquela que, aparentemente, provocava uma alteração insustentável em sua situação existencial. Na verdade, pois, o ludismo, tanto quanto as reações negativas ao trabalho feminino, representavam uma inconsciência muito mais do que uma consciência dos verdadeiros fundamentos da sociedade de classes e da progressiva expulsão do fator mão-de-obra de seu sistema produtivo de bens e serviços. (SAFFIOTI, 1979, p. 43)

Nessas circunstâncias, as mulheres que conseguiam se inserir no mercado de trabalho eram, geralmente, as casadas. Isso porque elas eram consideradas mais ativas e cuidadosas do que as solteiras, sendo desconsiderado, por completo, que eram as responsáveis também pelo sustento da família. Por isso, não existia a possibilidade de não ser parte dessa degradação da mão-de-obra feminina. Nesse contexto, portanto, as mulheres se viam obrigadas a aceitar posições subalternas e mal remuneradas.

É possível apontar a desigualdade entre os sexos como uma das principais características do capitalismo e da sociedade de classes, seja na vida econômica, política ou intelectual. Há pouco tempo, nesse modelo de resistência, as mulheres começaram a sair de suas casas para protestar contra o monopólio do homem. Contudo, a desigualdade inicial permanece. A profunda diferença entre os sexos faz parte da sociedade de classes desde a sua gênese no escravagismo, feudalismo e, agora, no capitalismo. Opressão que se perpetua a partir da violência que foi difundida pelo Estado e pela Igreja. Instituições que servem aos interesses dos homens das camadas dominantes.

A questão principal é que quase nada ou muito pouco foi alterado desde então, continuando as mulheres a receberem mal ou, ainda, em quantias menores que os homens desempenhando exatamente os mesmos papéis. A mulher, portanto, não deveria ser enxergada como usurpadora ou



aproveitadora do trabalho masculino, mas como uma verdadeira vítima, bem como os homens, em proporção menores, do modo de produção capitalista.

## **2. VIOLÊNCIA E SISTEMA CARCERÁRIO**

Neste capítulo, vamos discorrer sobre as condições de vida na sociedade capitalista e o papel do Estado na manutenção das relações burguesas. Relações cuja expansão ocorre na mesma velocidade em que se dá a desvalorização do ser humano, ao transformar a força de trabalho em mercadoria. A partir do momento em que o trabalhador não cumpre com o que se espera dele, assim como um objeto que deixa de ter valor, ele é descartado neste modelo de sociedade. Analisaremos aqui a violência e a forma jurídica inerente a sociedade capitalista, considerando o neoliberalismo e o crime, no que se refere ao cárcere e a criminalização da pobreza.

### **2.1. A violência institucionalizada e a forma jurídica na sociedade capitalista**

No capítulo 24 de *O Capital*, Marx afirma que “[...] a violência (*gewalt*) é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”. Tal metáfora demonstra que a violência é uma potência econômica e que a nova sociedade já dentro da velha, aguardando o seu parto, demonstra que o futuro pode ser lido no passado (MARX, 2013. p. 821).

A violência, portanto, é inerente ao capitalismo, embora não seja natural. Ao invés disso, ela é tecida no cotidiano das relações dessa sociedade. Diversos dicionários buscaram conceituar o termo violência, tal como o Gama Kury (2002, p. 1142), cuja definição é “[...] qualidade de quem é violento. Ação violenta. Ação de violentar. Abuso de força; opressão; tirania”. Nas palavras de Costa (1984, p. 92), por exemplo, são duas as ideias que nos ocorrem de imediato ao pensarmos sobre a violência. A primeira, a ideia “[...] de coerção ou intimidação pela força de alguém em situação de inferioridade física ou constrangimento moral”. A segunda ideia, como complementação da primeira, introduz um outro elemento, referente à lei e à justiça: “Violência, neste sentido, evoca a ruptura de um contrato ou de uma de suas cláusulas, por alguém que os conhece, mas que deliberadamente os infringe, abusando da força que detém” (COSTA, 1984, p. 92).

O próprio autor explica como tais conceitos carregam divergências e equívocos, demonstrando que, utilizando-se um critério quantitativista, acabamos por nivelar situação e fenômenos distintos. Na segunda ideia que define a violência é explicada não apenas como forças, mas simultaneamente como desrespeito à lei ou contrato, pressupondo-se a existência de um uso arbitrário e gratuito da força por parte do mais poderoso contra o mais fraco. Segundo Costa (1984), violência é, antes de tudo, abuso de força, abuso de poder. Evidentemente que ela é um fato cultural e só existe em relação a uma lei<sup>6</sup>. Em síntese, a violência é o emprego da agressividade com fins destrutivos.

Compreendemos a violência institucionalizada como toda a violência admitida, explícita ou implicitamente, como natural e inevitável. Na sociedade atual, há vários exemplos desse tipo de violência que se repetem diariamente e que deixam de ser notadas porque as pessoas estão acostumadas e ambientadas a elas. O problema dessa violência ser vista como algo costumeiro é que, também, passa a ser vista como natural, ou seja, como se fosse inevitável e como se já não houvesse o que fazer para extingui-la. São exemplos desse tipo de violência as diversas formas de relação de opressão como, por exemplo, as que dizem respeito às desigualdades. A violência, portanto, tem muitas faces, sendo que

---

<sup>6</sup> Esta lei ou contrato, segundo Costa (1984), diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença dos sexos, conforme o sistema de regras que ordena seu meio sócio-cultural.

[...] muitos pequenos atos de nosso cotidiano, para nós absolutamente normais e corriqueiros, podem parecer absolutamente violentos, quando vistos por um estranho, quando encarados da fronteira que separa o “nós” do “outro”. A violência, assim, antes de ser um fato sociológico é, primordialmente, um fato antropológico, que se desvenda e se constrói na diferença. E, portanto, é também um fato histórico, na mesma medida em que o passado, que a história estuda, é uma terra estrangeira, é um outro, diferente de nós. Dito em outros termos: para entendermos e estudarmos a violência entre nós, para estabelecermos juízos sobre ela, para a aceitarmos em suas várias formas ou negá-la, é importante refletir sobre ela fora de nós, entendê-la no outro, chocarmos mesmo com a violência do outro, para depois repensá-la em nosso próprio mundo. (GUARINELLO, 2007, p. 125)

Assim sendo, só podemos compreender a violência quando observamos a maneira com que ela atinge as pessoas enquanto seres pertencentes à uma sociedade. Isto é, não é possível pensar apenas na forma de violência que atinge à vida de cada um. Trata-se, portanto, de perceber que a naturalização da violência é um fenômeno social que nega essencialmente o fato de que ela é construída nas relações sociais. É óbvio que, assim como os homens, as mulheres são constituídas pela natureza e pela cultura e que a violência também é natureza e cultura. Porém, essa violência que, em geral, visa a exploração, a dominação é uma construção das sociedades capitalistas. Nela se produz e se reproduz a ideologia que garante sustentação a esse modelo de sociedade, sendo que os próprios explorados e dominados a incorporam.

A violência institucional é, portanto, aquela realizada pelas instituições estatais (prisões, escolas, tribunais, etc.) e da sociedade civil (igrejas, sindicatos, associações, etc.) visando a manutenção da ordem, a serviço das classes dominantes. Ela atinge todos os gêneros, mas ao voltar a atenção para a questão da mulher, percebemos que ela se intensifica porque os preconceitos, que servem como base para diversas formas de violências, asseveram sua condição de oprimida e explorada.

Nestes casos, as instituições podem ser percebidas como vetores da violência que age de maneira seletiva, já que ocorre contra determinados grupos sociais. Evidentemente que não são neutras, pois definem e reforçam padrões de dominação. Por sua vez, a institucionalização se mostra como um mecanismo capaz de maquiar os conflitos reais impedindo que sejam

percebidos com facilidade. As instituições não podem ser simplesmente aceitas como meios de superação da expressão violenta do conflito. Isso porque elas nascem do conflito e agem sobre ele, via de regra, privilegiando, com seus vieses, os interesses dominantes e contribuindo para marginalizar ou moderar as reivindicações de mudança. Elas reforçam, assim, as interdições e assimetrias que definem a violência estrutural (MIGUEL, 2015, p. 40).

Neste íterim, as prisões reforçam as diferenças definidoras da violência, ao passo que a lei ocupa uma posição de organizadora dos agentes e dos atingidos pela violência do Estado. Para Poulantzas (1985, p. 86), “[...] a lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado”. Para o autor, o Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por meio disso instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, preparando assim o terreno para aplicação e o objeto da violência.

Essa violência institucional financiada pelo Estado é sentida de forma mais aguda pelos mais pobres, pelos negros e pelas mulheres encarceradas. Diante destes, o Estado se manifesta por meio de sua coerção que está sempre em falta quando a questão é proteger e emancipar, mas não falha em punir de forma desproporcional. A violência estatal organizada é sancionada e afirmada por meio de suas instituições, agindo para reprimir conflitos cotidianos decorrentes da concentração de poder político e econômico. “A lei codifica e limita, mas também avaliza e estimula esta violência” (MIGUEL, 2015, p. 40).

A forma jurídica depende da violência estatal para ser garantida. Uma relação contraditória e que é ignorada pela sociedade em geral. Daí a necessidade de se refletir sobre a relação entre violência e forma jurídica no capitalismo. A presente estrutura jurídico-político liberal só existe porque a relação de troca e as relações sociais que ela pressupõe implicam em um tipo único de violência: a dominação do valor e a compulsão cega do capital. É essa equação que permite que o sistema capitalista possa criar mais-valor e, assim, garantir a manutenção da sociedade de classes.

A crítica dessa forma jurídica já havia sido tratada por Marx, mesmo que de forma inicial, quando afirma que para haver troca de mercadorias, os trocadores tem de

[...] estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria

mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica (MARX, 2013, p. 244)

A análise da forma jurídica foi aprofundada pelo jurista soviético Evgeny Pachukanis, que demonstrou como a forma jurídica é necessária para “[...] dar garantias à marcha, mais ou menos livre, da produção e da reprodução social” na sociedade mercantil. Para o autor, o direito não pode ser reduzido à norma, tendo como fundamento a relação jurídica, pois a norma só tem validade quando se adequa às relações jurídicas vigentes. Ainda que se tenha consciência do contrato – assim como da compra e venda –, a relação social de equivalência reproduzida não se dá pela consciência do ato (PACHUKANIS, 1998).

Nessa perspectiva, a relação jurídica não se dá de forma consciente e, por isso, tem como pressuposto a coerção estatal, a violência que obriga a realização de contratos de troca de mercadorias, bem como obriga as partes a cumprirem suas obrigações, punindo-as caso não o façam. Por tal razão, segundo Pachukanis (1988, p. 73), é que “[...] a propriedade burguesa capitalista deixa, conseqüentemente, de ser uma posse flutuante e instável, uma posse puramente de fato, passível de ser contestada a todo momento”, para se tornar um “direito absoluto” a ser protegido “[...] pelas leis, pela polícia e pelos tribunais”. Compreendemos, portanto, que o poder do Estado confere clareza e estabilidade à estrutura jurídica, mas não cria as premissas, as quais se enraízam nas relações materiais, isto é, nas relações de produção. O capitalismo é o que, de fato,

[...] faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho, e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força [Gewalt]. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o

conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora. (MARX, 2013, p. 209)

Assim é que o Estado, utilizando-se da violência para se impor na disputa entre as classes, concretiza as condições para o funcionamento do capitalismo. Ao afirmar que “[...] entre direitos iguais, quem decide é a violência”, Marx (2013) insere a luta de classes como negociação entre sujeitos de direitos iguais, assim como argumenta que a violência torna possível essa relação.

Marx (2013, p. 244) afirma também que a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Tal condição foi possível devido a um processo histórico que, conforme explicamos no capítulo anterior, criou trabalhadores livres de um lado e proprietários de dinheiro de outro, sendo que o principal método utilizado para isso foi a violência.

As instituições continuarão trabalhando de forma a regular o acesso a bens e materiais a alguns que gostariam de tê-los. Contudo, é necessário entender que a estrutura da sociedade é injusta e que o resultado da violência dos dominados é, muitas vezes, a ampliação da repressão sobre eles (MIGUEL, 2015, p. 42).

Em sua crítica da violência, Benjamin (2011, p. 121) considera as implicações histórico-temporais do conceito de *Gewalt*, ou seja, da violência<sup>7</sup>, definindo-a como a apresentação de suas relações com o direito e a justiça. Para ele, qualquer que seja o modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência, no sentido pregnante da palavra, quando interfere em relações éticas. Utilizando a análise do autor sobre violência, Barbosa (2013) contribui afirmando que o direito se constitui em um panorama de medialidade, sendo a violência um atributo da esfera dos meios, isto é, ela é um instrumental.

Nesse sentido, é necessário que retomemos esse conceito na dupla perspectiva do direito natural e do direito positivo. Sendo que, naquele, não há problema no uso da violência para fins justos. Pois ele percebe os meios violentos como característica natural. Enquanto que, neste último, o poder é

---

<sup>7</sup> O autor utiliza o termo de maneira polissêmica, podendo ser utilizado tanto com o significado de violência, quanto de poder.

considerado como algo estabelecido de forma histórica, tendo como critério a análise que recai sobre a fiel conformidade ao direito. Se a justiça é

[...] o critério dos fins, a conformidade ao direito o é em relação aos meios [...]. Mas, sem prejuízo desta oposição, as duas escolas se encontram num dogma comum fundamental: fins justos podem ser alcançados por meios justificados, meios justificados podem ser aplicados para fins justos. O direito natural almeja “justificar” os meios pela justiça dos fins, o direito positivo “garantir” a justiça dos fins pela “justificação” dos meios. [...] Pois, se o direito positivo é cego para o caráter incondicional dos fins, o direito natural o é para o caráter condicional dos meios. (BENJAMIN, 2011, p. 124)

Portanto, toda “*Gewalt* como meio é ou instauradora ou mantenedora do direito” (BENJAMIN, 2011, p. 136). É válido ressaltar que essa violência mantenedora do direito é demonstrada, em especial, em três instituições da sociedade moderna: no encarceramento, no sistema judiciário e na polícia. Para o autor (2011, p. 127):

[...] talvez se devesse levar em conta a surpreendente possibilidade de que o interesse do direito em monopolizar a violência com relação aos indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os fins de direito, mas, isso sim, de garantir o próprio direito.

Retomando a afirmação de Marx sobre a violência como parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma nova, percebemos que a violência não é o que produz a transformação histórica, pois se trata de um elemento secundário. Segundo Miguel (2015, p. 34), a violência-parteira seria um sintoma do agravamento das contradições e também uma lembrança do fato de que os beneficiários de uma determinada ordem social não assistem passivamente à supressão de suas vantagens. A violência não faz a história, contudo a acompanha.

## **2.2. Encarceramento na miséria: considerações sobre o neoliberalismo**

O Neoliberalismo tem origem logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte. Lugares onde impera o chamado capitalismo desenvolvido. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação

dos mecanismos de mercado por parte do Estado denunciada como uma ameaça letal à liberdade. Ameaça não somente econômica, mas também política (Anderson, 1995).

A teoria sugere que o Estado neoliberal deve garantir os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio, considerando as liberdades individuais. Tais liberdades, entretanto, garantem ao Estado que possa agir utilizando-se de todo o seu monopólio para que sejam preservadas, inclusive, por meio da violência. É sob esses moldes e utilizando-se da coerção que a ideologia burguesa age para reproduzir os seus interesses.

A inspiração neoliberal vem, especialmente, de Ludwig Von Mises, Milton Friedman e Friedrich Hayek. Sendo que este último criticava a tendência coletivista da democracia como uma ameaça ao livre mercado, pois acreditava que o Estado intervindo geraria ineficiência econômica. Essa teoria que se fundamenta, portanto, na sociedade do livre mercado e defende a ideia sem o controle estatal. Isso porque o mercado seria o único capaz de lidar com problemas sociais de maneira eficaz. Publicado em 1944, *O caminho da servidão*, de Hayek, transforma-se em referencial para a doutrina neoliberal.

Assim como David Harvey (2005, p. 60-61), Dardot e Laval (2016, p. 16, 71-72) destacam que o projeto neoliberal não era apenas uma oposição político-econômica ao Estado de Bem-Estar Social de inspiração keynesiana, mas de transformação cultural, modificando a subjetividade<sup>8</sup> e constituindo um sujeito individualista, competitivo e empresarial. É possível a percepção da intenção em se inverter a realidade para disseminar uma consciência falsa sobre o modelo neoliberal de Estado. Isso se expressa, de forma explícita, nas afirmações de Hayek (2010) sobre o Estado interventor ao considerar o modelo de Bem-Estar Social como próprio de um Estado socialista.

Em relação ao liberalismo clássico, segundo Paulani (2005, p. 124):

[...] menos que uma doutrina política, filosófica e/ou moral, o neoliberalismo fica estrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica, desprezando dessa medida, alguns valores universais que primariamente lhe deram origem.

---

<sup>8</sup> “A economia é o método, o objetivo é modificar a alma” (THATCHER *apud* HARVEY, 2005, p. 23).



Há, contudo, uma contradição entre as duas vertentes do liberalismo: O pensamento austríaco indica que o mercado não possui dimensão, que as pessoas, por meio de suas interações, são capazes de, gradualmente, construir uma ordem econômica social mais eficiente. Já a economia neoclássica funciona como que num passe de mágica: o agente magicamente faz a economia atingir o equilíbrio instantâneo. Uma noção é temporal, a outra é não temporal. Entretanto, ambas acreditam que o mercado conduz, de alguma forma, a um equilíbrio eficiente para a sociedade funcionar naquelas bases. Ou seja, ambas acreditam na primazia dos direitos de propriedade e que o papel fundamental dos governos é de viabilizar uma sociedade empresarial e competitiva.

A análise do neoliberalismo deve perpassar pelo fato de que inclui uma série de políticas econômicas, uma ideologia, uma prática de governo e um conjunto de pressupostos a respeito de sua eficiência como economia baseada em uma prática de mercado. Portanto, a partir da noção de totalidade do neoliberalismo, é necessário que sejam analisados os traços estruturantes dessa realidade.

O neoliberalismo possui uma base concreta na forma como ele estrutura as economias e, portanto, na forma como estrutura a sociedade. Ele possui uma raiz no mundo material, em termo das instituições sociais, econômicas e de governo que são colocadas em funcionamento, a partir de um conjunto de ideias que se quis construir.

O que importa para o neoliberalismo é o poder político, o controle sobre a reprodução social. Sendo que, quando esse controle sofre algum tipo de ameaça, existe uma reação contra movimentos sociais e políticos que se catalizaram nas rebeliões de 1968, por exemplo, e continuaram nos anos seguintes.

Essa reação é claramente percebida quando colocamos a realidade do Brasil nos últimos anos em perspectiva: o discurso neoliberal está de braços dados com o conservadorismo e se propõe a rechaçar tudo que possa ser relacionado à justiça social, inclusão e diversidade por grupos minoritários: sejam mulheres, pobres, LGBTs ou negros. Para Wacquant (2003, p. 19), há um tratamento político da miséria na América.

Não é possível desvincular as questões econômicas do punitivismo, visto que, diante do caos existente no sistema carcerário, propõe-se,

atualmente, a construção e privatização de mais presídios. O discurso do senso comum expressa a ideia de que no Brasil se prende pouco, mesmo quando ocupamos a terceira posição no *ranking* de países com maior taxa de população carcerária no mundo, segundo o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* de 2017.

Wacquant (2014, p. 143) oferece uma maneira de repensar o neoliberalismo como um projeto político transnacional pois, em suas palavras:

[...] uma verdadeira “revolução pelo alto” que não pode ser reduzida ao império nu do mercado (como sustentam tanto seus opositores quanto seus partidários), mas que engloba, necessariamente, os meios institucionais requeridos para fazer advir esse império: a saber, uma política social disciplinar (condensada pela noção de *workfare*) e a diligente expansão do sistema penal (que batizei de *prisonfare*), sem esquecer a alegoria da responsabilidade individual que faz as vezes de cola cultural, unindo esses três componentes mencionados.

Assim, é importante enfatizar que, no final do século XX, o Estado neoliberal reorganizou o seu aparato policial, judicial e carcerário conjuntamente para sufocar as desordens causadas pelo aumento da insegurança social. Ele encenou o vistoso espetáculo da pornografia da lei e da ordem para reafirmar a autoridade de um governo em busca de legitimidade, por ter abandonado suas responsabilidades estabelecidas de proteção econômica e social (WACQUANT, 2014, p. 149).

Para Wacquant (2001, p. 4) persiste uma dicotomia paradoxal a respeito da penalidade<sup>9</sup> neoliberal. Uma contradição que pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social. Sendo esta a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo.

O discurso de um modelo neoliberal penal torna-se ainda mais sedutor quando é colocado em países em graves desigualdades de condições e oportunidades, por um conjunto de

[...] razões ligadas à sua história e sua posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais (estrutura de dominação que mascara a categoria falsamente ecumênica de

---

<sup>9</sup> Esse termo penalidade, segundo Wacquant (2001, p. 4), refere-se ao conjunto de práticas, instituições e discursos relacionados à pena e, sobretudo, à pena criminal.

"globalização"), e a despeito do enriquecimento coletivo das décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades. (WACQUANT, 2001, p. 4)

Como se viu, o recorte de classe é indispensável para se entender a problemática, visto que as prisões no mundo ocidental seriam facilmente confundidas com campos de concentração para pobres. Aprisionamentos que servem, apenas, para agravar a instabilidade e pobreza das famílias cujos membros servem como alimento para a criminalidade e desprezo da sociedade.

O neoliberalismo desempenha papel irrefutável na expansão do braço penal do Estado, sendo um de seus componentes constitutivos centrais. Ele efetiva, neste modelo de combate ao crime, uma agressiva perseguição e punição da pequena delinquência. Isto é, promove um punitivismo focado numa determinada classe social, qual seja, nos pobres, considerada nociva ao bom ordenamento da sociedade.

### **2.3. Crime e mercadoria na sociedade capitalista**

A organização social e política recebe interferência direta da organização econômica<sup>10</sup>. Sendo que, sobre as relações de produção, se constituem “[...] a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas” (MARX, 1997, p. 24).

Para viver no capitalismo, o burguês precisa aumentar e acumular riqueza, resultando numa busca incessante que conduz à uma acumulação ilimitada do capital, entretanto, de maneira desordenada. Segundo Amorim, (2007, p. 26), como a força de trabalho é comprada pelo capitalista a fim de gerar mais valia, esta mercadoria é adquirida para satisfazer a necessidade do comprador, não de quem vende – o trabalhador. Segundo Marx (1988, p. 184):

[...] nem poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de

---

<sup>10</sup> Para Lukács, “[...] a economia, mesmo a mais complexa é o resultado de posições teleológicas singulares e de duas efetivações, ambas na forma de alternativas” ([s/d.], p. 74)

valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Para Amorim (2007, p. 27), diante do crescimento da população e, conseqüentemente, do aumento de mão de obra disponível, o número de indivíduos que não conseguem compradores para o que podem vender é ampliado. Modo de funcionamento que os torna inúteis para o capital. Essa parcela de trabalhadores que não encontra compradores para seus bens é chamada por Marx de exército industrial de reserva, ou seja, são os sujeitos desempregados ou precariamente empregados.

A acumulação capitalista tomando forma faz com que haja o aumento do sobre-trabalho e da reserva de trabalhadores que, devido a tais fatores, passa a permitir ser ainda mais explorada, tornando-se útil aos interesses do capital. A formação desse contingente de trabalhadores desnecessários à acumulação e que cresce continuamente nasce de um processo histórico resultante da necessidade de ampliar esse sistema, tendo como um de seus resultados o desemprego em massa. Considerando que

[...] toda categorização é historicamente determinada, Marx identificou três possíveis formas da superpopulação relativa, de acordo com sua época: de maneira extremamente sucinta, a primeira é permeada por trabalhadores nos grandes centros industriais e mineiros que, ora são atraídos, ora repelidos, pela indústria moderna (flutuante); a segunda forma é composta pelos trabalhadores rurais pauperizados, que estão prontos para subitamente se transferirem para cidade (latente); por fim parte dos trabalhadores com ocupação extremamente irregular (sem emprego fixo) e os que se encontram no mais absoluto pauperismo (estagnada). (AMORIM, 2007, p. 29).

Tal população estagnada tem sua condição abaixo do nível médio da classe trabalhadora, tornando-se presa fácil para certos tipos de exploração do capital (Marx, 1988, p.199). Presa fácil porque, excluída, acaba por se submeter a diversas práticas que exploram sua força de trabalho. Nesse contexto, o capital se desenvolve na mesma velocidade com que ocorre a desvalorização humana, a qual é percebida como uma mercadoria que será usada, mas que, também, pode ser descartada quando não cumpre com os objetivos do mercado.

O capitalismo contemporâneo com práticas como a redução salarial, precarização do emprego e o desemprego em massa, por exemplo, intensificou modelos e regimes capazes de extrair mais-valia e de baratear a força de

trabalho. Ele criou um amplo número de trabalhadores propensos a ocuparem vários tipos de trabalho, inclusive, aqueles relacionados a práticas ilegais e criminosas. Para a burguesia, pouco importa que haja um aumento da população sendo jogada na miséria, desde que esta não seja um empecilho para a acumulação de riquezas. Os modelos de enfrentamento da miséria não podem resolver o processo de marginalização dos desempregados e subempregados. Eles não podem porque não existe capitalismo sem miséria, justamente porque a questão social é parte das relações capitalistas, inexistindo a possibilidade de um estado de bem estar social.

A “questão social” deve ser entendida como parte das relações sociais na sociedade capitalista. Ela é tanto um processo de produção da vida material quanto social. Em outras palavras, a “questão social” é uma expressão das desigualdades sociais, um produto do modo de produção capitalista (AMORIM, 2007, p. 55).

Fato é que o desenvolvimento socioeconômico se faz responsável pelo empobrecimento de diversos segmentos da sociedade, sendo a pobreza a forma mais concreta da “questão social”<sup>11</sup>. Ela é também entendida como um processo derivado da acumulação do capital que toma forma através da exploração da mais-valia entre a relação capital e trabalho. Trata-se de uma sociedade em colapso que, apesar de produzir o suficiente para toda a população, deixa grande parcela sem o mínimo para sobreviver. Nada mais que um resultado da lógica de acumulação.

O Estado, por sua vez, atua para garantir o êxito do capital mediante a utilização de um discurso de respeito à democracia. Quando, na verdade, ele interfere diretamente nas lutas sociais. O objetivo é manter a estabilidade burguesa, controlando a sociedade e dispersando os movimentos sociais para que regridam em suas reivindicações e organizações coletivas. As normas e leis são, neste contexto, fundamentais para a sociedade capitalista. No entanto, tais intervenções por parte do Estado

[...] não são questionadas pelos discursos neo-reformistas e neoconservadores. Mesmo que pontualmente se gere um contexto de crise que abale a credibilidade e legitimidade das

---

<sup>11</sup> Segundo Netto (2005, p. 59), a chamada ‘questão social’ é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes. É colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se auto-organizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios.

instâncias legislativa, e se apele à necessidade de adquirir uma gama de possibilidades oferecidas pelo mercado privado de segurança, as funções de legislar e garantir a segurança da população são sempre cobradas como de responsabilidade do Estado. (AMORIM, 2007, p. 63)

O Estado como mantenedor da ordem burguesa reinventa seu caráter dominador e articulador por meio de políticas públicas sociais e penais. Dessa maneira, faz com que direitos sociais que deveriam ser prestados a população, resultados das lutas da classe trabalhadora, acabem desestruturados e fragmentados. Tais políticas são voltadas para a pobreza, para a miséria e para o já citado exército industrial de reserva, concentrados, principalmente, em alguns espaços urbanos, como, por exemplo, as periferias.

A destruição das políticas sociais voltadas para atender a população desempregada e subempregada tem como consequência imediata o crescimento dessa população envolvida com as chamadas atividades marginais e criminalizadas pelas leis vigentes em nosso país. O tráfico de drogas é emblemático, pois, esta modalidade de crime é responsável por 62% do total de crimes cometidos por mulheres no Brasil, segundo o Departamento Penitenciário Nacional<sup>12</sup>. Devemos observar o caráter da ilegalidade atribuído a determinadas mercadorias e como essa proibição resulta num mercado lucrativo, pois estão inseridas na lógica capitalista. Tal lógica inclui o empenho do capital para que sejam mantidas e, claro, efetiva a exploração da mão de obra como em qualquer atividade que envolva a produção de mercadoria.

A intervenção do Estado no capitalismo tardio é responsável por estabelecer uma série de leis, normas, decretos, regulamentos e, também, tributos e encargos. Porém, ao se contrapor aos interesses dos empresários, tais normas vão paulatinamente deixando de ser observadas, uma vez que elas trazem dificuldades para a acumulação de capital.

Segundo Mandel (1988), isso acontece por vários fatores. Com o aumento de leis e tributos, primeiramente, torna-se mais difícil respeitar tudo

---

<sup>12</sup> Os dados trazidos pelo Departamento Penitenciário Nacional por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública demonstram que entre os homens, os crimes ligados ao tráfico representam 26% dos registros, enquanto entre as mulheres esse percentual atinge 62%. Isto quer dizer que três em cada cinco mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico de drogas e entre as tipificações relacionadas a ele, o crime de Associação para o tráfico corresponde a 16% das incidências e o crime de Tráfico internacional de drogas responde por 2% sendo que o restante das incidências referem-se à tipificação de Tráfico de drogas, propriamente dita. Sabemos que a pesquisa não é numérica, mas os dados ajudam a vislumbrar o cenário da criminalidade atualmente no Brasil.

que foi imposto na produção e comércio de mercadorias e acontece o que o autor chama de “hipertrofia de tributação” pela ótica dos capitalistas. Estes entendem ser desvantajoso o cumprimento dessas imposições já que afetam a possibilidade de altos lucros. O modo de produção capitalista é contraditório e, portanto, precisa da “[...] expansão dos impostos a fim de funcionar mais eficientemente durante um período de crescente tensão econômica, social, militar e política” (MANDEL, 1988, p. 170).

Percebemos que, apesar de ser função do Estado, a imposição de tais tributações e leis para regular e fazer funcionar o capital, ao mesmo tempo, de maneira individual, o capitalista coloca como uma necessidade desrespeitar e enganar esses impostos e legislações para obter mais lucros. Tal situação configura a segunda situação descrita pelo autor e já se constitui como ponte para o terceiro fator que é o surgimento de associações de empregados e comerciantes “[...] de pequeno e grande porte que passam a usar ‘lobbies’ para manipular o enquadramento e aplicação prática de leis e tributos. Isso requer impreterivelmente uma corrupção sistemática tanto da parte legislativa quanto executiva do Estado”. Tais práticas, que se iniciaram ao final do capitalismo imperialista clássico, vêm se ampliando até a atualidade (AMORIM, 2007, p. 73).

Como quarto fator, está a mundialização do comércio que possibilita organizar o capital a diminuir seus custos de acordo com dispositivos de lei. Segundo Amorim (2007, p. 74), o aumento de exportação de capitais colocou grandes multinacionais em contato com países com rendimentos médios, possibilitando que fossem gerados mais lucros ao grande capital, utilizando-se a corrupção, suborno ou práticas afins.

Essas atividades estão presentes na sociedade e a concentração do capital foi agravada com o fim da Segunda Guerra Mundial imperialista. Conflito responsável por possibilitar o emprego de capital gerado ilegalmente, como, por exemplo, os chamados “crimes de colarinho branco”<sup>13</sup>. Esses crimes são cometidos por pessoas ou grupos de pessoas com poder e influência na sociedade e, por isto, possuem amplo acesso e fácil circulação em áreas

---

<sup>13</sup> O termo, originalmente chamado de 'white collar crimes' é de autoria de Edwain H. Sutherland em 1939, utilizado para definir os delitos cometidos por pessoas com grande respeitabilidade e elevado status social, no âmbito de seu trabalho. Esse tipo de crime é de difícil qualificação, mas, em geral, é cometido sem violência em situações comerciais com considerável ganho financeiro. No Brasil, o crime de colarinho branco foi definido pela Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

governamentais, políticas e estratégicas. Como são detentores de alto *status* social e econômico, raramente esses sujeitos respondem a processos judiciais e, quando o fazem, a possibilidade de a eles serem atribuídos sanções é mínima.

Enquanto a burguesia faz malabarismos para continuar burlando leis e tributos visando manter seus padrões de riqueza, a classe trabalhadora sente o chicote do capital estalar em suas costas de maneira desproporcional. Isso porque, na lógica da quantidade de salário recebida diante da quantidade cobrada de impostos, o trabalhador paga a maior parte dos impostos.

Tal prática é possível pelo desconto das tributações diretamente em seus salários, daquelas que estão inseridas em mercadorias, dentre outros. A legislação, é claro, não é modificada em benefício das classes subalternas, mas é pensada para manter os benefícios dos detentores do poder e do capital. Percebemos, então, que manter um mercado clandestino e atividades ilegais é uma necessidade para o capitalismo, pois, o sistema de produção dominante em nossa sociedade é o que gera o crime e a criminalidade. O sistema capitalista gera as organizações criminosas e práticas clandestinas, e continuará reproduzindo-as e mantendo-as dentro da estrutura burguesa, mesmo que ocasionalmente uma ou outra seja alvo de denúncias ou processo. Isso ocorre porque juntas elas mantêm o sistema capitalista (AMORIM, 2007, p. 76). Nesse sentido, a estrutura da criminalidade é eficaz tanto no monopólio de produção de mercadorias quanto para garantir a estrutura de poder.

O combate a criminalidade se organiza de forma rasa, sem enfrentar as causas fundamentais dos tipos de crime. E, mesmo que, com as articulações do Estado, em casos isolados, venham a ser desmanteladas e alguns indivíduos condenados, a estrutura permanece e não se abala diante dessas situações.

Em outras palavras, o Estado concentra-se em punir e repreender aqueles que participam da comercialização de drogas e, com esse tipo de atuação, concentra suas políticas criminais em uma parcela da população que não faz parte da classe dominante. Ele corrobora, portanto, para a criminalização da pobreza. Uma discussão que faremos a seguir.

### **2.3. Cárcere e criminalização da pobreza**



A questão que envolve o cárcere deve ser analisada não apenas a partir de seu contexto histórico, mas inserida nas conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais de cada período. O cárcere, na forma de punição, não existia no período histórico anterior ao capitalismo. O que significa que não havia a aplicação da pena com objetivo de privação da liberdade. O nascimento das penas detentivas aconteceu nos séculos XVI e XVII, no contexto social das transformações ocorridas com a Revolução Industrial.

Foi neste período de grandes mudanças no modo de produção que se tornou imprescindível o aumento do número de trabalhadores para o trabalho fabril. Mão-de-obra concentrada nas nascentes cidades urbano-industriais e nos arredores das fábricas. Neste período inicial de carência de mão-de-obra, foram repensadas as formas de se tratar a pobreza. Foi quando se desenvolveu a ideia de que os pobres, submetidos a duras condições de trabalho, seriam induzidos a se manterem dóceis e, assim, Estado e patrões enfrentariam a vadiagem e garantiriam a força de trabalho necessária para o acúmulo de capital.

Nesta perspectiva, foram construídas as casas de Trabalho (*workhouse*)<sup>14</sup>, ou as Casas de Correção. Inicia-se aí a proposta de reclusão como uma estratégia de controle de classes marginalizadas (MELOSSI & PAVARINI, 2006).

Sobre a funcionalidade desses lugares, a Reforma Protestante atuou para moldar o eu em sua liberdade e autonomia,

[...] que caracteriza o espírito burguês, o sistema punitivo teria sido o seu outro tanto, necessário à disciplina e moldura do eu dos trabalhadores imprescindíveis para a indústria nascente. O que Calvino e Lutero foram para as necessidades morais do bom burguês, que facilitaram o desenvolvimento da lógica mercantil da sociedade capitalista, as casas de correção e sua terapêutica disciplinar embrutecedora o foram para as massas que, literalmente, amassadas e derrotadas, foram transformadas em corpos dóceis para o trabalho fabril. (MENEGAT, 2006, p. 277)

Na medida em que o sistema capitalista avança, o exército industrial de reserva fica maior e o poder se modifica. As Casas de Trabalho perdem a sua serventia no modo de produção capitalista, já que com a formação de

---

<sup>14</sup> De acordo com Melossi & Pavarini (2018), o nome se deu em função da atividade exercida, que era raspar a madeira com uma serra pesada e com várias lâminas, até transformá-la em pó.

maquinários e tecnologias, bem como com a sua incorporação, essa mão-de-obra torna-se onerosa e, em breve, menos lucrativa.

O cárcere tem sua função alterada com o passar do tempo até que, discretamente, para alguns e de forma escancarada para outros, o Estado capitalista, por meio do sistema prisional, fez de seu público a parte da população mais vulnerável. Isto é, ele passou a encarcerar de forma massiva pobres, criminosos, prostitutas e bebedores, articulando assim disciplina do corpo e regulação de indivíduos e grupos. O objetivo é o encaixe nos padrões de socialização impostos pelo modelo capitalista.

Melossi e Pavarini (2010) observam a conexão entre o surgimento do modo de produção capitalista e a gênese da instituição carcerária moderna, demonstrando que o advento do capitalismo é fundamental para compreender a acumulação primitiva. Portanto, o processo que cria

[...] a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições realizantes de trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 515)

Desta maneira, a privação de liberdade torna-se, na sociedade de mercadorias, a pena mais importante, mantendo-se como ponto indispensável para manter as relações das classes dominantes, de forma a manter a hegemonia da burguesia. Há um esforço em construir uma imagem negativa daqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos pelo regime capitalista e que não aceitam suas imposições, inclusive e principalmente, quando ligadas ao trabalho. De acordo com Amorim (2007, p. 87), no instante em que a força de trabalho torna-se abundante, o sistema punitivo passa a aplicar penas mais cruéis e sangrentas, pois a extensa massa de desempregados e miseráveis deve ser contida.

A hipótese do encarceramento precisa amedrontar as pessoas, tornando-se um local em que elas não desejam estar. Então, por isso, as condições de vida nos cárceres são inferiores às aquelas que cercam os mais miseráveis da população. Condição que induz a classe trabalhadora a evitar condutas, a todo custo, que possibilitem a sua inserção nessas instituições.

Considerando o mundo e a sociedade em que estamos inseridos, acreditamos que o Direito Penal é a prova mais viva que o capitalismo não deu certo para as classes exploradas. Sendo o punitivismo do sistema interno de leis a produção ideológica da violência.

Na sociedade capitalista existe o anseio de se punir cada vez mais. Entretanto, o desejo real é de que a violência se torne legítima, ou seja, que sejam alargadas as possibilidades de uso da força para defender os interesses da burguesia e daqueles que perpetuam a violência cotidianamente.

Este pensamento punitivista demonstra que não conseguimos avançar além dos limites da violência, legitimando este processo e reforçando a cadeia de perpetuação da pobreza e da miséria. A busca do punitivismo pelo aprisionamento em massa está dentro da lógica de produção da ideologia capitalista que vê na violência a única saída para manter a sociedade e a ordem burguesa.

Persiste na sociedade a crença de que o endurecimento das penas é sempre a solução para quaisquer problemas que envolvam comportamentos diferentes ao esperado. O raciocínio que predomina é o de enxergar a violência apenas como crime e este como algo a ser punido pela justiça criminal. Raciocínio regado por aquela necessidade e busca por vingança. Não há nada mais violento que o próprio sistema de justiça criminal, já que é um sistema pensado pelo opressor e não pelos oprimidos. Tal sistema busca naturalizar as relações sociais, divulgando a ideia de que haveria a possibilidade de uma cura ou de uma reabilitação. Ideia que não é compatível com o sistema capitalista.

Na obra *Vigiar e Punir – História da Violência nas prisões*<sup>15</sup>, Michel Foucault discute o conceito de poder disciplinar e as tecnologias punitivas na passagem do capitalismo absolutista, marcado pela centralização do poder político do monarca, e o capitalismo constitucional. Modelo este que tem a separação dos poderes junto a ascensão dos direitos civis dos indivíduos. A obra narra a diferença entre o método punitivo na França por volta de 1750 para outro método punitivo em 1830. Sua ideia é demonstrar como, em menos de um século, o Estado reestruturou profundamente sua forma de punir,

---

<sup>15</sup> Esclarecemos que não adotamos o referencial foucaultiano de análise entre o processo de encarceramento das mulheres das camadas populares e a realidade socioeconômica. Mas isso não nos impede de recorrermos a esse clássico estudo sobre o surgimento das prisões nas modernas sociedades ocidentais.

considerando não um processo de humanização de penas ou mesmo punir menos, mas de aperfeiçoamento da punição, utilizando-se, para isso, recursos de novas tecnologias. Por todo o período dos Estados absolutistas, a punição tinha um caráter físico de infligir dor com objetivo de retribuição do crime e entretenimento para as massas. Ela também figurava como um recado e exemplo para quem ousasse ir contra o soberano. Violência, sadismo, promoção de medo e terror são ideias centrais para esse modelo punitivista.

Foucault (1987), entretanto, demonstra como isso começou a gerar problemas. Quando a crueldade das penas, em determinados casos, inverteu os sentimentos esperados por parte da população, fazendo com que o público tivesse simpatia pelo apenado e antipatia ao carrasco/torturador, a condição se estendia ao poder político como um todo. A crítica a esses métodos punitivos foi um traço da ascensão do iluminismo nas sociedades europeias. O foco da pena para os reformistas não deveria ser o sofrimento do condenado, mas a correção e prevenção criminal como um todo.

Talvez, por isso, agora, as prisões fiquem em locais afastados dos centros urbanos. No geral, a população sequer sabe onde ficam os estabelecimentos prisionais em suas cidades e, menos ainda, imaginam o que acontece dentro das grades no dia-a-dia.

Foucault (1987) descreve essa transição da prisão espetáculo para a prisão invisível. Ao renunciar ao processo de espetacularização para se tornar invisibilizada, a questão do sofrimento no cárcere é escamoteada. Ainda que não existam mais castigos que destruam os corpos propositalmente, o nascimento das prisões representa uma transformação do aspecto punitivo que deixa de ser, principalmente, o sofrimento e o perecimento do corpo, mas que visa a transformação da subjetividade e da personalidade do apenado. Essa personalidade envolve questões psicológicas, emocionais, espirituais, dentre outras. Dimensões que vão além do corpo e que podem ser trabalhadas quando há a prisão desse corpo, podendo discipliná-lo cotidianamente.

Em seu estudo supracitado, Foucault (1987) afirma ainda que sua pesquisa não pretende apenas tratar da repressão relacionada com o poder da punição, ao invés disso, ele pretende abordar o aspecto produtivo. Em outras palavras, ela é uma tecnologia política do corpo com uma função social complexa que pode assumir uma série de utilidades econômicas nas relações

de produção da sociedade moderna. Isso porque o corpo também está diretamente mergulhado num campo político, sendo que

[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1999, p. 29)

A partir dessas técnicas modernas, de acordo com o autor, é possível que um corpo inapto se torne útil seguindo os parâmetros disciplinares. Nesse sentido os militares são emblemáticos, pois costumavam, conforme nos mostra Foucault (1987), recrutar jovens “problemáticos”, indisciplinados e os transformar em rígidos soldados.

Tal metamorfose se realizava por meio de proibições e obrigações sutis gerando o chamado poder infinitesimal<sup>16</sup> sobre o corpo. Poder que supervisiona todos os seus movimentos e fomenta o aprimoramento da utilidade do corpo para as autoridades. É uma perfeccionista correção de forma a extrair a máxima eficiência dos posicionamentos, tendo em mente a regulação do tempo, da duração e velocidade de uma tarefa e chegando ao reflexo automático aos sons, sinais e gestos. Em suma, uma técnica que fomenta um corpo instrumento, corpo arma, corpo máquina.

O poder disciplinar é uma relação entre docilidade e utilidade corporal. É uma anatomia política dos detalhes que é formulada naquilo que Goffman

---

<sup>16</sup> Expressão utilizada pelo autor na obra citada. “Na forma lembrada explicitamente do açougue, a destruição infinitesimal do corpo equivale aqui a um espetáculo: cada pedaço é exposto no balcão. O suplício se realiza num grandioso cerimonial de triunfo: mas comporta também, como núcleo dramático em seu desenrolar monótono, uma cena de confronto de inimigos: é a ação imediata e direta do carrasco sobre o corpo do “paciente”. Ação codificada, é claro, pois o costume, e muitas vezes de maneira explícita, a sentença, prescrevem os principais episódios. Esta ação, no entanto, conserva alguma coisa da batalha. O executor não é simplesmente aquele que aplica a lei, mas o que exhibe a força; é o agente de uma violência aplicada à violência do crime, para dominá-la. Desse crime ele é o adversário material e físico. Adversário ora digno de piedade, ora encarniçado” (FOUCAULT, 1999, p. 69).

(1987)<sup>17</sup> cunhou de “instituições totais”, porque visam controlar a socialização dos indivíduos conforme seus projetos ideológicos. São exemplos disso: escolas, manicômios, quartéis militares, hospitais, fábricas e, claro, as prisões. Em todos esses locais os indivíduos estão em constante observação e sujeitos a alguma forma de punição, todas com regras que lhes são impostas, visando o aumento de sua produtividade e, ao mesmo tempo, de sua dominação. A função do poder disciplinar é treinar a aptidão da força humana se aproveitando das diferenças de cada um, separando, analisando e classificando o conjunto e as partes e integrando-as conforme suas inclinações. Cada uma delas, em acordo, multiplica sua utilidade em um cálculo econômico permanente.

Nesse cenário, o cárcere assume um caráter político intimidador. Ou seja, ele torna-se um tipo de recurso capaz de controlar e vigiar a população supérflua ao capital, especialmente em momentos de crises econômicas e sociais. Observando a realidade massivamente demonstrada pelos meios de comunicação em relação ao cárcere, o operário opta, mais facilmente, pelas condições impostas pela empresa. Fora da prisão, mas submetido as injunções do capital no interior da fábrica, ele encontra-se disponível para reproduzir as ilusões provenientes de uma falsa consciência sobre a liberdade e a autonomia. Prerrogativas que o trabalhador não possui nessa sociedade.

A instituição do cárcere apresenta duas dimensões: a dimensão instrumental, onde é possível perceber as funções diretamente econômicas que assume na produção de uma força de trabalho disciplinada e disponível à valorização capitalista; e a dimensão simbólica, a representação do papel de um dispositivo de controle dos trabalhadores e das classes subalternas (GIORGI, 2006).

Dessa maneira, as prisões se transformam em métodos eficazes e rápidos de restabelecer a ordem social, eliminando fatores que a classe

---

<sup>17</sup> Goffman (1987, p. 7) realizou uma pesquisa de campo no Sta. Elizabeths Hospital, em Washington D.C, entre 1955-1956, nos Estados Unidos. O objetivo era conhecer o mundo social do internado em hospital, buscando captar a perspectiva subjetiva do internado. Partindo dessa pesquisa de campo e utilizando uma ampla bibliografia, o autor elaborou o conceito de “instituição total”, caracterizando-a pelo seu “fechamento” mediante barreiras que são levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. Sua característica principal é que ela concentra todos os diferentes cenários da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente. O autor define a instituição total “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

dominante identifica e aponta como fora dos padrões que os interessam. Processo que consiste em classificar como nocivos, em um processo que criminaliza parte da população, justamente, aqueles que não têm acesso ao básico para sobreviver.

Durante o século XX, a instituição chamada cárcere redimensionou suas estruturas sociais, reconfigurou suas formas de controle e repressão aumentando-se ainda mais. O cárcere, entretanto, estendeu o seu controle para além de si visando determinados grupos de crimes e criminosos, evidentemente, os mais pobres. O treinamento disciplinar voltado para o trabalho é frequentemente esquecido porque é perceptível que, na verdade, não é esse o problema de fundo. Trata-se tão somente de criminalizar a pobreza, ou seja, conter e neutralizar questões que são incômodas a burguesia. Isso demonstra o quanto o discurso da reinserção social constitui-se tão somente em um

[...] controle do desvio enquanto legitimação aparente das instituições penais [...] pois, uma construção social por meio da qual as classes dominantes preservam as bases materiais da sua própria dominação. [...] numa sociedade capitalista o direito penal não pode ser colocado a serviço de um 'interesse geral' inexistente: ele se torna, necessariamente, a expressão de um poder de classe. (GIORGI, 2006, p. 36)

As relações econômicas que organizam a sociedade interferem na maneira como os métodos punitivos e repressivos estruturam-se, tornando-se elemento definitivo para a constituição da criminalidade. O cárcere atende ao chamado dessa sociedade burguesa que busca esconder e camuflar os efeitos da miséria e, assim, isolar a camada da população que não atende às expectativas do capital. Dessa maneira, contribui para que uma parcela da sociedade seja vista como inútil, preterida e perigosa, fortalecendo a insegurança social.

O cenário é de caos, já que a população passa a ter suas condições de vida cada vez mais precárias, especialmente, pelas exigências do mercado de trabalho. Assim, é contra essa parcela de indivíduos que não as atendem que a ação da justiça penal do Estado é dirigida.

Wacquant (2003), em sua pesquisa acerca do Estado Penal nos Estados Unidos da América, constata algumas tendências que abarcam a

evolução do Estado penal desde a década de 1970. Para o autor, a hiperinflação carcerária, a extensão horizontal da rede penal, o inchamento do setor no seio das administrações públicas, o desenvolvimento da indústria privada de segurança e de carceragem fazem parte da política de ação afirmativa carcerária desenvolvida em seu país.

A hiperinflação carcerária corresponde ao aumento da composição dos estabelecimentos carcerários por uma massa excluída dos meios de produção, ou seja, aquela que é alheia ao capital. Em escala global, a população carcerária aumentou em níveis estratosféricos. No Brasil, entre os anos de 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157%, sendo que em 2000, existiam 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em junho de 2016, eram 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes<sup>18</sup>.

Nesse mesmo período, a população carcerária feminina aumentou em 567% e, se considerarmos esses dados atualizados até 2018, o aumento alcança 700%. Dos doze países que mais encarceram mulheres no mundo, o Brasil ocupa a quarta posição mundial, ficando atrás dos Estados Unidos, China e Rússia. No que se refere a taxa de aprisionamento, que indica o número de mulheres presas para cada grupo de 100 mil habitantes, o Brasil está na terceira posição, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia<sup>19</sup>.

A segunda tendência identificada por Wacquant (2003) é a extensão horizontal da rede penal que vai além das grades abarrotadas nos estabelecimentos penais. Horizontalização porque o sistema vem se estendendo no cotidiano das classes mais baixas por meio das medidas punitivas que se estruturam pelo cumprimento da pena em liberdade condicional, penas alternativas e controle por parte das políticas de assistência social e/ou controles sanitários (AMORIM, 2007, p. 94). Ou seja, ele não se limita ao encarceramento em si porque alcança a vida privada dos indivíduos

---

<sup>18</sup> Dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional, através do Ministério da Justiça e Segurança Pública no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do ano de 2016. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

<sup>19</sup> Dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres, do ano de 2018. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2019.



de maneiras diferentes. Nesse contexto, a população pobre se torna alvo da repressão, pois o capital a considera como supérflua e inútil.

O terceiro aspecto diz respeito ao inchamento do setor penal no seio das administrações públicas, seja em âmbito federal ou estadual. As críticas dos setores conservadores da sociedade se dirigem, basicamente, a propensão de aumento de gastos com recursos voltados a política criminal comparados com aqueles decorrentes das garantias sociais.

Quanto ao sistema de segurança e carceragem, então, potencialmente lucrativo, tem-se no âmbito dos setores dominantes o consenso segundo o qual ele deve ser privatizado. Privatizado por meio da terceirização dos serviços prestados, da gestão feita pelas Organizações Sociais ou mesmo integralmente a partir da transferência dos estabelecimentos para empresas privadas.

Diante da ampliação da massa carcerária e dos gastos estatais com prisões e segurança pública, de acordo com os dados acima apontados, encarcerar tornou-se um segmento de mercado com lucros altíssimos. Exatamente porque essa política de encarceramento estimulou o crescimento exponencial do setor das prisões privadas. Setor para o qual as administrações públicas, perpetuamente carentes de fundos, se voltam para melhor rentabilizar os orçamentos consagrados à gestão das populações encarceradas.

Acerca da situação nos Estados Unidos, Wacquant (2003, p. 31) nos alerta para o fato de que as prisões eram 1.345 em 1985 e que, dez anos mais tarde, passaram para 49.154. Assim, portanto, é que o setor privado arrecada dinheiro público com a promessa de economia: alguns centavos por dia e por preso, mas que multiplicados por centenas de milhares de pessoas justificariam a privatização de fato de uma das funções régias do Estado.

No Brasil, de acordo com levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão do Ministério da Segurança Pública, a população carcerária do Brasil cresce 8,3% ao ano. Nesse ritmo, até 2025 o número de presos pode chegar a quase 1,5 milhão, superando a população das cidades de Belém e de Goiânia, por exemplo.

Como última tendência apontada pelo autor, está a política de ação afirmativa carcerária e criminalização da pobreza. Política que significa o aumento do controle e repressão para uma população marginalizada que reforça todo o discurso discriminatório (judicial, policial, etc.) elaborado considerando-se majoritariamente as características desse grupo de pessoas.

A intensificação de um Estado penal resulta no aumento intenso de gastos em políticas criminais e na privatização da carceragem. Nesse sentido, temos o crescimento do exército industrial de reserva, que resulta na criminalização e marginalização dos pobres. Os fatores ideológicos estão, portanto, inseridos na dicotomia punição e economia, sendo que o sistema punitivo, nesse contexto, é figura central para manter a ordem burguesa, pois:

Em períodos de crise econômica, a criminalidade se torna o tema privilegiado do discurso público, permitindo assim às elites políticas catalisar, sob a forma do 'pânico moral' produzido pelo aumento da criminalidade, inseguranças e medos cuja origem se situa mais longe do que nunca do seu objeto imediato. Os processos de definição do desvio mudam radicalmente de sinal durante os ciclos político-econômicos recessivos (GIORGI, 2006, p. 59-60).

O incômodo das classes dominantes, amedrontadas pelos delitos praticados pela classe pobre e marginalizada, justifica e ilustra a luta contra o crime. Conflito que nada mais é do que uma luta intensa de classes, já que tem como inimigo delitos praticados por um determinado grupo de pessoas alheio a burguesia. As pessoas dessas classes subalternas são enxergadas como perigosas, sujas e prejudiciais às noções de uma sociedade em pleno funcionamento. Desta forma, o Estado passa a agir de maneira incisiva para conter e para reprimir, até mesmo, crimes mais leves, resultando no tratamento da miséria com políticas penais e não sociais.

O Estado, portanto, torna-se cada vez mais intolerante no combate ao crime e não mede esforços para “[...] perseguir agressivamente a pequena delinquência e reprimir os mendigos e os sem-teto nos bairros deserdados” (WACQUANT, 2001, p. 25). O discurso agressivo que reproduz preconceitos contra essa parcela pobre da população, cria uma tendência de

[...] se apoiar nas instituições judiciária e penitenciária para eliminar os efeitos da insegurança social engendrada pela imposição do trabalho assalariado precário e pelo reiteramento correlato da proteção social. (WACQUANT, 2001, p. 102)

O discurso, segundo o qual, aquele que comete um pequeno delito, como um furto, também é capaz de cometer grandes delitos (latrocínio, por exemplo) se faz prejudicial. Danoso porque convence que é coagindo os

pequenos crimes no cotidiano que teremos resultado com os grandes. Wacquant (2003, p. 64) afirma que o aumento exponencial da criminalidade e do encarceramento ocorre “[...] pela extensão do recurso e prisão para uma gama de crimes e delitos que até então não incorriam em condenação à reclusão, a começar pelas infrações menores à legislação sobre os estupefacientes e os atentados à ordem pública” (2003, p. 64). Nesse sentido, essa propensão é algo que

[...] mostra claramente a função ideológica do grande pânico do crime incentivado pelos lobbies da lei e da ordem mantidos pela direita: difamando sistematicamente os setores mais pobres da sociedade e as camadas mais exploradas da classe trabalhadora como ‘classes criminosas’, propensas a ações violentas e ao assassinato, justificando desta forma um reforço sistemático ao aparelho repressivo do Estado. Ao mesmo tempo, o aumento maciço do número de criminosos primários transformou o submundo do crime organizado numa hierarquia que, ironicamente, reflete mais fielmente do que nunca a estrutura do mundo burguês, tendo, no fundo, uma grande massa de pobres marginais sempre entrando ou saindo da prisão e um punhado de monopolistas virtualmente seguros em sua imunidade no topo da pirâmide. (MANDEL, 1988, p. 149).

Com essas citações de Mandel e Wacquant, buscamos discutir a predisposição em criminalizar a pequena delinquência, com o Estado não medindo esforços para punir as classes subalternas. Na medida exata em que ele age completamente diferente quando se trata de organizações criminosas que movimentam o tráfico de drogas e de armas ou os crimes de colarinho branco, por exemplo. Refletimos ainda o fato de que, geograficamente, a classe mais pobre encontra-se aglutinada nas periferias, tornando-se, desse modo, facilmente reprimida, já que nesses locais “[...] a presença policial é particularmente densa, o tráfico ilícito é facilmente identificado e a impotência dos habitantes permite à ação repressiva a toda a liberdade” (WACQUANT, 2003, p. 29).

Diante de todo o exposto, constatamos que tais políticas de perseguição das classes subalternas, além de possuir alvos claros como jovens dos subúrbios, resulta no mau funcionamento dos tribunais. Tribunais soterrados por um número escandaloso de processos que causam lentidão em todas as fases da persecução penal.

### **3. A Penitenciária Feminina Consuelo Nasser: crime, lei e mulheres**

No Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia está a maior concentração de presos do Estado de Goiás. Contudo, eles estão divididos entre seis estabelecimentos penais:

1. Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG): custodia os condenados no regime fechado do sexo masculino;

2. Casa de Prisão Provisória (CPP): abriga presos provisórios do sexo masculino e feminino;

3. Colônia Industrial e Agrícola do Estado de Goiás: acolhe condenados no regime semi-aberto do sexo masculino. Este estabelecimento é subdividido em duas unidades que são conhecidas como a) Semi-aberto Velho (unidade I) e b) Semi-aberto Novo (unidade II);

4. Penitenciária Feminina Consuelo Nasser: destinada exclusivamente às condenadas no regime fechado do sexo feminino e, portanto, objeto de estudo dessa pesquisa;

5. Núcleo de Custódia: trata-se de uma unidade de segurança máxima com características especiais, podendo receber tanto presos provisórios, quanto condenados, desde que do sexo masculino. A inclusão de internos neste estabelecimento penal está condicionada à realização de exame de corpo delito. O exame ocorre a cargo da parte solicitante e caso o interno seja de outra comarca. Caso de outra comarca, é necessário ainda solicitação da comarca de origem à 4ª Vara de Execuções Penais de Goiânia e a autorização desta. Em síntese, o Núcleo de Custódia destina-se a custodiar os internos sob medida administrativa de segurança, para cumprimento de sanção disciplinar ou em cumprimento de decisão judicial;

6. Casa do Albergado Ministro Guimarães Natal: é considerado o sexto estabelecimento penal do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, embora não esteja dentro da área física do Complexo. Destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, a pena de limitação de final de semana e, em cumprimento ao Decreto nº 5.360/01, ao recolhimento de sentenciados a penas privativas de liberdade em regime semi-aberto.

Essa pesquisa foi realizada na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser<sup>20</sup>, embora a Casa de Prisão Provisória (CPP) abrigue cerca de duas vezes mais o número de mulheres. Ocorre que na CPP, como o próprio nome informa, as mulheres estão presas provisoriamente, ou seja, podem permanecer ali por apenas alguns dias ou semanas enquanto aguardam determinadas audiências, deferimento de liberdade provisória ou revogação de suas prisões preventivas, concessões de *habeas corpus* e transferências a outras cidades e Estados, a depender do caso concreto do delito que cometeram. Considerando o caráter provisório que a prisão cautelar possui, pelos motivos que acima elencamos, na Casa de Prisão Provisória a alternância de mulheres é alta. Fator que poderia prejudicar a continuidade da pesquisa, especialmente, em relação as entrevistas.

A escolha da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser considera todos esses pontos acima expostos e, claro, o fato de que as mulheres lá encarceradas já estão condenadas e cumprem, portanto, penas definitivas<sup>21</sup>, em regime fechado, até o momento que tiverem o direito à progressão de regime ou outro benefício previsto na Lei de Execução Penal<sup>22</sup> (Lei nº 7.210/84). Portanto, nossa escolha por essa Penitenciária específica levou em consideração o fato de que ela é a única no Estado de Goiás exclusivamente para mulheres, assim como a condição de condenadas definitivas<sup>23</sup>.

Nossa inserção nas prisões de Goiânia, em caráter investigativo, teve início em 2019, na Casa de Prisão Provisória. Cárcere cujo diretor nos explicou quais eram as exigências da Instituição para aprovação de pesquisa junto aos indivíduos encarcerados. Nos foi disponibilizada a lista de chamada das mulheres que estavam presas, para que pudéssemos, então, analisar a relevância quantitativa e também tipológica dos crimes e, assim, definir a delimitação de nosso objeto de estudo.

---

<sup>20</sup> Este número comparativo advém de dois documentos, quais sejam, as listas de chamada utilizadas pelos agentes carcerários, que nos foram disponibilizadas pelos diretores responsáveis pela Casa de Prisão Provisória e Penitenciária Feminina Consuelo Nasser. Prisões que, durante a época de entrevistas, contavam, respectivamente, com 116 e 61 mulheres presas.

<sup>21</sup> Penas definitivas são aquelas sobre as quais não mais são cabíveis quaisquer recursos. Assim, quando a decisão condenatória tem o seu trânsito em julgado, fala-se, portanto, que se trata de uma pena definitiva.

<sup>22</sup> A Lei de Execução Penal tem como objetivo efetivar as disposições que dizem respeito a sentenças ou decisões criminais.

<sup>23</sup> Apesar de ser o termo utilizado no Direito Penal, procuramos evitá-lo, já que passa a ideia que a condenação é para sempre, sem a possibilidade de alterar aquela realidade, o que não é fatídico.

Na mesma ocasião, visitamos a Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, cuja localização é em frente à entrada da Penitenciária Odenir Guimarães, na mesma rua da Casa de Prisão Provisória. Era uma sexta-feira e, há uma crença<sup>24</sup>, entre as pessoas que trabalham nesses estabelecimentos, de que não é recomendável visitas em presídios às sextas-feiras, pois os riscos de fugas e rebeliões são maiores devido à proximidade dos finais de semana<sup>25</sup>.

Em frente ao portão de ferro da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, nos identificamos por meio de uma pequena janela. Em seguida, fomos autorizadas a entrar no estabelecimento e, ao passar pelo olhar sério e desconfiado do agente, sentimos o primeiro impacto produzido pelo barulho do cadeado e do portão sendo fechado, esse simples barulho nos pareceu um estrondo.

Nesta Penitenciária, existem dois portões: o primeiro que dá acesso ao interior do estabelecimento prisional e o segundo que permite o acesso ao pátio onde ficam as mulheres presas. Os dois portões são controlados por agentes penitenciários. Após atravessar o primeiro, nos deparamos com uma sala mal iluminada, com paredes sujas de terra e um balcão de vigilância onde há um policial homem e várias listas que devem ser assinadas, cada uma com seus respectivos objetivos: controle de entrada e saída de visitantes e de presas, horários, presença, dentre outros registros. O segundo portão dá acesso ao pátio e, nesse local, há um grande espaço arborizado, com grama verde, árvores e algumas pequenas mesas. À esquerda podemos ver um campo de futebol e ao fundo se vê a horta do presídio. Do lado direito, há uma pequena “casa” onde funciona uma sala de aula e uma biblioteca. Também é possível ver varais com roupas estendidas e uma tenda onde são realizadas palestras, cultos religiosos e visitas dos juízes da execução penal e familiares das prisioneiras.

Nessa visita inicial, estávamos eu e minha orientadora, uma funcionária da Diretoria de Administração Penitenciária, dois agentes no posto de guarda (um deles no balcão) e a diretora<sup>26</sup> daquele estabelecimento penal. O primeiro

---

<sup>24</sup> Crença pois não encontramos nenhuma pesquisa que endosse cientificamente tal opinião.

<sup>25</sup> Tal opinião é compartilhada pelos funcionários, os quais acreditam que nos finais de semana o desejo de fugir é maior porque, segundo eles, os detentos querem “cair na farra”.

<sup>26</sup> Por se tratar de um ambiente hostil, como é o caso das prisões em geral, nos surpreendemos com as características pessoais da Diretora que estava no cargo por ocasião de nossa primeira visita ao Presídio. Trata-se de uma mulher gentil e generosa, qualidades ressaltadas, inclusive, pelas próprias prisioneiras.

impacto sentido no interior do presídio é o cheiro: uma mistura de suor, terra, urina e drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas.

Apesar de haver uma certa desconfiança com as nossas intenções, fizemos uma breve exposição de nossa pesquisa, sendo então concedido permissão para realizarmos as entrevistas sem prévia autorização do Comitê de Ética do Órgão da Secretaria de Segurança Pública<sup>27</sup>. Cederam-nos, ainda, uma lista de chamada com o nome de todas as sessenta e uma mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser. Nosso *corpus* de pesquisa foi constituído por mulheres da referida Penitenciária, independentemente do tipo de crime cometido por elas. Contudo, deixamos claro nossa intenção de entrevistar mulheres que haviam sido condenadas inclusive pelo cometimento de crimes violentos e não somente aquelas, por exemplo, condenadas por tráfico ou crimes afins, que são mais numerosos ali. O outro critério diz respeito a disponibilidade de cada mulher em participar da pesquisa. Nossa abordagem consistiu em expor nossos objetivos para aquela que se candidatou a participar da pesquisa e, em seguida, solicitar a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE.

Nesse dia, entrevistamos<sup>28</sup> três mulheres. Para isso, a direção da Penitenciária disponibilizou-nos uma mesa próxima ao segundo portão que, de fato, dá acesso ao pátio em que fica o alojamento das presidiárias. Cada entrevista durou cerca de quarenta minutos<sup>29</sup>. Encerramos os trabalhos nesse primeiro dia e combinamos com a diretora nosso retorno na semana seguinte.

Retornamos a Penitenciária Feminina Consuelo Nasser e toda a solicitude que encontramos na presença da diretora no primeiro dia, parecia que havia se esvaído durante sua ausência. Conseguimos entrar no posto de guarda, mas não queriam autorizar as entrevistas. Depois de muito diálogo, de mostrar a autorização da pesquisa, os documentos e as mensagens que havíamos trocado com a diretora do presídio, fomos autorizadas a realizar apenas uma entrevista no pátio da Penitenciária.

Quando estávamos entrando no pátio, fomos abordadas pedindo para que deixássemos nossos celulares. Mesmo que não houvesse ocorrido da

---

<sup>27</sup> Informamos a Diretora da Penitenciária Consuelo Nasser sobre a aprovação de nossa pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que considerou tal aprovação suficiente para garantir as questões éticas da Pesquisa.

<sup>28</sup> Com exceção de uma entrevista, as demais foram gravadas e posteriormente transcritas.

<sup>29</sup> As presidiárias entrevistadas demonstraram uma grande necessidade de falar e ser ouvidas.

primeira vez, não criamos nenhum desentendimento e acatamos a ordem. Entretanto, havíamos levado, também, gravadores que, ao serem apresentados como alternativas ao uso do celular, também foram impedidos de entrar, pois, afinal, “as mulheres estavam privadas de liberdade”, segundo a agente carcerária responsável. Com o clima de tensão, perguntamos o que poderíamos utilizar para registrar as entrevistas e a mesma agente respondeu: “- papel e lápis”. Para não perder tempo e dificultar ainda mais o acesso às presidiárias, aceitamos e realizamos uma única entrevista nesse dia. Quanto à última entrevista feita posteriormente tratou-se de uma mulher em liberdade condicional que, por muito tempo, esteve cumprindo pena na Penitenciária Consuelo Nasser. Portanto, foram cinco entrevistas, quatro no interior da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser e uma fora dela.

### **3.1. Cenário político-econômico e os reflexos no sistema carcerário brasileiro contemporâneo**

Desde o início dos anos 1990, problemas relacionados à violência, à segurança e à criminalidade constituem-se como questões centrais nos centros urbanos de toda a América Latina. No Brasil, o crescimento das taxas de homicídio ocorre desde o início dos anos 1980, sendo que a maior parte dos mortos é de classe baixa, possui baixa escolaridade, é jovem, negra e residente em periferias das grandes cidades, segundo mostra o *Atlas da Violência* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2019.

Esse aumento das taxas de homicídios dolosos<sup>30</sup> atinge uma parte considerável da população, especialmente os jovens. Os quais, nesse contexto, constituem o grupo mais vulnerável e incapaz de se proteger. Os indivíduos que se encaixam no padrão de vítimas de homicídio acima descrito não possuem opções que possam protegê-los dessa realidade, enquanto as classes altas conseguem o seu isolamento em condomínios fechados e locais que contam com serviços de segurança privada e seus dispositivos.

O sistema carcerário é um espelho da nossa realidade fora dos muros e grades, ou seja, do conjunto da sociedade. Por isso, as análises de nossas

---

<sup>30</sup> Sobre a percepção social sobre o sistema de justiça, temos as recentes pesquisas trimestrais da Fundação Getúlio Vargas que criou o ICJ – Índice de Confiança na Justiça. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/en/publicacoes/icj-brasil>>. Acesso em: 12 out. 2019.



políticas de segurança pública devem ser feitas à luz das ações (bárbaras ou não) que se desenvolvem no interior das prisões espalhadas por todo o país e vice-versa. Os esforços para construir uma política de segurança pública voltada para garantia de direitos de toda a população, e não apenas que seja mantenedora da ordem do capital, são frequentemente bloqueadas por um populismo punitivo.

No período da ditadura militar, os crimes, especialmente, homicídios políticos, eram praticados por debaixo dos panos, muitas vezes por meio dos grupos paramilitares, já que o governo não assumia publicamente seus atos. Ao invés disso, sob os governos eleitos democraticamente, as ações violentas praticadas pela polícia e, até mesmo, pela população, a depender da situação, conta com ampla legitimidade e apoio popular, carregando a falsa noção de se tratar de um controle de criminalidade.

A partir da metade da década de 1990, o Governo Federal, diante de mais uma crise de segurança pública, visando um protagonismo maior no planejamento de políticas públicas de segurança nos Estados, criou a Secretaria Nacional de Segurança e o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Tais medidas foram iniciadas no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo governo privilegiou aliança com partidos políticos que defenderam políticas neoliberais distantes de qualquer perspectiva que pudesse ser denominada de social democrata. Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), não houve rupturas nas políticas de segurança pública. Houve sim um processo de continuidade.

Em que pese a implementação de certas políticas distributivas e elevação de índices de desenvolvimento humano no país durante o período petista, chama a atenção o fato de que a população carcerária brasileira cresceu desenfreadamente após os anos 2000, especialmente, a partir de 2006. Nos anos 2000, a população carcerária contava com cerca de 230 mil presos e, atualmente, em 2019, essa mesma população possui, pelo menos, 812.564 pessoas em situação de cárcere. Segundo o Banco de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça, isso corresponde a um aumento de 700% em relação a esse período de tempo.

Sobre o aumento de mulheres encarceradas, Karine<sup>31</sup>, uma das entrevistadas, em uma fala repleta de incoerências, diz que o salto numérico de presas é “[...] cabuloso. Eu sinto esse aumento aqui dentro. Tem muita mulher entrando por esse muro. O mundo tá perdido se continuar desse jeito. As mulheres estão achando que podem matar igual homem” (KARINE, 2019).

Até junho de 2017, de acordo com o Relatório Temático Sobre Mulheres Privadas de Liberdade do Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária feminina brasileira possuía um total de 37.828 detentas. Este número representa 5,8% do total de presos no país. Em Goiás<sup>32</sup>, existem 944 mulheres privadas de liberdade.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2017), 37,67% das mulheres presas no Brasil estão em regimes provisórios, ou seja, aqueles em que ainda não há condenação. São 36,21% as mulheres presas em regime fechado e 16,87% presas em regime semi-aberto.

No Estado de Goiás, das 994 mulheres presas, 50,90% são provisórias. Um dos mais elevados índices. Mais especificamente o 11º colocado dentre os Estados e o Distrito Federal. Desse número, 22,74% mulheres estão sentenciadas em regime fechado, 19% em regime semi-aberto e 7,13% em regime aberto.

Considerando o tipo de estabelecimento penal, é possível afirmar que 74,85% dos estabelecimentos prisionais no Brasil foram construídos para a detenção de presos do sexo masculino, seguido de 18,18% para o público misto e 6,97% exclusivamente para as mulheres.

### **3.2. Violência e cárcere: as grades só mudam de lugar**

No que diz respeito à infraestrutura dos estabelecimentos prisionais do país, fica claro que o Estado brasileiro falha sistematicamente em proporcionar condições para cumprimento de penas privativas de liberdade para as mulheres encarceradas.

---

<sup>31</sup> A primeira mulher que entrevistamos e que, como as outras, teve o seu nome alterado para manter sua privacidade.

<sup>32</sup> A Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, nosso objeto de estudo, faz parte dos estabelecimentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Os dados sobre a violência inerente ao processo de criminalização das mulheres pobres no mundo ocidental em geral e, em particular no Brasil e no Estado de Goiás, parecem se confirmar ante as narrativas das presidiárias da Penitenciária Consuelo Nasser. Em 2007, em um relatório feito para ser encaminhado à Organização dos Estados Americanos (OEA), a respeito da situação do encarceramento feminino no país, consta que há uma

[...] escancarada e ampla utilização de cadeias públicas e delegacias de polícia que, embora destinadas e apropriadas para detenções de curto período e em caráter provisório, são recorrentemente utilizadas para cumprimento de penas longas pelas mulheres no Brasil. [...] quase todas as penitenciárias femininas existentes estão localizadas em prédios reformados: ou eram penitenciárias masculinas, ou cadeias públicas, ou, ainda, prédios públicos em condições de desativação [...] manicômio judiciário adaptado [...] antigo centro de Reeducação de Menores [...].

Portanto, a falta de construção de presídios femininos em nosso país e a legislação que criminaliza a prática do aborto são elementos que, aliados a fatores de ordem subjetiva, relacionados, por exemplo, a menor regalia no cotidiano das prisões, maior severidade nas penas etc., deixam claro que a violência exercida contra as mulheres nos cárceres é uma expressão da misoginia que caracteriza as relações sociais no mundo capitalista.

Assim, chamamos atenção para as discriminações no tratamento imposto à mulher nas prisões brasileiras. Reconhecemos, por outro lado, que existem mais semelhanças do que diferenças entre o perfil de mulheres e homens encarcerados. De modo que presidiários e presidiárias pertencem a mesma classe social. São todos pobres, suas idiossincrasias dizem respeito às experiências familiares, religiosas, escolares, cujas histórias podem ocasionalmente apresentar maiores ou menores níveis de violências. Quase sempre as histórias dessas mulheres são feitas de muita violência, que começa ainda na infância e se prolonga por toda a vida. Uma violência muda, invisível para a sociedade, mas que um dia emerge.

A maioria das mulheres são negras, pobres, sem estudo e são mães, segundo dados trazidos pelo Departamento Penitenciário Nacional no Relatório Temático sobre mulheres privadas de liberdade, o *INFOPEN Mulheres*. Todas as entrevistadas em nossa pesquisa tinham, pelo menos, um filho e a

maternidade não foi um critério de escolha, mas algo que confirmou o que dizem pesquisas a respeito do perfil acima descrito das presas. Conforme Levantamento da Superintendência Executiva da Administração Penitenciária (SEAP) e mapeamento do Tribunal de Justiça do Estado Goiás realizados nas prisões do Estado em 2016, mais de 78% das mulheres detidas em presídios goianos são mães.

O encarceramento muitas vezes é a consequência dessa opressão. Porém, no presídio a violência não cessa e pode até aumentar. Nele ocorre um verdadeiro processo de degradação, pois perde-se a autonomia, cabendo a mulher se submeter ao que lhe é imposto de maneira autoritária, especialmente pelos servidores penitenciários. Segundo o relato de Antônio<sup>33</sup>, dentro do presídio a violência psicológica a que foi submetida reforçou o sentimento de inferioridade que ela já sentia desde sua infância. Em suas palavras:

Aqui dentro quando eu cheguei, eu nunca vi *bullying* de preso, mas vi de Agente. Aleijada, perigosa, pata, desse jeito. Você acha que eles reeducam aqui? Não reeducam e tudo isso eu vi de Agente e são coisas que derrubam muito mais, por que são as pessoas que estão aqui. Aqui é a sobrevivência, é a lei da sobrevivência: ou você bate a cabeça e aceita tudo no seu pescoço **ou você vira uma pessoa igual a todas as outras e sai daqui não valendo nada**. Ressocialização aqui não tem, direitos aqui não tem, direito de falar aqui você não tem. Aqui não tem nada. Ninguém te ouve, ninguém tá nem aí. A gente passa mal, a minha doença, por exemplo, dá muita dor sabe? Eu tomo muito remédio, e quando eu descobri que [a doença] tava indo para o meu rosto, eu vim aqui falar e me disseram: Antônio você sabe que é doente. Tem que acostumar com a dor. Então, já ouvi muita coisa, que era doença, que era depressão, É um descaso. **Aqui a gente não merece nada**. (ANTÔNIA, 2019; grifo nosso)

Antônia foi a segunda entrevistada do primeiro dia. Ela é portadora de paralisia infantil e, por isso, frequentemente necessita de cuidados médicos. De acordo com seus relatos, sua deficiência, ao invés de suscitar solidariedade, provoca raiva e desprezo nos Agentes da lei. Suas primeiras narrativas dizem respeito à violência que sofreu no momento da prisão, pois, mesmo tendo se entregado foi recebida de forma agressiva e desrespeitosa:

<sup>33</sup> Os nomes de todas as participantes da pesquisa são fictícios.

Liguei para o policial que estava com meu mandado e disse que iria me entregar. Ele ficou sem acreditar, ficou perguntando se eu tinha certeza. Eu então, passei um outro endereço, porque eu não queria que ele me prendesse em casa perto de meus filhos. Fui para o endereço que forneci ao policial, casa da minha tia e fiquei esperando sem que meus filhos soubessem de nada. **Os policiais chegaram me xingando, agredindo, me jogaram dentro do carro** e quando eu entrei no carro perguntei quem era o oficial com quem eu tinha conversado por telefone e também questionei ele: “- Por que você está me tratando assim? Eu mesma te liguei”. Ele não respondeu. Eu, então, pensei: achei que estava fazendo a coisa certa, **mas fui humilhada**, chamada de **vagabunda e tudo que é nome feio** [...]. Quando chegamos, o delegado falou: “- Ganhou a passagem para Caldas Novas, hem sargento?”. Então fiquei olhando e [...] Eu acho que foi Deus, não sei o que aconteceu naquela hora, porque ele decidiu dizer a verdade: “- Eu não ganhei não, foi ela que se entregou. (ANTÔNIA, 2019; grifo nosso)

O relato de Antônia é uma expressão da violência institucionalizada nas prisões. Percebe-se, a partir dele, a infraestrutura inadequada, os profissionais despreparados, a insalubridade, o acesso precário à saúde e os maus tratos, por exemplo. As palavras de Daniela, outra presidiária que participou da pesquisa, sintetizam o que se vê nesses estabelecimentos. Segundo ela: “[...] nas prisões falta tudo, comida, justiça, higiene e fiscalização do governo”.

A utilização da entrevista interpretativa nos permitiu abordar a questão dos sentimentos a partir da ideia de representações cotidianas. Conceito desenvolvido por Viana (2008) a partir do materialismo histórico de Karl Marx e seus continuadores.

O processo de naturalização inerente as representações cotidianas concebe as construções sociais como se fossem naturais. A título de exemplo, lembramos das assertivas sobre a fragilidade da mulher e a brutalidade ou violência do homem – quando, na verdade, isso é uma construção social e não algo determinado pela biologia, pela natureza ou pelo cérebro. Já a simplificação é o processo de considerar tudo de forma rasa e oferecer explicações simplórias sobre a realidade: como dizer que a mulher é delicada, meiga, amorosa e o homem, bruto e violento.

As representações cotidianas se constituem pelas convicções e pelas opiniões. As convicções seriam os elementos fixos e coesos. Por outro lado, em geral, as representações cotidianas são marcadas pelas opiniões. Opiniões

as quais se caracterizam por expressar pontos de vistas em constante processo de mudança e, muitas vezes, sem compromisso com a coerência de ideias. Ou seja, elas são facilmente influenciáveis.

Assim, na pesquisa social, as convicções se apresentam como os elementos mais importantes, porém mais difíceis de acessar. Elas fazem parte da mentalidade do indivíduo e, por isso, encontram-se vinculadas aos valores fundamentais do sujeito: suas crenças e sentimentos mais profundos. Por tudo isso, buscamos, com a entrevista interpretativa, acesso a

[...] um tipo de material informativo que seja interpretável – não no sentido vulgar ou positivista, mas no sentido dialético. [...] Este conjunto de informações é organizado na entrevista interpretativa da seguinte forma: em primeiro lugar, são necessárias informações pessoais que forneçam um quadro da posição do indivíduo na divisão social do trabalho e suas relações mais próximas; [...] em segundo lugar, é preciso informações biográficas que permitam ter acesso a aspectos da história de vida do indivíduo. [...] Em terceiro lugar, são necessárias informações culturais, cujo objetivo é ter uma percepção de sua mentalidade, crenças e sentimentos. [...] Por último, as informações representacionais a respeito da sua percepção sobre o aspecto particular da realidade (VIANA, 2015, p. 116-118)

Optamos, portanto pela entrevista interpretativa, a partir de um longo roteiro<sup>34</sup> em que buscamos acessar informações objetivas e subjetivas das mulheres encarceradas na Penitenciária Consuelo Nasser. De posse dessas noções, elaboramos o quadro abaixo contendo os principais dados das participantes da pesquisa, como, por exemplo, idade, classe social, família, concepção de violência, sentimentos relativos à prisão, reprodução do machismo, dentre outros.

<b>Nomes fictícios</b>	<b>Antônia</b>	<b>Daniela</b>	<b>Karine</b>	<b>Mariana</b>	<b>Patrícia</b>
<b>Classe Social</b>	Proletária	Proletária	Proletária	Proletária	Proletária

<sup>34</sup> Anexo.

<b>Idade</b>	39 anos	47 anos	41 anos	44 anos	30 anos
<b>Concepção de família</b>	Apego aos filhos e infância de abusos físicos e psíquicos pelo pai.	Abandonada pela mãe. Demonstra apego aos filhos.	Forte concepção de família, mas visão deturpada sobre a própria.	Forte concepção de família. Mora com filhos e netos atualmente.	Apego à família, criada pelo pai e hoje mãe de um menino.
<b>Concepção de violência</b>	Plena em relação à violência física e relativa quanto às demais formas.	Pouco clara e contraditória. Não considera que sofreu violência.	Reconhece algumas violências que sofreu, tanto físicas quanto psicológicas. Retratou muito sobre humilhações.	Plena compreensão da violência. Estuprada pelo pai aos 11 anos e violentada pelos dois maridos que teve.	Pouca compreensão acerca da violência, relacionando a palavra apenas à agressões físicas.
<b>Sentimento sobre a prisão</b>	Sensação de injustiça, medo e desespero.	Medo, dor, arrependimento.	Depressão e nervosismo.	Tristeza e desespero.	Profunda tristeza.
<b>Reprodução do machismo</b>	Reforça estereótipos em papéis de gênero, mas reconhece as diferenças entre homens e mulheres na prisão e na sociedade.	Ampla reprodução do machismo, como a noção de que mulheres devem obediência aos maridos e que mulheres precisam de “pulso firme”.	Contraditória em suas falas. Afirma que a mulher deve ser independente e não obedecer ao marido, ao passo que afirma que mulheres estão sendo mais presas por faltar “pulso firme” com elas.	Ampla reprodução do machismo em diversas falas e reflexões.	Reforça alguns estereótipos e papéis relacionados à mulher.
<b>Valores</b>	Religião, maternidade, saúde e liberdade.	Religião e maternidade.	Família, religião, maternidade e liberdade.	Família, religião, maternidade e saúde.	

A Parte V do roteiro de entrevista denominamos de “Informações Semiconscientes”. Nesta parte, visando conhecer as convicções das mulheres a respeito de assuntos que envolvem seus sentimentos, a condição da mulher nessa sociedade, a questão do crime e da punição etc., contamos uma história fictícia. Uma narrativa sobre Luiza, uma mãe que aceita participar de uma entrega de drogas para conseguir comida para ela e para sua filha, mas que acaba presa. Apesar do desfecho da história, a personagem conta que não se arrependeu e arriscaria tudo novamente pela sua filha, para dar comida e conforto para ela. Tal história, sem dúvida, era o ponto alto das entrevistas, pois não era feita de perguntas cujas respostas poderiam ser automáticas; dependia e variava de acordo com os valores e as convicções de cada uma das participantes. Justamente por essa variabilidade, a narrativa despertava diversos sentimentos sobre as mais variadas temáticas.

Ao ser questionada sobre o que Luiza havia sentido com sua prisão, Daniela não titubeou e respondeu: “Por mais que tenha passado pela prisão várias vezes, é horrível. É tenso”. Ao ser perguntada sobre a personagem da história não ter se arrependido do que fez, ela afirma que Luiza “está mentindo. A sensação de arrependimento é horrível. Dá vontade de chorar. É como sentar num banco e não ter onde encostar os pés. Fica sem chão”.

A respeito das mulheres que estão presas, num contexto geral, Daniela diz que:

“Tem que ter mudança. **Ir e voltar sempre é ruim.** É um lugar muito difícil. As portas se fecham e persistem no erro. Deveríamos ter um projeto para abraçar nós que passamos por esse lugar. Mesmo que a gente queira mudar, é difícil depois de vir para cá. Eu só furto de quem tem muito, sabe? Tem que ter muita força de vontade e um salário mínimo não dá pra viver. Precisa ter mais oportunidades. Boas!” (Daniela, 2019; grifo nosso)

A questão do tempo dentro da prisão também pode ser entendida como uma violência contra quem está atrás das grades. Todos os relatos dizem respeito à agonia decorrente da condição de se encontrar privado de liberdade, de sentir o tempo passar lentamente. Karine (2019), por exemplo, diz que a prisão:

[...] é um lugar que você tem tempo para pensar sua vida de trás para frente, de frente para trás. De todo jeito dá para pensar na vida, 300 vezes de todas as formas. Não muda se



não quiser. Mas é quase impossível não mudar, tem gente que sai melhor, tem gente que sai pior.

A violência é um ponto comum nas experiências de todas as mulheres encarceradas. Em geral, essa violência começa na própria família, ainda na infância, muitas vezes o abusador é o próprio pai e depois o marido. Antônio, por exemplo, narra uma situação que parece ter saído direto de um filme de terror: o pai aguardava que suas filhas completassem 7 anos para então dar início aos abusos sexuais. Aliada a essa modalidade de abusos, havia ainda a violência psicológica. O pai de Antônio dizia para a filha que ela nunca seria mãe, que nunca teria um relacionamento devido a paralisia infantil que contraíra ainda na primeira infância. Nas palavras dela:

Meu pai era um homem muito difícil, nem sei nem como falar. Ele era extremamente violento, agressivo, a gente viveu na pancada mais de onze anos da nossa vida até o dia que aconteceu a tragédia e nós fomos embora. Minha mãe e meus irmãos entraram em luta corporal com ele, porque ele ia matar minha mãe e eu. Minha mãe tinha nove filhos. Então, a gente sempre viveu naquilo ali. Muita dor, muita decepção, muita violência. Eu fui a única que saí menos prejudicada, porque eu era menor e **era de 7 anos para frente que ele começava a fazer as atrocidades dele com as filhas**. Então, eu fui a única que saiu mais livre, mas apanhei muito também e me liberei de atrocidades que eu nem gosto de falar. As minhas outras irmãs todas passaram e meu irmão teve que levar um tiro para se livrar dele. Meu pai colocou fogo na casa achando que a gente estava dentro, mas Deus ajudou porque saiu todos e aí a vida começou para nós. (Antônia, 2019; grifo nosso)

Antônia considera que a violência sofrida na infância a abalou profundamente, deixando-a vulnerável. Por isso, quando conheceu seu futuro marido, ao perceber o interesse que havia despertado nele, não se preocupou em conhecer seu caráter, seus princípios, etc. Para ela, que acreditava que homem nenhum jamais se interessaria por ela, viu naquele homem a única oportunidade que teria de construir uma família, contrapondo-se dessa forma aos prognósticos do pai:

Ele pôs na minha cabeça que eu não ia ser mãe, porque eu sou aleijada que eu não ia ser nada, eu não ia conseguir um marido. Então, **eu cresci ouvindo isso e eu tinha plena certeza que eu não ia ter nada disso. E quando eu conheci**

**o meu marido, eu não quis saber se ele era uma pessoa boa, se ele era um homem bom, era só assim: se ele me aceitou assim, então eu vou.** Aí foi onde eu acabei com a minha vida porque meu marido depois de três anos com ele, eu descobri que ele mexia com coisa errada. Aí quando eu descobri, ele me levou para favela, para morar onde ele trabalhava. (ANTÔNIA, 2019; grifo nosso)

Já Mariana<sup>35</sup> narra que sofreu diversas violências durante toda a sua vida, a começar dentro de sua própria família, pois foi abusada sexualmente pelo pai quando tinha onze anos. Ela relata que, apesar de ter contado para alguns familiares, ninguém acreditou na história e afirmava que tinha acontecido porque ela era “danada, porque ficava brincando com os meninos”.

Seguindo a cronologia do estupro, segundo Mariana, antes dos onze anos de idade, várias vezes havia sentido a aproximação do pai com intenções sexuais. À noite sentia alguém pegar no seu corpo: “Quando eu viajava para o interior, na casa de meu pai, no escuro, toda vez que eu estava dormindo, eu acordava sentindo alguém pegando em mim, mas eu não tinha reação, ficava paralisada pelo medo”. “Nesse dia [do estupro], minha mãe tinha saído e, como eu estava sozinha, [meu pai] chegou já atacando”:

[...] a partir desse dia eu passei a rejeitar os abraços do meu pai e antes eu amava ele demais. Aquilo passou a me oprimir, então, ele chegava para me abraçar e eu rejeitava. Se ele me desse uma boneca, eu jogava dentro do fogo. Falaram que eu era macho e fêmea, eu passei a querer usar só short e queimava as bonecas. Aí eu fugi de casa, fui para Porto Nacional, com 13 anos. Só depois que meu marido morreu eu contei para minha família o que tinha acontecido na minha infância, porque eu não aguentava mais carregar aquilo. Foi um vendaval na família. Minha mãe disse que isso deve ser história minha. [...] Ainda jogaram na minha cara que eu era drogada. Fiquei muito revoltada então disse para eles que era justamente por causa do abuso do meu pai que virei uma drogada. Eu sofri muito por causa disso. Eu fui atacada sexualmente duas vezes: uma vez pelo meu pai e a outra vez na rua, por isso que eu digo que é a lei da sobrevivência. Até hoje é difícil falar com meu pai. Ele nunca admitiu. No dia em que ele me estuprou, eu lutei e ele se machucou muito lutando comigo, tanto que no outro dia, ele mandou uma pessoa ir na casa da minha mãe e inventou que tinha sido picado por uma cobra e estava doente. Ele pediu para me chamar, dizendo que achava que morreria, para que eu pudesse pegar a bênção dele. Nesse dia eu não quis olhar para ele, eu repudiei ele. (MARIANA, 2019)

<sup>35</sup> Mariana foi a única mulher entrevistada que já estava fora da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, pois aguardava, em liberdade provisória, novos julgamentos.

Mariana afirma que sempre teve certeza de quem a estuprou, ainda que a insistência em negar os fatos por parte de sua família esteve, muitas vezes, a ponto de confundi-la. Em sua avaliação, ela permanece traumatizada, pois nunca contou com o apoio familiar. Seu pai e abusador ainda é vivo, mas está doente e continua a responsabilizá-la pelo desmoronamento familiar. Suas irmãs, mesmo sendo mulheres, não se solidarizam com ela e dizem que ela está matando o próprio pai.

As raízes do sofrimento de Mariana e de Antônia estão na família, cujo modelo foi imposto pela moderna sociedade burguesa. Como nos alerta Löwy (2006, p. 19), o sofrimento que as estruturas familiares patriarcais infligem às mulheres é perceptível. A reificação capitalista e a dominação patriarcal são produtos das relações da família, fundadas sobre o poder masculino.

Ainda, a respeito das relações com os homens ao longo da vida da mulher encarcerada, dentre as cinco entrevistas, quatro delas atribuem suas prisões aos homens que se envolveram durante a vida:

Descobri, sabia das coisas, mas pedia para Deus que ele mudasse, porque eu tinha medo de largar dele e outro não me querer, porque eu sabia, eu sentia tudo aquilo, lembrava das coisas que meu pai falava para mim, das coisas que eu ouvi a vida inteira da minha própria família. Eu só consegui estudar, porque eu sabia que o que eu ia ouvir na escola, eu já ouvia em casa. E eu tinha muita vontade de aprender, eu tinha muitos sonhos e foi assim que eu consegui chegar até aqui, mas acabei conhecendo esse homem, que era o único da minha vida e via ele, abaixava a cabeça para ele tirar outras mulheres de dentro de casa para eu entrar. (ANTÔNIA, 2019)

A ambiguidade de Antônia frente à percepção sobre o mau caráter do marido e seu envolvimento com o crime e, ao mesmo tempo, as incertezas quanto a deixá-lo, pode estar relacionada com uma manifestação de familismo. Valor que pressupõe a família como algo fundamental. Segundo Machado (2001, p. 16), para as classes populares, o valor da família é fundamentalmente instituidor de uma moralidade estabelecida por um conjunto de regras de reciprocidade, obrigações e dídivas. A narrativa que Antônia faz a seguir reforça a tese do “familismo”:

**Aí eu quis sair desse relacionamento, dessa situação, mas aí já não tinha jeito, ele me ameaçava, ameaçava minha**

**família.** Até que um dia ele matou a amante e os filhos dela e eu consegui sair e estou aqui até hoje. Fiquei cinco anos pensando que eu ia começar uma nova vida, sozinha com meus filhos, só que aí chegou uma intimação para mim, em 2008, sem eu saber nada e lá dizia que eu era parceira de um policial e que eu comandava esse policial para matar. (ANTÔNIA, 2019; grifo nosso)

Daniela diz que um dos principais motivos para o crescimento do número de mulheres encarceradas é o envolvimento com homens, e isso ocorre fora de casa, ou seja, no mundo das ruas. Como podemos observar, a análise de Daniela reapresenta a perspectiva conservadora, própria da ideia de familismo, segundo a qual, se a mulher estivesse em casa, protegida das relações perigosas do mundo da rua, não se envolveria com o crime.

Embora a natureza do crime de Karine seja diferente das demais entrevistadas, no que se refere ao relacionamento com os homens, sua história não foge à regra:

Minha prisão foi muito conturbada e o que me levou foi a aventura. Só curtição mesmo. Eu estava com o namorado, eu tinha 18 anos, aí a gente foi fazer um assalto numa fazenda e por acaso o dono da fazenda era um juiz e ele reagiu e eu atirei nele. Dei um tiro de doze na cara dele, que estourou a cara dele todinha na parede. Foi latrocínio. Um tiro só matou ele, foi enterrado de caixão fechado. (KARINE, 2019)

Karine não tem dúvidas de que sua inserção no crime só ocorreu porque ela se apaixonou pelo homem que a levou para assaltar a fazenda. Ela diz: “Foi por causa dele, foi ele quem me chamou, eu tinha 19 e ele 24 anos”.

Ela conta também que sofreu violência institucional no momento de sua prisão:

Me bateram e jogaram água em mim. Na delegacia, antes de levar para o presídio. Eles me agrediram fisicamente e com palavras. Não precisava daquela violência, eu não estava reagindo. Então eu acho que aquilo ali que eu sofri foi uma violência. Violência para mim é obrigar, por exemplo, a fazer uma coisa que eu não quero e tipo, as pessoas que estão do outro lado da moeda acharem que são melhores do que eu, sendo que um dia podem estar aqui, não é? **Só precisa de um vacilo.** (KARINE, 2019; grifo nosso)

Diante dos relatos das entrevistadas, é possível observar que, apesar de reconhecerem as violências que sofreram, não as reconhecem em sua totalidade, já que deixam de observar mais profundamente as causas do crime como a miséria, o desemprego, a religião, o preconceito, dentre outras, como formas de violência.

Essa natureza desumana da sociedade capitalista atinge diversos indivíduos e grupos, guardadas as devidas proporções, das mais diversas origens sociais. Entretanto, as vítimas que são levadas ao desespero e aos seus limites na sociedade burguesa, ocupando um papel central na exploração são, justamente, as mulheres e, mais acentuadamente, as mulheres das classes populares.

### **3.3. Contexto social, econômico e cultural**

É verdade que, quanto mais nossa época de comércio progride, mais raros se tornam esses nobres suicídios da miséria, que cedem lugar à hostilidade consciente, ao passo que ao miserável são brutalmente impostas as oportunidades do roubo e do assassinato. É mais fácil arranjar a pena capital do que algum trabalho. (MARX, 2006, p. 44)

As mulheres entrevistadas reforçam o que dizem as pesquisas e estudos a respeito das características das mulheres: jovens, mães, negras e pobres. Aquelas que trabalhavam antes das prisões desempenhavam funções de subordinação. As que não trabalhavam cuidavam de suas casas e filhos, enquanto seus companheiros, muitas vezes, estavam envolvidos com o crime.

Antônia era artesã antes da prisão. Ela fazia calçados e roupas bordadas, tapetes, acessórios como brincos e colares, mas já havia trabalhado como faxineira, babá e, até mesmo, açougueira. A sua renda pessoal antes da prisão era de um salário mínimo. Quantia que recebia via Instituto Nacional do Seguro Social, pois foi aposentada devido a poliomielite. Ela procurava complementar os recursos provenientes do benefício exercendo atividades de artesanato as quais, segundo ela, rendiam por volta de R\$ 300.

Daniela, por sua vez, trabalhou em confecções de roupas há cerca de 15 anos atrás. Mas, antes de ser presa, já estava desempregada e não recebia renda alguma, tendo, inclusive, morado na rua por dez meses.

Mariana, a única que participou da entrevista em liberdade condicional, portanto, fora dos muros do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, nos contou que, antes da prisão, recebia um salário mínimo do Instituto Nacional do Seguro Social. Benefício concedido em função de ela um filho portador de deficiência. O que não lhe permitia trabalhar regularmente. Mesmo assim, ela fazia algumas faxinas quando era possível. Ainda hoje continua a depender dos benefícios sociais pois, em sua casa, moram onze pessoas entre filhos e netos e, por isso, precisa do bolsa família: “São cinco netos, então, cinco bolsas”.

Patrícia trabalhava como cabeleireira antes de ser presa. Mas ressalta que não possuía carteira assinada. Ao ser questionada sobre sua renda pessoal, ela disse que “[...] não era muito não. Meu irmão é aposentado, meu pai também recebe INSS por que tem problema na perna”.

Karine, por sua vez, foi a única que declarou ter tido boas condições financeiras e oportunidades na vida. Segundo ela, sua família possuía casa própria, carro, computador com acesso à *internet*, além de uma renda de doze mil reais por mês. Seu pai era major do exército e a mãe, professora:

**“Nunca fiz nada, porque fui criada em berço de ouro. Fazia nada, precisava fazer nada, só estudar. Eu estava no primeiro ano do segundo grau quando conheci um rapaz, aí nós se apaixonou, larguei de estudar, fugi de casa com ele e não fazia nada. Só roubava. (KARINE, 2019; grifo nosso)**

Analisando as famílias das entrevistadas, percebemos que Karine é uma exceção por ter pais que tiveram acesso à educação e trabalhos estáveis. Antônio, por outro lado, declarou que seus pais eram analfabetos e que toda a renda da família vinha do trabalho no campo: “Eu vim conhecer carne de vaca, arroz, essas coisas, quando eu já era mocinha”, declarou ela.

Daniela, no mesmo sentido, tinha pais analfabetos, mas o pai trabalhava como motorista. Mariana afirmou que sabia que sua mãe era analfabeta, mas que desconhecia a escolaridade de seu pai, apesar de lembrar que ele sabia ler e escrever. Patrícia afirmou que o pai estudou até a quarta

série e que não sabia sobre a mãe, já que ela faleceu quando ela tinha apenas oito anos de idade.

Sobre a questão da educação e trabalho, Mariana contou que gostaria de ter estudado e tido outra vida:

Eu tinha vontade de estudar e **não tive como, porque tava sempre trabalhando nas casas dos outros e sempre fui muito explorada** [...]. Eu fui mantida quase como escrava, porque se você traz uma pessoa para um lugar que ela não conhece e essa pessoa tem só 15 anos... ela não tem condições de cobrar salário, direitos, essas coisas. O sonho que eu tinha era de ter estudado para poder ter uma outra vida e dar uma outra vida para os meus filhos também e eu não tive essa oportunidade. Passou e eu fui mãe muito cedo. (DANIELA, 2019; grifo nosso)

A questão da maternidade é muito valorizada em nossa sociedade e, muitas vezes, as mulheres se envolvem com o crime justamente para garantir a sobrevivência dos filhos. Nessa pesquisa, por exemplo, todas as mulheres entrevistadas são mães. Essa informação está em sintonia com os dados do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, o qual revela que 80% das mulheres presas são mães no Brasil. Em Goiás, a realidade não é diferente. Segundo Mapeamento do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), nas 93 unidades do sistema prisional goiano, de todas as mulheres encarceradas, 78% delas são mães<sup>36</sup>.

Os dados sobre a maternidade das mulheres encarceradas se limitam a traçar o perfil das mulheres privadas de liberdade, informando somente que “[...] em geral, as mulheres submetidas ao cárcere, tem filhos”<sup>37</sup>. Na verdade, faltam dados sistematizados sobre a peculiaridade do sexo feminino nas prisões, tais como, quantidade e condição das mulheres grávidas, lactantes e até mesmo aquelas que vivem com os filhos na penitenciária. Situação comum, afinal, onde há mulheres, há mães:

Só o meu mais novo nasceu lá e ficou lá comigo até os 2 anos.  
**Foi o único menino a ficar dentro de uma cadeia até os 2**

<sup>36</sup> Os dados foram apresentados durante a implantação, em Goiânia, do Projeto Amparando Filhos, que chega à 10ª comarca, com possibilidade de ser institucionalizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

<sup>37</sup> Essa expressão está contida no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN - Mulheres) de 2014.

**anos de idade, porque não pode.** Os outros foram todos para casa dos avós. Esse mais novo, o pai dele era preso também e esse pai dele morreu lá dentro da cadeia com 72 facadas. Eu estava presa na época também e fiquei sabendo. Eu estava envolvida, sabe? (Mariana, 2019; grifo nosso)

Entre 2005 e 2017, segundo dados do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Mulheres* (2017), os atos praticados por mulheres privadas de liberdade distribuem-se entre 60% de crimes de tráfico de drogas; 13% roubo simples e qualificado; 8% furto simples e qualificado; 7% homicídio simples e qualificado e, por fim, 9% praticando outros crimes:

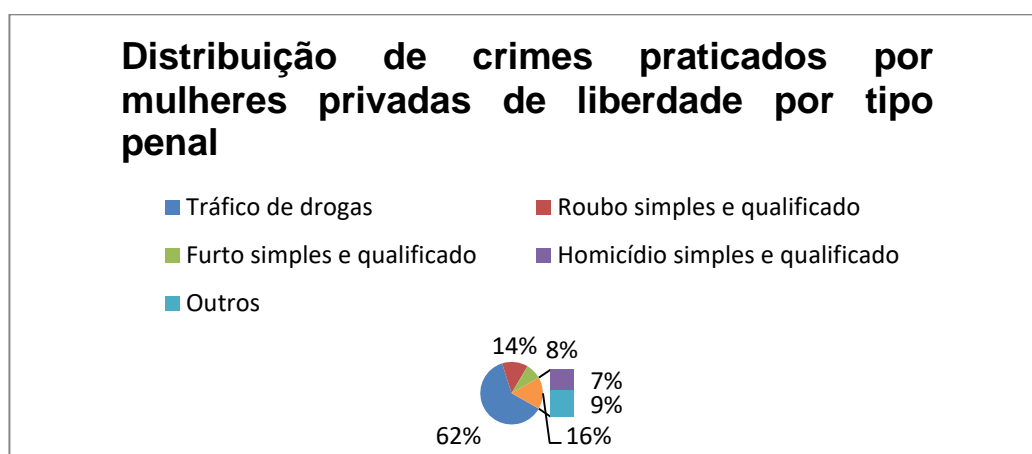


Gráfico 1.  
Fonte: INFOPEN (2017).

O perfil das mulheres presas é composto, como podemos observar no gráfico acima, por crimes que servem como complemento de suas rendas. Majoritariamente, as mulheres são presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas e aqueles contra o patrimônio.

Com esse tanto de problema, um amigo me ofereceu uma porção de droga para eu vender e conseguir o dinheiro para pagar esses remédios do meu filho. **Eu ia deixar meu filho morrer? Não, eu fui para a rua. Fui imediatamente vender e comprar os remédios.** [...] Aí quando eu comecei a vender droga e ganhar dinheiro, todos se aproximaram de mim, entendeu? Aí comecei a conseguir bancar a casa e os outros filhos. Então, você começa a vender a droga, a usar a droga também. (MARIANA, 2019; grifo nosso)

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça, com base no Censo Escolar de 2011, são 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome



do pai na certidão de nascimento. Esse abandono paterno, ou seja, situação em que pais deixam de prestar qualquer auxílio aos filhos, é escancarada no interior das prisões.

Uma das entrevistadas tem um filho com limitações físicas e mentais<sup>38</sup> e narrou as agonias do momento da descoberta da doença, das dificuldades do tratamento e da solidão com que atravessou tudo isso:

Eu tinha um monte de receita na mão, desesperada. Eu até fui no pai dele e mostrei as receitas e ele me respondeu: **“se for por mim, o Natanael pode morrer”**. Aí eu virei para ele disse que enquanto eu tivesse viva, eu não ia deixar meu filho morrer, porque eu ia lutar pela vida dele. (MARIANA, 2019; grifo nosso)

A maternidade está presente nos dramas das mulheres encarceradas. Muitas vezes, elas se autorresponsabilizam pelo fracasso familiar. A percepção é individual, pois falta-lhes consciência acerca da natureza dessa sociedade. Não percebem que a família é um dos pilares da produção capitalista, especialmente, quando diz respeito à maternidade. Pois, como nos alertou Federici (2019, p. 74), por anos o capital nos tem dito que nós apenas servimos para fazer sexo e ter bebês.

A respeito da solidão da mulher prisioneira, Mariana diz que:

O homem quando vai preso, a mulher nunca abandona. **Você não vê a mulher abandonar marido lá dentro, mas se for a mulher que foi presa, os homens largam elas imediatamente.** Você está sozinha. Você só vai ter seus filhos mesmo ou a mãe. Na minha época tinha uma que tinha matado os dois filhos, então, ela também era uma pessoa que não tinha ninguém. Essas pessoas são isoladas, ninguém aproxima. E é muito triste a situação. É menos ruim para as pessoas que são evangélicas, porque eles têm um trabalho muito bonito lá dentro que é o que mais ajuda. (2019)

A situação de abandono paterno faz com que o sustento e a criação dos filhos fique a cargo das mulheres. De modo que, se a vida das crianças pobres já é incerta, a prisão de suas mães torna-os ainda mais vulneráveis. Daniela conta que foi separada do filho quando presa e que ele nunca mais foi o mesmo, que perderam o contato: “[...] tem cinco anos que um dos meus filhos

<sup>38</sup> Não sabemos, ao certo, de qual doença se trata, mas entendemos se tratar de limitações físicas e mentais de acordo com os relatos de Mariana.

foi assassinado. Ele tinha 21 anos e era usuário de droga. Um preso mandou matar ele. Levou quatro tiros e morreu com a pedra de crack na mão”.

Outro aspecto que chama atenção nas entrevistadas é a religião. Todas as mulheres entrevistadas se declararam religiosas, cristãs. Deus e Jesus foram citados o tempo todo. Das cinco entrevistadas, quatro eram evangélicas e uma católica. A religião pode ser percebida como refúgio e como controle na vida dessas mulheres. Isso porque, as leis, a moral e a religião refletem os preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam os verdadeiros interesses econômicos (MARX, 2017, p. 31).

Diante da pergunta sobre o que achava ser necessário para ser feliz, Daniela respondeu: “Jesus”. No mesmo sentido, ao ser questionada sobre quais as coisas que mais gosta, Karine respondeu que seriam Deus, sua família e de jornal e que, para ser feliz, bastava ter “Deus no coração”:

Eu, antigamente, não tava nem aí pra nada. Hoje, tenho um entendimento melhor. Pra falar a verdade pra você, eu não tenho religião não, sou temente a deus. Não acredito em religião, não. Acho que isso é propaganda, é uma forma de divulgar a palavra de deus, mas não acho muito correta, então, tenho esse pensamento sobre religião. **Eu sirvo a Deus, sou filha dele, acordo de manhã pensando em Deus.** (KARINE, 2019; grifo nosso)

Karine, depois de ouvir a história fictícia que utilizamos em nosso roteiro de entrevista interpretativa, sobre a validade de ganhar dinheiro por meio de qualquer atividade, ela respondeu: “não, hoje em dia nem tudo. Não concordo, tem coisas que denigrem sua imagem e podem pesar mais pra frente. Lá pra frente vai ter as consequências: a mão de Deus e a justiça”.

Patrícia se identifica como evangélica e quando questionada se a vida tem sentido, respondeu: “Ah, tem. Deus não nos fez à toa, não é? Um propósito ele tem na vida de cada um de nós”. Sobre o que uma pessoa necessitaria para ser feliz, também respondeu que bastava Deus, pois segundo ela: “Se você tiver Deus na sua vida e tiver fé, você já é feliz”.

Lá na cadeia é o seguinte: tem dia que você pergunta que lugar é esse que eu estou? Você olha para um lado e está todo mundo fumando um baseado. Aí o que você vai fazer? Quando você menos vê, **para o tempo passar, você já tá lá na loucura.** No meio desse tanto de mulher, só aquela tensão, ou você fica drogada ou você briga e vai para o castigo. **Ou ainda**

**you joined with the believers, with the sisters and they stay there praying or you stay on the side of here smoking weed, but on the side of here there is more unity, right?** Na cadeia, um lado é evangélico e o outro é satânico. Lá é a lei da sobrevivência. Aí você pensa que você entrou lá para regenerar, mas você sai pior. **Today I look for that Paula who existed before putting my feet inside the bars!!! I look, but I still haven't found!** (PAULA, 2019; grifo nosso)

Assim, todas as entrevistadas relatam sua ligação com deus e enfatizam a importância da família. Elas demonstram, desse modo, que, embora marginalizadas e identificadas como criminosas, não contestam os valores dominantes. Ao invés disso, reproduzem as ideologias sobre a família, a ordem e o progresso. Isso nos mostra que a inserção no mundo do crime nada tem a ver com a consciência sobre as injustiças inerentes a esta sociedade. Muitas vezes, elas consideram que a culpa pela prisão é delas próprias (exatamente como quer o neoliberalismo). No máximo, colocam a culpa no companheiro e nos pais que nada fizeram para ajudar, por exemplo. Deste modo, elas não percebem que a raiz dos conflitos reside no modelo de sociedade vigente:

**I didn't see my children grow up. Today they are all adults, the youngest is 17 years old. People lose a lot of opportunity when they leave, they leave with their head turned.** Seu psicológico não é o mesmo. É um sofrimento de todas que estão lá, essa questão da família. As mulheres são muito largadas. Visita a mulher quase não recebe. (MARIANA, 2019; grifo nosso)

A essência da ideologia capitalista é glorificar a família como um mundo particular, a última fronteira onde homens e mulheres mantêm sua alma viva. Não é de se admirar que essa ideologia ganhe nova popularidade entre planejadores capitalistas nos tempos atuais de crise, austeridade e dificuldade (FEDERICI, 2019, p. 76).

### 3.4. Machismo como valor

As partes mais controversas das entrevistas, sem dúvidas, foram aquelas em que perguntamos diretamente sobre subordinação, obediência e o papel da mulher. Observamos como elas se enxergam como mulheres, mas, também, como gostariam de ser vistas pela sociedade.

Devemos traçar um paralelo entre a situação educacional, religiosa, emocional e econômica dessas mulheres para tentar compreender suas falas. Apesar de ter trabalhado, a maioria dependia financeiramente de seus maridos.

Ao perguntarmos se a mulher devia obediência ao marido, companheiro ou namorado, ouvimos respostas como:

Sim, deve obediência. Elas são desobedientes, precisa de pulso firme. (DANIELA, 2019)

Não, tem que ser independente. Tem que correr atrás pra ser independente. Não deve obediência, deus me livre. (Karine, 2019)

Eu acho assim, se você casa, então, tem que ser obediente ao seu marido, porque se não for, você não vai ter um relacionamento saudável, eu penso assim. Porque se não for para ter obediência um com o outro, então, para que um casamento? (MARIANA, 2019)

Então, ela pode ser independente, mas os direitos são iguais, né? O mesmo direito que ele tem, eu também tenho. É respeito, né? (PATRÍCIA, 2019)

Não, jamais. Eu vivi com meu pai, depois uma tragédia dessa com marido, então, para mim, para te falar a verdade, eu acho que a mulher não deveria ter homem, a não ser filhos. (ANTÔNIA, 2019)

Para Federici (2017, p. 200), as mulheres passaram, durante a transição para o capitalismo, por um amplo processo de desvalorização econômica e social. Mas, também, por um processo de infantilização geral. Processo em que, muitas vezes, são tratadas como seres selvagens, mentalmente inferiores, rebeldes, insubordinadas e incapazes de se controlarem. No cárcere, a lógica da inferiorização social da mulher também se replica:

Eu já falei sobre isso, só acho que a juíza devia olhar mais para nós. Só olha para o lado dos homens. Sempre foi mulher, mas já trocou juíza. Não sei se melhora, porque já negou duas domiciliar minha. Eu ainda tenho tempo, preciso cumprir dois quintos, porque é hediondo. **Dois quintos de 13 anos são cinco anos, 2 meses e 13 dias**, aí tem minhas remissões também aqui! De curso que a gente faz aqui dentro, aí abaixa um pouco. (PATRÍCIA, 2019; grifo nosso)

Todas as mulheres entrevistadas ressaltam a inferioridade da situação da mulher em relação ao homem na prisão. As respostas foram as seguintes:

Totalmente, completamente. **Mulher não tem direito de nada, nada.** Lá nos homens eles têm tudo, até microondas, geladeira dentro das celas. Tudo. A gente bebe água quente que fica numa caixa aberta onde um dia tá limpo, no outro tem urubu banhando lá dentro. Já os homens, eles têm até filtro. Aqui para entrar tudo tem que jogar dentro do saco, lá entra nas caixas fechadas. Lá entra dois sacos de cobal<sup>39</sup>, aqui entra só um. Não tem nada a ver. Lá, eles têm até churrasqueira elétrica. A cela deles é uma casinha. Nós não temos nada, nenhuma cozinha. Sabe o que que é nada? Esse presídio é abandonado, é jogado, tipo assim, parece uma armazenamento de corpo, então aqui é uma ajudando a outra. É presa ajudando presa. Quem ajuda o preso é outro preso, porque se não fosse assim, eu não sei o que seria não. A que recebe mais na cobal, ajuda a que recebeu menos e assim vai indo. (ANTÔNIA, 2019; grifo nosso)

No mesmo sentido, Patrícia comenta as diferenças e dificuldades em ser mulher e presa:

Mulher tudo é mais difícil, não é? Principalmente quando está presa. Para homem é mais fácil, porque homem você vê todo dia na Televisão. Fica preso não sei quantos anos, volta, faz tudo de novo. Sai de novo. Para mulher, não. Não tem essa oportunidade. Homem ganha prisão domiciliar, para nós que somos mulheres, a juíza não dá. Dá tornozeleira! Enquanto para o homem dá domiciliar, mesmo quando praticam coisas erradas. Volta e ganha o benefício de novo. Nós mulheres, não. Eu sou primária, não tenho antecedente criminal, tenho residência fixa, ela não me dá nada disso. Já negou duas vezes. Faço tratamento. Ela disse que eu tenho condição de ficar presa e fazer o tratamento aqui, mas eu acho que ela nem sabe o que é hemodiálise ou ela não tem família, ou não tem coração também. Para homem é bem mais fácil. A juíza, ou ela não gosta das mulheres ou não sei, mas todo dia você vê homens ganhando benefício. Mulher é muito difícil principalmente aqui. Por que eu não posso ganhar uma domiciliar? Ontem mesmo passou na televisão: o homem matou, foi preso, ficou pouquinho tempo, ganhou domiciliar, tornozeleira, tentou matar a ex-mulher dele... (PATRÍCIA, 2019; grifo nosso)

Sobre a situação da mulher encarcerada, Karine diz que:

<sup>39</sup> Cobal é um termo interno utilizado para se referir a autorização dada pela direção das unidades prisionais às famílias para levar comida, roupas e medicamentos às pessoas que estão no cárcere.

É mais suave, porque lá os homens matam mesmo. Aqui a mulher por ser mãe, ela senta, ela conversa, ela discute e bate-boca e depois passa a raiva. Tem isso. Homem, não. Homem pega e mete a faca. As mulheres são mais amorosas com suas atitudes e aí tem menos violência. (KARINE, 2019)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'Estado de Exceção', no qual nós vivemos, é a regra. (Walter Benjamin, 1986)

O debate sobre o sistema carcerário no Brasil está em destaque na consolidação do Estado Penal do país. Entretanto, mesmo no discurso do senso comum, as mulheres são deixadas de lado e ignoradas quando consideramos a expansão do encarceramento.

O desinteresse em relação à situação do encarceramento feminino está relacionado, historicamente, com os papéis de gênero impostos pelo modo de produção capitalista às mulheres. Além disso, o número de mulheres encarceradas no país não chega a cinco por cento do número total de pessoas presas no Brasil, o que colabora para que o problema não tenha a atenção que deveria.

No início do texto perguntamos qual seria a relação entre a formação de um Estado Penal, no bojo do neoliberalismo, e o encarceramento em massa de mulheres. Após a pesquisa, podemos começar a responder considerando que a classe e os estudos que deram origem e desenvolveram esse modelo de sociedade estruturam o sistema prisional.

Tal afirmação é feita da conclusão de que o caráter influenciado pela sexualidade da punição possibilita e consolida a estrutura da sociedade como um todo. A criminalidade masculina sempre foi considerada natural e, claro, normalizada, especialmente quando comparada com a feminina. Mulheres que cometem crimes, por sua via, são consideradas pelo Estado e pela sociedade muito mais anormais, ameaçadoras e perigosas do que homens nas mesmas condições.

A indústria prisional é o resultado de uma sociedade segregadora, dividida em classes e que faz do judiciário o seu próprio reflexo. A mão que pune o agressor é a mesma que disciplina as mulheres, sendo o encarceramento feminino mais uma das formas de violência de gênero no contexto capitalista. Desta maneira, quando pensamos em violência contra a mulher e questões como fortalecimento da polícia, do direito penal e da

indústria do encarceramento, isso implica diretamente em um sistema ainda mais forte para perseguir e prender as mulheres.

O aumento da população carcerária feminina é perceptível, sendo a população que mais cresce no mundo, o que não é acidental. No Brasil, como já exposto acima, de 2000 a 2016 o aumento foi de 700%. Nesse mesmo período, o encarceramento masculino cresceu 293%. Assim, possuímos a quarta maior população feminina do mundo presa, num sistema pensado por homens e para homens. Tudo que envolve a biologia feminina não é considerado dentro das prisões: gravidez, maternidade, amamentação, ciclos menstruais, dentre outros. O sistema carcerário feminino é uma estrutura que serve para reproduzir as desigualdades e opressões de gênero, precarizando ao extremo as condições das mulheres presas.

O ponto fundamental é que, quanto mais criminalização, mais verbas, orçamentos e financiamentos públicos são canalizados para a polícia e para as prisões. Isso significa, necessariamente, que verbas, orçamentos e financiamentos públicos em programas sociais serão cortados. Quanto mais criminalização e quanto mais dependermos do sistema de justiça burguês, mais o poder de organização coletivo é retirado das comunidades.

Discutimos ao longe desta dissertação sobre a configuração da estrutura da sociedade no marco do capitalismo e o papel do Estado na estrutura das relações sociais burguesas. O sistema penal é um dos maiores obstáculos à paz social e efetivação dos direitos humanos, sendo a ideologia do capitalismo que justifica a sua violência punitivista. O direito penal e sistema penal, ao mesmo tempo em que prometem combater a violência e promover os direitos humanos, degradam-nos ao invés de garanti-los. A lógica da justiça burguesa é de que para o sistema ser justo, ele não precisa ser humano.

A desconstrução do imaginário punitivista sobre o que é um sistema de justiça em uma sociedade em que, constantemente, estamos cercados de conteúdo sobre violência estatal e policial não é fácil. Nesse cenário que foi tornado comum, os corpos que aparecem punidos são sempre parecidos: pobres e negros.

Nas últimas décadas, o mercado do complexo industrial penitenciário tem se expandido cada vez mais e ampliado os seus negócios com as forças armadas, agências de assistência à infância e juventude, sistemas de saúde mental, empresas de vigilância, presídios privados e autoridades de imigração:



Para as empresas privadas, a mão de obra prisional é um pote de ouro. Sem greves. Sem organização sindical. Sem plano de saúde, seguro-desemprego ou indenização em caso de acidente. Sem barreiras linguísticas, como em países estrangeiros. Novas prisões-leviatã estão sendo construídas nos milhares de hectares sinistros de fábricas do lado de dentro dos muros. Os prisioneiros fazem processamento de dados para a Chevron, fazem reservas por telefone para a TWA, criam porcos, removem esterco, fabricam placas de circuito, limusines, colchões d'água e lingerie para a *Victoria's Secret*, tudo por uma fração do custo do trabalho livre (EVANS E GOLDBERG, 1997 *apud* DAVIS, 2018, p. 91)

Se analisarmos as prisões como locais cujo único objetivo é segregar e prender, então, podemos pensar no seu sucesso absoluto. Entretanto, se pensarmos qualquer outro aspecto das prisões, podemos afirmar que nunca funcionaram e estão repletas de falhas. As prisões são caras, tóxicas e irracionais. Há um enorme desperdício de vidas humanas e dinheiro.

As prisões são uma solução completamente injusta para problemas sociais distintos: uso de drogas, violência doméstica, crimes contra a propriedade e todos aqueles punidos com reclusão prevista em nosso Código Penal. São locais em que diversos crimes, com diversas causas, cometidos por diversas pessoas, são tratadas da mesma maneira e colocados como a única solução possível.

O aprisionamento é encarado como um aspecto inevitável e permanente da vida social e é induzido como algo natural. Tão natural que para a maioria das pessoas, é impossível imaginar a sociedade sem elas (DAVIS, 2018).

Como superar a razão punitivista e implementar práticas penais decoloniais que não dependam de um direito penal que desde sua origem é usado para manutenção da dominação e exploração econômica? Nosso direito é completamente vinculado ao modo de produção capitalista que, por óbvio, legitima o sistema penal. Um sistema construído a partir das principais formas sociais de opressão: o racismo e o patriarcado, este foco da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

AMORIM, Paula Kapp. **Neoliberalismo e criminalização da pobreza**. Centro de filosofia e ciências humanas: Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Luana Reis. **As prisões no capitalismo: punição e produção**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFES, 2018.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mry Lucy Murray. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

BARBOSA, Jonnefer F. A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de Reina Gewalt. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 25, n. 37. Editora Champagnat: PUC-PR, 2013.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência. Crítica do Poder. Trad. Willi Bolle. In: BENJAMIN, W. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie**. W. Bolle (Org.). São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1986, p. 160-175.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Ernani Chaves. Jeanne Marie Gagnebin (Org.). São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011, p. 121-156.

BOURDIEU. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen Mulheres** - junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Segurança Pública. **Diagnóstico do Sistema Prisional Brasileiro**. Julho, 2018.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN** - Atualização Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN** - Atualização Junho de 2018. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN MULHERES – 2014**, p. 10. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN MULHERES – 2017**. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy\\_of\\_Infopenmulheresjunho2017.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CASAGRANDE, Carla (Org.). **Prediche alle donne del secolo XIII**. Milão: Bompiani: 1978.

COHN, Norman. **The Pursuit of the Millenium**. Nova York: Oxford University Press, 1970. [ed. port.: *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1980]

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL. Associação Juízes para a Democracia, AJD. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Pastoral Carcerária Nacional. Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Centro Dandara de Promotoras Legais Populares. Associação Brasileira de Defesa de Mulher, da Infância e da Juventude. Comissão Teotônio Vilela. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. **Relatório para a Organização dos Estados Americanos sobre as mulheres encarceradas no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-mulheres-encarceradas-no-brasil-2007.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2020.

CERQUEIRA, Daniel (et al). **Atlas da Violência 2018**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural**. Cad. Pesu. São Paulo, nº 91, p. 69-75, nov. 1994.

EVANS, Linda. GOLDBERG, Eve. **The prison industrial complex and the Global Economy**. In: *Prison Activist Resource Center*. Berkeley, California, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURNISS, Edgar. **The Position of the Laborer in a System of Nationalism**. Nova Iorque: Kelly and Millan, 1957.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University, 2005.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEIDENSOHN, Francis. Gender and crime. In: M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.). **The Oxford handbook of criminology**. Oxford: Clarendon, 1997.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

KING, Margaret L. **Women of the Renaissance**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. [ed. port.: *A mulher do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991].

KURZ, Robert. A frieza para com o próprio eu e a pulsão de morte do sujeito sem fronteiras. **Revista Exit**, nº 14, maio 2017, p. 50-69. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz423.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KRIEDTE, Peter. **Peasants, Landlords, and Merchant Capitalists. Europe and the World Economy: 1500-1800**. Cambridge University Press, 1983. [ed. port.: *Camponeses, senhores e mercadores: A Europa e a Economia Mundial (1500-1800)*. Lisboa: Teorema, 1992]

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. 6ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

GUARINELLO, Luiz Norberto. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. **Revista História**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007.

HILL, Christopher. **The World Upside Down**. Londres: Penguin, 1975. [ed. port.: *O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001]

KRAMER, Heinrich & SPRENGER, Jakob. **O Martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2002.

KURZ, Robert. Die Substanz des Kapitals – Abstrakte Arbeit als gesellschaftliche Realmetaphysik und die absolute innere Schranke der Verwertung, Zweiter Teil, p. 210. In: **EXIT! – Krise und Kritik der Warengesellschaft**, Nr. 2 (2005), S. 162-235. Trad. port.: *A Substância do Capital. O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*. Segunda parte. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz226.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LOMBROSO, Cesare & FERRERO, Guglielmo. **La femme criminelle et la prostituée**. Paris: 1896.

LÖWY, Michael. Um Marx Insólito. In: LÖWY, M. **O suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**. Capítulo sobre Trabalho. Trad. Ivo Tonet, [s/d]. Disponível em: <<http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MANNING, Roger B. **Village Revolts: Social Protest and Popular Disturbances in England: 1509-1640**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **A vulgarização do combate ao crime (I)**. Disponível em: <<http://www.empresalimpa.org.br/artigo.aspx?cod=36>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. I e II, Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **O suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Prefácio da Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1997.

MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. **Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas**. Minho: 2006. 443 f. Tese. (Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho). Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6249/1/Tese%20Doutoramento%20Raquel%20Maria%20Navais%20Carvalho%20Matos.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualidades: tendências contemporâneas no Brasil. In: **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. Cárcere e Fábrica - as origens do sistema penitenciário (séculos XVI - XIX). In: **Coleção Pensamento Criminológico**, v. 11. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

MENDEL, Ernest. **Delícias do crime: história social do romance policial**. Trad. Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MIGUEL, Luis Felipe. **Violência e Política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 30, nº 88. Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Global Prison Trends 2018**. Penal Reform International and Thailand Institute of Justice. Maio, 2018. Disponível em: <[https://www.penalreform.org/wp-content/uploads/2018/04/PRI\\_Global-Prison-Trends-2018\\_EN\\_WEB.pdf](https://www.penalreform.org/wp-content/uploads/2018/04/PRI_Global-Prison-Trends-2018_EN_WEB.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2018

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAULANI, Leda Maria. **Neoliberalismo e individualismo**. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: 1999.

PINHEIRO, Veralúcia. O infanticídio como expressão da violência e negação do mito do amor materno. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.26, n.1, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n141476>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PIRENNE, Henri. **Economic and Social History of Medieval Europe**. Nova York: Harcourt Brace Joavonich Publishers. [ed. Bras.: *História econômica e social da idade média*. 5ª.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978]

POULANTZAS, Nicos. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Les Prairies Ordinaires: [1978] 2013.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 2ª. ed. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMOS, Donald. Marriage and the Family in Colonia Vila Rica. In: **Hispanic American Historical Review**, n. 55, v. 2, p. 200-225, 1975.

SILVA, Ester Castro E. Mulheres no Cárcere. In: **Revista JusFadia** — on-line, 2014, p. 03. Repositório Faculdade de Direito de Varginha. Disponível em: <<http://www.fadiva.edu.br/documentos/jusfadiva/2014/08.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

SUAREZ, Mireya. BANDEIRA, Lourdes. Introdução. **Violência, Gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SCHOLZ, Roswitha. **O ódio às mulheres está novamente a aumentar**. O Beco. 2017. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz26.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz26.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In: **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, 1992. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>>. Acesso em 15 jul. 2018.

STANNARD, David E. **American Holocaust: Columbas and the Conquest of the New World**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 401-442.

VIANA, Nildo. **A pesquisa em representações cotidianas**. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

VOGELE, J. **O lado obscuro do capital: “masculinidade” e “feminilidade” como pilares da modernidade**. [on-line], 2007. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

VOLPE, Gioacchino. **Movimenti religiosi e sette radicali nella società medievale italiana**. Secoli XI - XIV. Florença: Sansoni, 1971.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de sociologia e política**. Paraná: Grupo de Estudos Estado e Sociedade – GEES, Universidade Federal do Paraná - UFP, n. 13, p. 39-50, 1999.

\_\_\_\_\_. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2. São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos estudos - CEBRAP [online]. 2008, n.80, pp.9-19. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100002>>. Acesso em: 15 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Trad. Eliana Aguiar. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



## **ANEXOS**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA INTERPRETATIVA**

#### **A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO: VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA NA SOCIEDADE DE CLASSES**

##### **PARTE I – INFORMAÇÕES PESSOAIS** (antes da prisão)

Nome:

Idade:

Profissão/Emprego:

Renda mensal pessoal:

Renda mensal familiar:

Quantas pessoas moram em sua residência?

Possui casa própria?

Possui carro?

Possui computador?

Tem acesso à internet?

Possui propriedades ?

##### **PARTE II – INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS**

Qual cidade nasceu?

Caso houve mudança, qual foi o motivo?

Em que bairro mora (ou morava antes da prisão) atualmente?

Qual era a renda, posses, desde a infância até hoje?

Qual a escolaridade de seus pais?

##### **PARTE III – INFORMAÇÕES CULTURAIS**

Como você se define politicamente? Participa de alguma igreja (religião)?

Qual?

O que é mais importante na vida para você?

Qual é o seu grande sonho?

Quais são os ídolos (personagens, ídolos, artistas, intelectuais)?

Você acha que existe um sentido na vida? Se sim, qual?

Cite as coisas que mais gosta.

Cite as coisas que menos gosta.

Qual é seu lazer preferido?

Você considera que qualquer atividade para ganhar dinheiro é válida?

O que você acha que um indivíduo necessita para ser feliz?

Você considera que teve oportunidade na vida ou ao contrário, foi sua condição de vida que a levou a situação atual?

É suficiente uma pessoa sobreviver ou considera que ela precisa algo mais além da satisfação de suas necessidades básicas?

Você considera que a mulher deve obediência ao marido, companheiro, namorado?

#### **PARTE IV – INFORMAÇÕES SEMICONSCIENTES**

Luiza, uma jovem mãe moradora da periferia de uma grande cidade, estava em casa, com sua filha chorando com fome, e ela dizia: “Mamãe vai arrumar algo para a gente comer”. De repente um homem bate na porta e ela atende. Conversa com ele alguns minutos e nervosa volta, arruma algumas coisas da criança e a entrega para a vizinha, que é sua amiga. A criança continua chorando, agora também pela falta da mãe. Muitos anos depois, quando a criança já é adulta, conversa com sua mãe e esta diz que naquele dia foi para a cadeia, pois aceitou participar de uma entrega de drogas (tráfico), para conseguir dinheiro, porém algo deu errado. No entanto, ela diz que não se arrependeu e arriscaria tudo novamente pela sua filha, para dar comida e conforto para ela.

A partir dessa história, responda:

O que você acha da atitude de Luiza?

O que você acha que ela sentiu com a prisão?

Ela é sincera quando diz que não se arrependeu?

O que você sentiria no lugar de Luiza?

O que você sentiria no lugar da filha de Luiza?

## **PARTE V – INFORMAÇÕES REPRESENTACIONAIS SOBRE A PRISÃO E O COTIDIANO NA PRISÃO**

Como foi sua prisão e quais foram suas motivações para participar do crime que a levou a prisão?

Você sentiu medo, tristeza, isolamento na prisão? Quais sentimentos a acompanharam durante sua permanência na prisão?

Você considera que foi injustiçada ou vítima?

Como é seu cotidiano na prisão? Já fez algo contra sua vontade?

Você tem filhos? Se sim, qual a idade deles?

Como foi se separar de seus filhos após a prisão?

Como você se relaciona com as outras mulheres na prisão?

Como você vê a situação da mulher na sociedade atual?

Qual a sua opinião sobre as mulheres que estão ou já foram presas?

Considera que sofreu violência e como você define violência?

O que você pensa sobre as prisões no Brasil? E, sobre o aumento do número de mulheres encarceradas?

Em sua opinião, quais são os principais motivos que tem levado ao crescimento das prisões de mulheres no Brasil?

Você considera que o envolvimento com o crime, visando retorno financeiro vale a pena?

Você se arrependeu ou se sentiu envergonhada de seu envolvimento com o crime?

Como você percebe a situação das outras mulheres que estão (ou estavam) na prisão, na mesma situação que você?

Em relação à cadeia, você considera que a situação da mulher é diferente da situação do homem?